

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**O TRABALHADOR PIROTÉCNICO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
E SEU CONVÍVIO DIÁRIO COM O RISCO DE ACIDENTE SÚBITO**

Elisângela Maria Melo Santos

Belo Horizonte

2007

Elisângela Maria Melo Santos

**O TRABALHADOR PIROTÉCNICO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
E SEU CONVÍVIO DIÁRIO COM O RISCO DE ACIDENTE SÚBITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof^o. Dr. José Newton Garcia Araújo

**Belo Horizonte
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237t Santos, Elisângela Maria Melo
O trabalhador pirotécnico de Santo Antônio do Monte e seu convívio diário com o risco de acidente súbito / Elisângela Maria Melo Santos. Belo Horizonte, 2007. 144f.

Orientador: José Newton Garcia Araújo
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Bibliografia.

1. Acidentes de trabalho. 2. Fogos de artifício – Santo Antônio do Monte (MG).
3. Saúde Pública. 4. Doenças profissionais. I. Araújo, José Newton Garcia. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU:331.823

Elisângela Maria Melo Santos

**O TRABALHADOR PIROTÉCNICO DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE E SEU
CONVÍVIO DIÁRIO COM O RISCO DE ACIDENTE SÚBITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Belo Horizonte, 2007.

Vanessa Andrade de Barros – UFMG

João Leite Ferreira Neto – PUC MINAS

José Newton Garcia Araújo (Orientador) - PUC MINAS

Dedico esta dissertação aos trabalhadores que arriscam suas vidas no labor da pirotecnia e que de forma simples e honrosa nos ensinaram o verdadeiro preço que se paga por trabalhar entre a beleza e emoção dos shows pirotécnicos e a tristeza e angústia dos bastidores de quem fabrica esses shows.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho somente foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao meu mestre e orientador José Newton, que me acolheu, mesmo após ter fechado seu grupo de orientandos. Pessoa que confiou em meu comprometimento e capacidade de desenvolver esta pesquisa. Aos doutores João Leite e Vanessa Barros que aceitaram o convite de participar da banca examinadora e que de forma competente e gentil entrevistaram com sugestões que muito contribuíram para a efetivação desta dissertação. A todos os meus professores do curso de mestrado por todo aprendizado intelectual e de vida que pude absorver durante esse período.

A todos os entrevistados das mais variadas instituições, pelas valorosas contribuições para esta dissertação. Em especial, agradeço ao presidente do SINDIFOGOS e à equipe da Delegacia Regional do Trabalho, Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador, particularmente à Júnia Barreto, Ricardo Deusdará e Geraldo Magela pela acolhida generosa e sinceridade com que compartilharam as suas vitórias, insucessos e dilemas diante da questão da defesa ao direito do trabalhador pirotécnico.

Aos trabalhadores que entrevistei, pela generosidade e sinceridade com que relataram seus dramas, experiências junto ao trabalho, através dos quais pude perceber a verdadeira face das relações dentro do contexto da pirotecnia mineira.

À Eloísa Borges, psicóloga conterrânea que contribuiu de forma imensurável com as reflexões sobre o contexto santantoniense. Pessoa amiga que dividiu comigo as angústias e conflitos que foram despertados ao longo desta pesquisa.

À Deja, que, carinhosamente, contribuiu com a revisão do texto, sugestões e incentivos. À Marília, secretária do mestrado, sempre prestativa e solícita a atender em todos os momentos em que a solicitei. Mais do que trabalho, ela ofereceu amizade.

À Juliana, Cássio e Giulia que carinhosamente me acolheram em sua casa no período de aulas. A minha família, pelo apoio e sustentação afetiva, e especialmente ao meu pai que sempre nos ensinou a não nos curvarmos diante das dificuldades. Ao meu esposo e companheiro Gilmar que vivenciou de perto minha luta para chegar à conclusão deste trabalho.

Aos meus sogros e a Adriana que tantas vezes cuidaram de meu filho com muito amor e carinho, nos momentos em que não pude estar presente. Ao meu filho Vítor, pessoa que amo intensamente e que por muitas vezes precisou estar longe para a efetivação dessa empreitada.

PAIOL DE PÓLVORA

Toquinho e Vinícius

Estamos trancados no paiol de pólvora.

Paralisados no paiol de pólvora.

Olhos vedados no paiol de pólvora.

Dentes cerrados no paiol de pólvora.

Só tem entrada no paiol de pólvora.

Ninguém diz nada no paiol de pólvora.

Ninguém se encara no paiol de pólvora.

Só se enche a cara no paiol de pólvora.

Mulher e homem no paiol de pólvora.

Ninguém tem nome no paiol de pólvora.

O azar é sorte no paiol de pólvora.

A vida é morte no paiol de pólvora.

São tudo flores no paiol de pólvora.

TV a cores no paiol de pólvora.

Tomem lugares no paiol de pólvora.

Vai pelos ares o paiol de pólvora.

RESUMO

Nesta dissertação, o interesse investigativo recai sobre a análise do sofrimento do trabalhador pirotécnico de Santo Antônio do Monte. Esta categoria profissional vivencia, em seu cotidiano, não só o risco de acidente súbito, mas o próprio acidente em si. O objetivo deste trabalho é compreender os impactos dessa realidade de riscos e sofrimento, na saúde do trabalhador. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sujeitos que ocupam lugares e funções distintos, dentro das empresas pirotécnicas, o que permitiu acesso a diferentes percepções sobre essas organizações do trabalho. Foram também analisadas reportagens de televisões e jornais, com a finalidade de se compreender como o mundo da pirotecnia é tratado pela mídia televisiva e impressa, vistos como um interlocutor social e formador de opinião. O diário de campo foi de fundamental importância para a concretização desta pesquisa, pois dele constavam anotações até mesmo anteriores à efetivação deste trabalho, dada a proximidade pessoal e profissional da pesquisadora com a realidade pirotécnica. O foco de análise tem uma orientação psicossociológica, dada a sua dimensão multidisciplinar, que leva em conta a complexidade do objeto estudado, a articulação entre questões políticas, sociais, econômicas, históricas e culturais. A análise das relações de poder, no contexto municipal, constituiu, também, um ponto decisivo para se captar a dimensão dos riscos a que estão sujeitos os trabalhadores no interior das fábricas de fogos. Com efeito, a realidade do pirotécnico de Santo Antônio do Monte remete a uma peculiar relação entre a pirotecnia e a história municipal, marcada econômica e politicamente pela produção hegemônica dos fogos de artifício. A compreensão desse mundo de riscos e sofrimento deveu-se, especialmente, à própria palavra dos trabalhadores, em seus testemunhos, tomados através de entrevistas ou conversas informais, algumas delas com a condição de que a identidade do sujeito entrevistado não fosse revelada. Compreender os riscos no trabalho e os processos de saúde e adoecimento do pirotécnico - sendo este um fenômeno silenciado e invisível, no contexto municipal - constituiu tanto um desafio como um dos elementos motores da presente pesquisa.

Palavras-chave: Acidentes de trabalho; Fogos de artifícios – Santo Antônio do Monte (MG);
Risco no trabalho; Saúde no trabalho; Sofrimento no trabalho.

ABSTRACT

In this dissertation the investigative interest is in the analysis of the suffering of the pyrotechnic worker in Santo Antonio do Monte. This professional category lives in its routine, not only the risk of an abrupt accident, but of accident itself. The aim of this work is to understand the impacts of this reality of risks and suffering over the health of the worker. Semi-structured interviews with people who occupy distinct functions inside the pyrotechnic companies were made, which allowed the access to different perceptions about these organizations. Reports from TV news and newspapers were analysed in order to understand how the pyrotechnic world is approached by TV and printed, press, seen as a social interlocutor and opinion maker. The field diary was of great importance to make this research possible, because there were previously taken notes, which were used in the conclusion of this work, given the personal and professional proximity of the researcher and the pyrotechnic reality. The focus of the analysis has a psychosociological orientation, given its multidisciplinary dimension, which takes into consideration the complexity of the studied subject, the articulation among political, social, economic, historic and cultural matters. The analysis of power relation, in the city context, was also a decisive point to capture the dimension of the risks to which the workers in the pyrotechnics are exposed inside the factories of fires. In fact, the reality of the pyrotechnic worker in Santo Antonio do Monte refers to a peculiar relationship between the pyrotechnics and the city history, economically and politically marked by the homogeneous production of fires. The comprehension of this world of risks and suffering was possible due to the own workers's own words, in their answers, taken during the interviews or informal conversations, some of them under the condition of not revealing the identity of the interviewed individual. Understanding the risks at work and the stages in the health and sickness of the pyrotechnic worker – this is a silent and invisible phenomenon in the city context – was, at the same time, a challenge and one of the motion elements of this research.

Key words: Labour accidents; Fireworks – Santo Antônio do Monte (MG); Labour risks; Labour health; Labour suffering

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO 2001 A 2003	35
TABELA 2	EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS FOGOS DE ARTIFÍCIO (NCM – 36)	35
TABELA 3	EXPORTAÇÕES	36
TABELA 4	PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES	36
TABELA 5	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO 2000 a 2003	37
TABELA 6	IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FOGOS – PAÍS/PRODUTO	38
TABELA 7	DEMANDA MÉDIA DOS PRODUTOS QUÍMICOS ADQUIRIDOS PELAS EMPRESAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE E REGIÃO	143
TABELA 8	TABELA DE MULTAS NA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS	147
QUADRO 1	MAIORES ACIDENTES COM FOGOS VEINCULADOS NA MÍDIA (BRASIL -1991-2002)	47

TABELA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	IMPORTAÇÃO DA CHINA POR PESO (KG) 2000-2005	38
GRÁFICO 2	INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS EM COMPARAÇÃO À INCIDÊNCIA EM TODOS OS RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL, INSS, 1998 A 2000.	75
GRÁFICO 3	MORTALIDADE POR ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS EM COMPARAÇÃO À MORTALIDADE POR ACIDENTES EM TODOS OS RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL, 1988 A 2000 – INSS	75
GRÁFICO 4	LETALIDADE DOS ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS EM COMPARAÇÃO À LETALIDADE DOS ACIDENTES EM TODOS OS RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL, 1988 A 2000 – INSS	76
GRÁFICO 5	NÚMERO DE ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS BRASIL, 1998 A 2000 – INSS	76
GRÁFICO 6	NÚMERO DE ÓBITOS POR ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS BRASIL, 1998 A 2000 – INSS	77
GRÁFICO 7	VÍTIMAS DE ACIDENTES COM EXPLOSÕES NA FABRICAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE – PMMG – 1995-2002	77
GRÁFICO 8	ACIDENTES COM EXPLOSÕES NA FÁBRICAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE – PMMG – 1995-2002	78
GRÁFICO 9	COMPARAÇÃO ENTRE DADOS EXISTENTES - NÚMERO DE ACIDENTES EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE – 1995 A 2002	78
GRÁFICO 10	COMPARAÇÃO ENTRE OS DADOS EXISTENTES – NÚMERO DE ÓBITOS – PMMG-DTR-INSS – 1995-2002	79
GRÁFICO 11	NÚMERO DE ÓBITOS EM ACIDENTES DO TRABALHO NA FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS NA REGIÃO SANTO ANTÔNIO DO MONTE – SINDIFOGOS – 1999 A 2002	79

LISTA DE ABREVIATURAS

CIEMG - Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais

COPAM - Conselho de Política Ambiental

DORT - Distúrbios Ostomusculares Relacionados ao Trabalho

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FOB - Free on board

GQT - Gestão de Qualidade Total

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

IML - Instituto Médico Legal

INBRASFOGOS - Indústria Brasileira de Fogos

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

ISO - Interntional Organization for Standardization

LER - Lesão Por Esforços Repetitivos

MPT - Ministério Público do Trabalho

OCT - Organização Científica do Trabalho

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PFPC - Posto de Fiscalização de Produtos Controlados

PIB - Produto Interno Bruto

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

PSF - Programa de saúde da família

QT - Qualidade Total

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SINDIEMG - Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais

SINDIFOGOS - Sindicato dos Trabalhadores das Fábricas de Fogos de Artífícios

SUS - Sistema Único de Saúde

TEPT - Transtorno de Estresse Pós Traumático

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Metodologia.....	15
2 O TRABALHADOR PIROTÉCNICO EM SEU CONTEXTO.....	20
2.1 Um breve histórico	20
2.1.1 A economia santantoniense.....	21
2.1.2 A origem da pirotecnia no mundo e em Santo Antônio do Monte.....	22
2.2 A pirotecnia na mineira terra dos fogos	22
2.2.1 Descrições e regulamentações nas empresas pirotécnicas	24
2.2.1.1 Cartonagem.....	26
2.2.1.2 Manipulação de pólvora branca.....	27
2.2.1.3 Pólvora preta.....	29
2.2.1.4 Arrematação de foguete	30
2.3 A globalização na terra dos fogos - sedução, promessas e entraves.....	32
2.3.1 As relações internacionais e suas interfaces para o trabalhador pirotécnico	34
2.3.2 O pirotécnico e seu lugar nos interesses do capital	39
2.3.3 O trabalho informal na pirotecnia	41
3 O TRABALHADOR E A VIVÊNCIA DE RISCO E SOFRIMENTO NA PIROTECNIA.....	44
3.1 O trabalhador pirotécnico e a mídia: ante o silêncio, a magia e o sofrimento.....	44
3.2 O monopólio produtivo na terra dos fogos.....	51
3.3 Os limites do sindicato do trabalhador.....	58
3.4 Risco - uma visão ampla sobre o fenômeno.....	64
3.4.1 Segurança do trabalhador pirotécnico	67
3.4.2 As leis na segurança do trabalho pirotécnico.....	70
3.4.3 Quando vai pelos ares o barril de pólvora	74
3.4.4 Silêncio, culpa e sofrimento - o preço do acidente entalhado no corpo	81
3.4.5 O acidente no olhar do pirotécnico	87
3.4.6 Convivendo com o perigo.....	91
3.4.7 O lugar do trabalhador pirotécnico.....	92

4 TRABALHO, CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL, SAÚDE MENTAL E EPIDEMIOLOGIA: UMA INTRINSECA RELAÇÃO	95
4.1 Trabalho, uma tênue separação entre a saúde e o adoecimento, o prazer e o sofrimento	95
4.2 Processo psicossocial de saúde e trabalho pirotécnico: uma questão epidemiológica?	97
4.2.1 Da legislação ao chão de fábrica - A questão da saúde do trabalhador	102
4.3 Medo, sofrimento e angústia, sentimentos que acompanham os trabalhadores pirotécnicos em seu fazer e as estratégias para enfrentá-los.....	107
4.4 Impactos vividos com acidentes de trabalho: a população, o pirotécnico e os transtornos pós-acidentes	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	137

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata inicialmente, de contextualizar a pirotecnia de Santo Antônio do Monte, para, a partir dessa realidade focar a segurança no trabalho do pirotécnico. Busco realçar os aspectos psicossociais ligados à especificidade do trabalho pirotécnico e os impactos que essa realidade impõe aos trabalhadores desse segmento produtivo.

Desde muito cedo, algumas questões ligadas à vida cotidiana desses trabalhadores e moradores da cidade constituíram para mim motivo de inquietação e angústia. Enquanto moradora da cidade, o testemunhar de perto essa realidade singular propiciou-me um olhar diferenciado.

“Tanto o sujeito que comunica como aquele que o interpreta são marcados pelas histórias, pelo seu tempo, pelo seu grupo.” (MINAYO, 1993, p.222) Considerando Minayo, quanto à impossibilidade de neutralidade do pesquisador, vale sinalizar, através de relatos, o lugar de onde parte o olhar e interpretações que se seguem, no decorrer da pesquisa.

Ainda está vivo na minha memória, quando ainda criança, na quadra em que eu morava, pegou fogo numa fabriqueta de produtos pirotécnicos infantis, localizada no fundo da casa do proprietário. Era noite, os fogos coloriam o céu, parecia uma festa, mas a tristeza e preocupações dos donos e vizinhos mostravam o contrário. O medo era que as chamas atingissem as casas vizinhas. Não havia muito a fazer, não havia recursos para conter o incêndio.

É também singular a forma como os acidentes nas fábricas de fogos sempre mobilizaram toda a cidade. O estrondo das explosões¹ é ouvido ao longe, o que provoca uma busca de notícias. A população vai para as esquinas (especialmente na periferia), os carros partem em direção da fumaça, depois retornam para informar aos moradores, tranquilizá-los ou não. Esse movimento de identificar a fábrica e as possíveis vítimas é prioritário nesse momento, já que todos têm alguém da família ou conhecido que trabalha com fogos.

De forma particular, um episódio somou-se aos outros e mobilizou esta pesquisa. Em uma tarde de dia comum, as escolas liberaram as crianças mais cedo, devido à chuva forte que ameaçava cair. Porém, surpreendidas no meio do caminho, esconderam-se do temporal no local em que eu estava. A chuva era forte e um de seus raios atingiu um depósito de pólvora próximo à cidade. A fumaça cobriu as ruas, os vidros de muitas casas da cidade se quebraram

¹ Uso o termo ‘explosão’ por ser esse muito significativo para os trabalhadores pirotécnicos em questão. Porém, sei que a pólvora não explode e, sim, deflagra.

com o deslocamento de ar provocado. As crianças, assustadas, começaram a chorar, diziam que os pais trabalhavam nas fábricas. Não houve como acalmá-las. Mal esperaram que a chuva abrandasse, para saírem em busca de notícia.

São episódios como esses que, provavelmente, mobilizaram uma velha narrativa dos moradores dessa cidade, quando dizem morar em um barril de pólvora. Essas inquietações, aos poucos, foram ganhando maior consistência. O distanciar do cotidiano dessa cidade e o vivenciar outras relações em outro contexto, juntamente com a sustentação teórica que as questões foram ganhando, possibilitou-me maior clareza dos conflitos econômicos, políticos, fiscal e ecológico que envolvem as relações capital e trabalhador no município de Santo Antônio do Monte. Evidenciou-se o silêncio que ronda a pirotecnia e suas questões, pois ‘ninguém [pode] dizer nada no paiol de pólvora’.

Assim, a escolha do tema para esta pesquisa respaldou-se em minha experiência como moradora que teve toda sua história entrelaçada à pirotecnia e, posteriormente, enquanto psicóloga que atuou junto ao trabalhador pirotécnico, de forma direta e indireta, sentiu as pressões do contexto interno e externo dessa indústria.

O trabalho na área de recursos humanos, junto à indústria pirotécnica possibilitou-me uma proximidade com as relações que envolvem o trabalhador do ramo com todas as suas questões. As minhas inquietações foram ganhando corpo e cada vez me incomodavam mais. Ver e testemunhar mais de perto o que é viver com o perigo e com o medo da morte, aflorou em mim, uma maior sensibilidade ao sofrimento do trabalhador que sai de casa, deixa os filhos e não sabe se vai voltar.

O sentimento de impotência frente à realidade levou-me a um novo posicionamento. O que era estranho e inquietante tornou-se um objeto de pesquisa, de estudo. A impossibilidade da neutralidade do pesquisador, no desenrolar da pesquisa e mesmo na escolha do objeto a ser pesquisado, sempre esteve evidente.

Posso afirmar que, como os trabalhadores, eu também estive, ou melhor, ainda estou constantemente em contado direto com o medo de represália dos empresários pirotécnicos. Por diversas vezes fui advertida sobre os riscos que esta pesquisa poderia representar para mim ou minha família. Em algumas ocasiões, essas advertências vieram de pessoas ligadas a órgãos públicos. Advertências tais como: “*é, alguém tem que ser enforcado para mudar...*” ou ainda, “*cuidado, esse pessoal não está pra brincadeira*”. Toda essa situação me rendeu muitos pesadelos e conflitos.

Mas foram os relatos dos trabalhadores e o testemunhar de seu sofrimento, juntamente com a visualização das fotos de acidentados, que me deram a certeza de que eu deveria

continuar, escutar e registrar através desta pesquisa a realidade dos “bastidores do espetáculo” (BARRETO, 2002) pirotécnico, tema central dessa pesquisa.

Assim, mantendo a ética como princípio básico de meu trabalho e sendo leal à confiança depositada pelos trabalhadores, busco contribuir para uma escuta apurada dos dilemas vividos pelos pirotécnicos e, na melhor das hipóteses, para a abertura de caminhos, discussões e possíveis avanços para que o trabalho na pirotecnia esteja mais próximo da dignidade e respeito ao ser humano.

1.1 Metodologia

Para alcançar a finalidade a que me propus nesta pesquisa, fez-se necessário o descortinar do cenário das relações santantonienses, como pano de fundo de meu trabalho. Fazer o levantamento sobre os riscos impostos pelo trabalho na indústria pirotécnica e compreender a noção de desastre, considerando os aspectos políticos, econômicos e institucionais, dentro da realidade da pirotecnia de Santo Antônio do Monte, constituem objetivos específicos a serem desenvolvidos no decorrer da pesquisa.

Outros fatores foram também considerados importantes, como, as possíveis mudanças no indivíduo, diante da convivência com o risco iminente de acidente de trabalho e a compreensão dos acidentes ocorridos no contexto do trabalho pirotécnico de Santo Antônio do Monte, a partir da perspectiva dos trabalhadores do ramo.

A compreensão desses fatores possibilita uma análise mais aprofundada da relação do trabalhador pirotécnico de Santo Antônio do Monte, MG, com o risco a que se submete cotidianamente no trabalho com a pirotecnia.

Diante da especificação dos objetivos acima descritos e da metodologia a ser utilizada, parti para os contatos iniciais. A busca de informações, desde os primeiros contatos, especialmente com trabalhadores, na maioria das vezes, somente foi possível com muitas dificuldades. As pessoas resistiam, diziam que tinham medo que os patrões ficassem sabendo e os perseguissem. Sempre desconfiados, quando consentiam em gravar informações, era com muitas recomendações e medos.

Algumas vezes foi permitido apenas anotar as falas e em algumas ocasiões diziam em tom de brincadeira: “*se você disser que eu falei isso, eu digo que você está doida*”, ou ainda: “*se você colocar meu nome, eu te mato.*” O interessante é que essa imagem vai além dos

limites do município, fato que percebi em uma situação em que tive contato com um trabalhador de uma empresa de outro ramo e localizada em outra cidade. Mesmo não tendo contato profissional com a pirotecnia, demonstrou receios e desabafou que tinha medo de ser prejudicado, “*pois lá, ainda é um coronelismo, [...] fizeram o funcionário da Administração Fazendária ser transferido porque ele quis legalizar a situação das fábricas de fogos*”. (Entrevista, trabalhador não pirotécnico, março 2006)

Assim, ficam claras as barreiras que encontrei para efetivar esta pesquisa. E, certamente, se não houvesse bons contatos estabelecidos anteriores ao início desse estudo, as barreiras seriam ainda maiores. Porém, as dificuldades encontradas estenderam-se também a algumas instituições que busquei para obter informações, o que certamente dificultou maior riqueza de dados no trabalho. Somada às dificuldades relatadas, encontramos a ausência de pesquisas sobre o tema pirotecnia.

O silêncio que impede a circulação de informações sobre a pirotecnia está entranhado nas relações intra e extra-fabris na “terra dos fogos”, como é popularmente conhecida a cidade. Esse silêncio percorreu todo o desenrolar da pesquisa, juntamente com questões políticas municipais.

Como as reflexões sobre as questões pirotécnicas e do trabalhador eram anteriores à própria pesquisa, muitos dados foram colhidos e registrados em um diário de campo que antecede à pesquisa propriamente dita, o que muito contribuiu para a origem e sustentação das ponderações que se seguem.

Utilizei, na investigação, inicialmente, a pesquisa bibliográfica, recurso que permitiu a formação de balizas para as reflexões e a efetivação do trabalho. O estudo histórico e teórico aprofundado sobre o contexto pirotécnico municipal, que permeia o cotidiano do trabalhador, foi alvo de pesquisa teórica, juntamente com os conceitos e discussões acerca da relação do trabalhador com o risco e seus efeitos na saúde.

Os objetivos propostos com a pesquisa e o enfoque cedido à contextualização do objeto de estudo apontam para a necessidade de “*retratar a realidade de forma completa e profunda,*” (ANDRÉ, 1984, p. 52) característica fundamental do estudo de caso, enquanto abordagem qualitativa.

A busca da compreensão do objeto em sua totalidade maior, sem se desfazer dos detalhes, reservando respeito ao senso comum, ao valor heurístico, à historicidade do fenômeno e à cultura em que é engendrado, são aspectos importantes a serem considerados. Esses aspectos, somados ao entendimento da possibilidade de surgirem elementos variados a serem analisados no decorrer da pesquisa e de considerar fundamental a compreensão do

caráter contraditório e conflitivo das relações sociais, justificam o resgate da hermenêutica-dialética enquanto método para sustentação da pesquisa em questão.

Segundo Minayo (1993), o método hermenêutico-dialético é o instrumental mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. No tratamento dos dados, ele traz para o primeiro plano as condições cotidianas da vida, e busca compreendê-las de forma mais profunda. Leva o intérprete a buscar compreender

o texto, a fala, o depoimento como o resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações com significado específico. Esse texto é representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo que as tensões e perturbações sociais. (MINAYO, 1993, p.227-228)

Assim, a dinâmica das relações no contexto da pirotecnia santantoniense evidenciou-se dentro de uma historicidade, em suas múltiplas facetas: política, administrativa, ecológica, institucional, entre outras.

Considero que a observação de campo, no que diz respeito ao processo produtivo dos fogos, já foi realizada anteriormente à proposta de pesquisa, no momento em que atuei como psicóloga em empresa pirotécnica. Isso forneceu uma sustentação para as reflexões, para a estruturação da proposta de pesquisa e veio ao encontro do meu desejo de pesquisadora de não estar em contato presencial com nenhuma empresa específica, evitando, assim maiores envolvimento com uma determinada empresa.

É importante enfatizar que minha escuta sobre assuntos ligados ao trabalhador pirotécnico é anterior à pesquisa. Portanto, algumas informações obtidas nesse período foram utilizadas, mas sinalizadas com a data, dentro do diário de campo. Assim, há informações de pessoas que assinaram o termo de consentimento e de outras que não assinaram o mesmo, mas disponibilizaram o uso das informações no trabalho. Há ainda, também dentro do diário de campo, o registro de dados obtidos através de escutas sobre assuntos pertinentes em espaços públicos.

Quanto à pesquisa e análise documental, foram utilizados recursos tais como a mídia televisiva e impressa de jornais e revistas, normas de segurança no trabalho pirotécnico e documentos do Ministério do Trabalho e Ministério da Defesa, que dizem respeito ao assunto do trabalho com explosivos, especificamente a pirotecnia.

Durante a pesquisa, foram entrevistados cinco trabalhadores que convivem diretamente com o risco de explosão nas fábricas de fogos, sendo que eles estão ligados a empresas

diferentes, mas trazem em seus relatos experiências em diversas fábricas de grande e pequeno porte, pois a rotatividade no setor pirotécnico é um fenômeno freqüente. Para a seleção dos setores, busquei os mais tradicionais dentro da pirotecnia, assim ampliando para a realidade da maioria das empresas. Também foram ouvidos dois técnicos de segurança do trabalho do ramo e dois encarregados da produção dos artefatos pirotécnicos. Visando ao maior sigilo de todos os trabalhadores, em várias ocasiões, reservei o direito de não citar a função em que trabalhara.

Os presidentes dos sindicatos do trabalhador e patronal também foram ouvidos em entrevistas. Outras pessoas ligadas a instituições públicas foram contatadas, na expectativa de contribuir para uma maior compreensão do objeto em estudo. Entre elas uma auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego - Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, assim como o representante do Ministério da Defesa – Exército, a coordenadora do PSF (Programa de saúde da família) de Santo Antônio do Monte e um fiscal ligado ao COPAM (Conselho de Política Ambiental).

Portanto, priorizei em minha pesquisa a escuta de atores que ocupam lugares diversos, no processo produtivo e nos lugares políticos, envolvendo os interesses dos trabalhadores e do patronato local. Isso me forneceu uma pluralidade de narrativas sobre o assunto, o que certamente muito enriqueceu minha compreensão sobre o objeto pesquisado.

As análises dos dados foram predominantemente qualitativas, e tiveram como tarefa o desafio de falar do que não é dito, de apresentar ao leitor a “invisibilidade” (Mendes, 2002) dos acidentes do trabalho pirotécnico. Tarefa difícil por dois motivos: um simplesmente por dizer sobre o sofrimento, algo que não se fecha, mas, sim, parece sempre ficar engasgado. Outro, por estar inserido em contexto carregado de conflitos, parecendo sempre que a pesquisadora estava transgredindo as normas da pirotecnia na região, assim como os trabalhadores, ao serem cautelosos nas entrevistas.

O presente trabalho se desdobra em um conjunto de cinco capítulos. Esses constituem um tecer de depoimentos, observações e teorias, os quais sustentam as reflexões, críticas e conclusões provisórias a que cheguei.

O primeiro capítulo dediquei à introdução do trabalho e a clarear a metodologia que norteou a pesquisa. Nesse momento, apresento as inquietações que mobilizaram este trabalho e o lugar de onde parte esse olhar.

Considero que qualquer trabalho, somente pode ser compreendido, na medida em que é situado sócio-historicamente. O momento histórico e a estrutura social têm importante parcela de influência na trajetória da vida do trabalhador. Portanto, o tema do segundo capítulo

constitui um estudo desse contexto, abarcando a pirotecnia dentro dos limites municipais de Samonte, como essa cidade é popularmente conhecida.

O terceiro capítulo versa sobre temas variados que apresentam os conflitos que o trabalhador pirotécnico vivencia diante dos riscos que caminham lado a lado com a pirotecnia santantoniense. Assim, sua relação com o sindicato, mídia, segurança do trabalho, riscos, leis, entre outros, são discutidas e amparadas teoricamente por uma visão que prioriza a percepção psicossocial dos fenômenos.

O capítulo seguinte tem como objetivo refletir sobre a saúde do trabalhador pirotécnico. O esforço é em direção da compreensão dos impactos que esse trabalhador vivencia diante da singularidade de seu trabalho, dos perigos e conflitos a que se expõe. Porém, a discussão é estendida à saúde da população municipal que está imbricada com as questões da pirotecnia.

Por fim, no capítulo das considerações finais, é feito um balanço de todo o trabalho apresentado. O desafio é de apresentar algumas conclusões a que cheguei certa de que não existe última palavra no tecer das interpretações. Assim, o trabalho apresentado tem um caráter provisório, as reflexões não terminam neste momento, mas almejam apontar alguns caminhos que possibilitem maior compreensão da realidade do trabalhador pirotécnico e de sua saúde.

Mais do que responder e revelar dados, este trabalho tem como objetivo evidenciar a ausência de questões trabalhadas sobre o cenário pirotécnico e sobre os acidentes de trabalho que nele ocorrem. Revela-se, no decorrer da exposição, que essa invisibilidade certamente traz prejuízos significativos na discussão sobre a segurança no trabalho e, possivelmente, na contribuição da prevenção dos mesmos.

2 O TRABALHADOR PIROTÉCNICO EM SEU CONTEXTO

A proposta deste capítulo é de revisitar os caminhos da pirotecnia na cidade de Santo Antônio do Monte. Busco priorizar o lugar do trabalhador pirotécnico e o impacto que vivencia com a realidade de seu trabalho. Através de relatos, procuro tornar claro esse cenário, a realidade contextual da pirotecnia santantoniense, em que o trabalhador está inserido e as relações que engendram o seu lugar no trabalho.

2.1 Um breve histórico

Localizada no centro oeste-mineiro, na micro-região do Vale do Itapecerica, a 180 km de Belo Horizonte, Santo Antônio do Monte, conta com uma população de 26.915 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2005. A população santantoniense está distribuída da seguinte forma: 18,88% na zona rural e 81,12% na zona urbana

Santo Antônio do Monte, terra dos fogos, cidade que traz aos seus arredores numerosos barracões, como são popularmente chamadas as pequenas construções onde são produzidos os fogos de artifício e para onde se direciona boa parte da população ativa dessa cidade. Apesar da longa data de convivência com os fogos, pode-se dizer que nem sempre foi assim. Os documentos oficiais contam que Santo Antônio do Monte tem sua origem nos anos de 1782, quando o Guarda Mor Francisco Tavares de Oliveira doou a sesmaria “Alta Serra” para formação do povoado. Ao redor da capela, construíram as casas. (MORAES, 1983)

O declínio do ouro no oeste mineiro foi um marco para que o povoado prosperasse. Na busca de nova forma de sustento familiar, chegaram novos moradores e investimentos nas fazendas de criação de gado e formação de lavouras. Em 1832, o povoado contava com uma população de 3.542 habitantes. No ano de 1875, Santo Antônio do Monte foi elevada à categoria de cidade.

2.1.1 A economia santantoniense

Sua história econômica foi fortemente marcada pela produção de café, açúcar e criação de gado. Mas também contou com uma expressiva produção vinícola, que ocupou lugar de destaque no Estado. Foi também significativa a criação de suínos, eqüinos e ovinos. Contudo, apenas a criação de gado “vingou” até os dias atuais. (MORAES, 1983)

Pesquisas locais narram que a fabricação de fogos de artifício em Santo Antônio do Monte teve seu início em aproximadamente 1859, com dois irmãos que começaram a sua fabricação de forma rudimentar no fundo de quintal. Mas foi com um terceiro personagem, Conrado José do Nascimento, que a fabricação de fogos saiu do fundo de quintal e alcançou o rumo das fábricas. Em 1945, foi fundada a primeira indústria pirotécnica de Santo Antônio do Monte. (MORAES, 1983, 1997)

Desde esse período, o seu desenvolvimento tornou-se expressivo no município, chegando, em 1972, segundo Moraes (1983), a possuir 22 indústrias do gênero, gerando mais de mil empregos e contribuindo com quase dois milhões de cruzeiros por ano aos cofres federais.

Hoje, a pirotecnia ocupa lugar de destaque na vida econômica da referida cidade; os fogos de artifício tornaram-se seu cartão postal - através desses artefatos pirotécnicos a pequena cidade do interior mineiro passa a ser internacionalmente conhecida (MORAES, 1983, 1997)

Segundo informações do presidente do SINDIEMG (Sindicato das Indústrias de Explosivos de Minas Gerais), durante entrevista em maio de 2006, em Santo Antônio do Monte somam-se 45 empresas e, no mínimo, seis mil e seiscientos trabalhadores estão ligados direta ou indiretamente à pirotecnia. Somando às cidades circunvizinhas envolvidas com o ramo pirotécnico, cujos proprietários na grande maioria são santantonienses, o total é de 69 empresas do mesmo segmento e estima-se que em torno de doze mil trabalhadores contribuem de alguma forma com o setor. Durante o mandato de 2000 a 2004, o então prefeito de Samonte, afirmou que a pirotecnia “*representa 70% do fornecimento de empregos em Santo Antônio do Monte e região*”. (OLIVEIRA, 2003) Portanto, a pirotecnia tornou-se uma expressiva fonte de renda em Samonte e em algumas cidades circunvizinhas. Seguindo a forte tendência dos tempos contemporâneos, esses artefatos avançaram para além das fronteiras nacionais e passaram a ser comercializados também em outros países.

2.1.2 A origem da pirotecnia no mundo e em Santo Antônio do Monte

Os fogos de artifício têm sua origem no descobrimento de salitre, há aproximadamente 2200 anos. Durante a construção da famosa muralha da China, esse mineral foi utilizado como meio de comunicação a distância, através dos sinais de fumaça que produz. Somente em um momento posterior, ele passou a fazer parte da composição da pólvora que deu origem aos fogos de artifício. Porém, os fogos de artifício lançados ao céu, não têm sua origem nesse país, bem como não foram pelas mãos chinesas que os fogos ganharam cores. Foi registrada, pela primeira vez, a utilização de fogos de artifício coloridos na Itália, no século XIV, durante uma festa dedicada a São Giovanni, mas esses fogos ainda não haviam conquistado o céu. (OKADA, 2005)

Okada (2005) relata que os fogos de artifício tornaram-se alvo de cobiça de alguns reis ingleses, que buscaram incrementar a técnica de fabricação desses luminosos produtos. Ainda no século XVII, com esse objetivo de incremento, o rei James criou uma instituição de pesquisa dedicada ao desenvolvimento desses produtos.

Por sua vez, o Japão construiu uma tradicional história junto à pirotecnia, que teve seu início mais precisamente em 1613. Os japoneses também contribuíram de forma significativa para o aperfeiçoamento e embelezamento dos fogos de artifícios, que são largamente utilizados no Hanabi, famoso festival de espetáculos pirotécnicos nipônico. (OKADA, 2005)

Segundo a mídia que promove os artefatos pirotécnicos, esses ganharam o céu, conquistaram o mundo, tornaram-se acessórios importantes nas festividades para celebrar as alegrias e emocionar quem os vislumbra. Esses artefatos foram aperfeiçoados, ganharam formas, cores e brilhos cada vez mais vivos e ruídos variados, e atravessaram o Atlântico. Não temos conhecimento de registros que marcam o início dos fogos de artifício nas Américas e no Brasil, mas, sim, em Santo Antônio do Monte.

2.2 A pirotecnia na mineira terra dos fogos

Os fogos conquistaram um novo espaço no meio social e Santo Antônio do Monte o acompanhou. Na década de oitenta, houve um aumento significativo de fábricas de fogos em Samonte, o que atraiu novos moradores em busca de emprego. Hoje, sem dúvida, a indústria

pirotécnica é um marco importante na história da cidade, que é referência no mundo da pirotecnia. Samonte representa, na atualidade, o segundo maior pólo mundial produtor de fogos de artifício, perdendo apenas para a China, mas sendo o primeiro em concentração de indústrias. (INSTITUTO EUVALDO LODI, 2003).

O diagnóstico das empresas de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte, levantado pela FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) e SINDIEMG, (Sindicato das Indústrias de Fogos de Minas Gerais) revela que a referida cidade contava com mais de sessenta empresas pirotécnicas que absorve cerca de aproximadamente 3000 pessoas, 13% da população total em mão-de-obra, e perto de 50% do PIB municipal. (INSTITUTO EUVALDO LODI, 2003).

Segundo informação do presidente do SINDIEMG, em 2005, as empresas pirotécnicas geravam, na região, em torno de 10.000 empregos diretos e indiretos. (Patusco, [2005?]). Em entrevista com o presidente do SINDIEMG, em 2006, o mesmo declara que o número de empregos diretos e indiretos provocados pela pirotecnia circula próximo à casa dos 12.000 na região. Houve realmente esse aumento de mão de obra na pirotecnia? A oscilação dos dados quanto à população envolvida com a pirotecnia, aponta para uma insegurança e possível jogo de interesses no lidar com a informação.

Quanto às empresas pirotécnicas e seus registros Melo (2002) revela, em sua pesquisa, informações obtidas através da Administração Fazendária. Devido ao fato de os fogos de artifício serem considerados, na legislação econômica, produto supérfluo, a existência de uma grande sonegação de impostos por parte das fábricas justifica a diluição das grandes empresas em pequenos grupos. Assim, atendem à lei de Micro-Gerais, em que se paga a modalidade de impostos denominada SIMPLES, com valores bem menores ao que teriam que pagar se mantivessem grandes estruturas fabris.

É preciso lembrar que esses números sinalizam para a existência de seres humanos, pessoas vinculadas ou não à pirotecnia. Mudar os números no papel é de fato fácil, mas essas mudanças no real repercutem no direcionamento de vidas. É rotineiro de se ouvir nos limites do município: *“Aqui a gente está nas mãos dos fogueteiros”* (Diário de campo 2005) Essa vulnerabilidade sentida não apenas pelos trabalhadores pirotécnicos, mas por boa parte da população, é algo a ser tratado mais adiante. Pode-se realçar, no momento, que a população santantoniense, como bem enfatizam na mídia que promove os fogos, possui um nível razoável de vida; percebe-se, ao andar pela cidade, que não existem mendigos, crianças abandonadas ou casas improvisadas.

É a pirotecnia que garante esse nível? Se for verdade, podemos questionar, a que preço? Diante de tantos avanços, tantos enriquecimentos nos shows pirotécnicos, como ficam os operários que os produzem? Quais são os impactos que esses sofrem diante do trabalho cotidiano com perigo? Como é constituído o anti-show que fica no silêncio da mídia? Essas são as questões centrais que mobilizam esta pesquisa e a busca de respostas para esses não ditos, para o que fica por trás dos shows pirotécnicos amplamente divulgados e enaltecidos pela mídia.

2.2.1 Descrições e regulamentações nas empresas pirotécnicas

As fábricas de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte são localizadas na zona rural da cidade o que é regulamentado pelo Decreto N°. 3.665, de 20 de novembro de 2000 que dá nova redação ao Regulamento para Fiscalização de produtos controlados (R-105). Isso devido ao perigo que a indústria representa para sua vizinhança. Os aspectos físicos dessa região são de relevo montanhoso, vegetação rasteira e poucas árvores espalhadas pelo cerrado. É muito comum encontrarmos cascalhos cobrindo o solo. Portanto são essas as características das trilhas e estradas que os trabalhadores precisam percorrer para chegar ao local de trabalho, por vezes transportando material explosivo ou ainda para se proteger em situação de perigo.

As indústrias pirotécnicas são compostas basicamente de várias pequenas construções espalhadas pelo cerrado. O número de barracões, como são popularmente chamados pelos trabalhadores, pode variar de 25 a 120 de acordo com o tamanho da empresa. Essas mesmas construções são também nomeadas de pavilhões pelo Ministério da Defesa - Exército e Ministério do Trabalho, mas aqui priorizamos o termo barracão para estar mais próximo da realidade do trabalhador.

Atualmente, essas construções são acompanhadas pelos Ministérios acima citados. A distância entre os barracões, o seu tamanho, ventilação, acabamentos entre outros aspectos, são fiscalizados, objetivando maior segurança para o trabalhador. As leis que regulamentam as construções e atividades dentro da empresa pirotécnica são: a normatização do Ministério da Defesa - Exército R 105, acima citada e as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº. 3214 de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego. Em julho 2001, o Ministério Público do Trabalho juntamente com o Ministério do Trabalho e do Emprego, objetivando promover o ajustamento das empresas fabricantes de fogos de artifício às normas de segurança em vigor,

firma através da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas as obrigações da empresa e suas possíveis multas em caso de não serem respeitado o tempo pré-estabelecido para as alterações solicitadas. Contudo os investimentos nessa área não pararam, a Secretaria de Inspeção do Trabalho através da Portaria Nº. 152 de 14 de março de 2006 retoma o tema.

Mas, outrora, essas construções eram de acordo com o interesse dos proprietários e sugestões dos encarregados. Antes das intervenções dos órgãos acima citados, era raro encontrar paredes pintadas e janelas no ambiente de trabalho, o que atualmente é regra; o piso muitas vezes era de chão batido, hoje é de cimento, o que facilita a limpeza, bem como as paredes pintadas que facilita a visibilidade do acúmulo de pó de pólvora. Os trabalhadores não tinham próximo ao seu ambiente de trabalho acesso à água para manutenção da limpeza do mesmo e umedecimento do local, o que é imprescindível para sua segurança, bem como para qualquer ameaça de acidente de trabalho. Hoje, todos os barracões devem ter próximo à sua entrada, torneira e caixa com água, bem como extintor de incêndio e placas especificando dados importantes para a segurança no trabalho.

A uma distância de no mínimo 15m de cada barracão foi construído um cargueiro, destinado a armazenar matéria prima que será usada, bem como o produto semi-acabado confeccionado nesse setor, assim evitando o acúmulo desses no interior do barracão e diminuindo o risco de acidentes no trabalho. Essa construção tem seu tamanho próximo a quatro por dois metros, com uma divisão separando os subprodutos das matérias primas. Os depósitos destinados a armazenar, por exemplo, a pólvora, devem ser construídos a uma distância de cinquenta metros dos barracões onde os trabalhadores se encontram, salvo quando há barricada, situação que permite maior proximidade, passando, assim, para vinte e cinco metros.

De acordo com o produto confeccionado ou manipulado no barracão, esse deve trazer algumas características específicas. Descreveremos algumas a título de exemplo. No geral as paredes no interior dos barracões, as laterais, e a que se localiza à frente da porta, são contornadas por bancadas de alvenaria. Essas são usadas pelos trabalhadores para executar suas funções.

Na grande maioria dos setores desse segmento de produção, é proibida a instalação de energia elétrica ou qualquer outro tipo artificial de iluminação, devido ao perigo que pode representar.

Quando analisamos as legislações relacionadas à pirotecnia percebemos que são várias as normas estipuladas que visa uma maior segurança do trabalhador, porém, por exemplo, a

distância entre os barracões não são respeitadas na íntegra, o que é de suma importância em situação de acidentes, para que não propague o incêndio com facilidade. No caso, foi aceita a justificativa que para executar essa lei seria preciso refazer quase toda a empresa, o que as mesmas afirmam não ter condições financeiras. Por outro lado, é de conhecimento de todos que a única empresa que refez suas construções dentro das normas estipuladas, teve como causa maior um acidente que destruiu todos os barracões deixando quatro vítimas fatais.

A fim de maior aproximação da realidade interna nas fábricas de fogos de artifícios, descreverei, a seguir, as características e atividades de alguns setores.

2.2.1.1 Cartonagem

A cartonagem é um dos poucos setores que permitem a instalação de energia elétrica. O barracão destinado à cartonagem é bem maior que os demais, chegando a comportar dezenas de trabalhadores. Esse se localiza próximo à portaria e separado por uma distância maior do setor de explosivo. De acordo com a regulamentação, nesse setor, devem-se manusear basicamente papel e cola, para confeccionar a parte externa dos fogos, ficando proibido o trabalho com explosivo. Segundo relato de trabalhadores, nem sempre essa regra é respeitada, especialmente nos períodos de intensa fabricação de fogos. A colocação de uma funcionária do setor esclarece: *“Quando é época de safra, a gente também mexe com explosivo na cartonagem. A gente sabe que é proibido, mas fazer o quê!?!”* (Diário de campo, 2005)

A cartonagem é o setor que normalmente recebe os novatos no ramo da pirotecnia. Assim, os trabalhadores desse setor são na maioria jovens a partir de dezoito anos que vêm na pirotecnia o ingresso para o mundo do trabalho. Esses trabalhadores montam os canudos, cuias e as placas para os fogos mais incrementados. Os canudos são a parte exterior dos foguetes popularmente conhecidos. Esses são colados em placas de papel criando formatos diferentes, o que irá repercutir no efeito no momento da explosão. As cuias são papéis colados e prensados formando meias esferas, que depois serão preenchidas com material explosivo, compondo as bombas coloridas.

2.2.1.2 Manipulação de pólvora branca

O barracão onde ocorre a manipulação de pólvora branca é considerado pelos trabalhadores da pirotecnia como sendo o mais perigoso. Muitos manifestam medo de passar próximo a ele.

No interior dessa construção, as paredes e bancadas são revestidas por azulejo, o seu piso é revestido por cerâmica e comporta uma lâmina de água de dez centímetros, de forma que o trabalhador fica o tempo todo com os pés mergulhados na água; por isso deve trabalhar com botas de borracha. À frente da entrada do mesmo, há um cocho de alvenaria com um metro de largura, também contendo a lâmina de água, que deve ser substituída diariamente, com filtragem adequada e limpeza diária do filtro. Essa água na entrada é importante na limpeza constante das botas ao entrar no barracão, para maior garantia de não levar para o interior desse qualquer resíduo que possa provocar atrito.

Os manipuladores de pólvora branca ficam constantemente em contato com produtos tais como: perclorato de potássio, enxofre, alumínio metálico em pó, os quais, quando misturados, tornam-se altamente inflamáveis. Anteriormente às intervenções acima citadas, a pólvora branca era manipulada com clorato de potássio, que representa maior perigo para os trabalhadores. Segundo relato de um trabalhador pirotécnico, mesmo após a regulamentação que reza sobre a proibição do uso do clorato para tal mistura, as empresas de forma clandestina ainda usam esse recurso, a título de economia, devido ao preço diferenciado, o que em um determinado momento representou a morte de um trabalhador. (Entrevista, técnico de segurança, julho 2005)

A função do manipulador de pólvora branca, devido ao perigo que representa, é reservada a homens mais experientes na pirotecnia. Segundo relato de um encarregado, é difícil encontrar pessoas para trabalharem nesse setor. Ele justifica que os experientes nessa função têm problemas com alcoolismo. Essa dificuldade também foi vivenciada por mim em meu período de trabalho na função de seleção. Relata um trabalhador: “*Tem muita gente que trabalha na manipulação, no perigo, chega em casa e alivia com bebida [...]*” (Entrevista, trabalhador, jul., 2005)

O manipulador de pólvora branca, por lei, deve trabalhar sozinho em seu barracão. O mesmo tem seu corpo todo coberto pelo pó que manipula. Atualmente, é obrigatório que tome banho e troque de uniforme para almoçar e ao término do expediente de trabalho. Até o início da década de noventa, era comum encontrarmos nas ruas da cidade esses indivíduos, como de

outros setores, ao regressarem ainda trajando as mesmas roupas com que haviam trabalhado e com a pele coberta pelo pó. Os trabalhadores ainda relatam sobre vezes em que se aventuravam a fumar no trajeto ou na própria fábrica, pois ainda não era proibido levar para o setor de trabalho o fósforo e cigarros, e, é claro, nem sempre a situação era tranqüila.

É de conhecimento de todos e notório ao visitarmos as empresas nos horários de almoço, início e término de expediente de trabalho, que o consumo de cigarro pelos trabalhadores pirotécnicos, especialmente os do setor de explosivo, é muito alto.

Uma vez eu tava dentro do barracão trabalhando escutei o meu colega de trabalho xingando lá atrás. Fui olhar o que era. Ele tinha acendido o cigarro e pegou fogo em sua roupa. Fui ajudar a apagar. Até hoje a gente lembra e ri. (Diário de campo, trabalhador-2003)

Certamente, foi implementada a segurança desses trabalhadores. No caso, os cuidados dispensados ao setor de manipulação de pólvora branca se devem também ao real perigo que ele pode representar para toda a empresa. Qualquer atrito pode significar o que aqui chamam de explosão ou arrebentar o barracão ou a fábrica, pois o fogo rapidamente se alastra de um barracão para outro, que certamente pode acarretar mortes.

A manipulação dos produtos acima citados resulta na pólvora branca, como é denominada pelos trabalhadores, semi-produto que é responsável pelo ruído de tiro nos fogos. Essa massa é colocada em rodinhas parecidas com formas de fazer queijo, e distribuídas para outros setores em quantidade previamente estabelecida por lei.

A quantidade de pólvora branca a ser distribuída não pode ultrapassar 15 quilos e deve ser transportada através de carrinhos de madeira emborrachada ou de plástico. Os outros setores darão continuidade no processo da confecção dos fogos.

No dia-a-dia trabalhar com risco é trabalhar no suspense, por mais cuidado que a gente tenha uma hora a gente pode ter uma falha, uma falha humana. Todo cuidado é pouco. Esses dias mesmo eu saí com uma pia de rodas na porta da manipulação e vi uma cascavel na porta do barracão, de modo que, se eu tivesse assustado mais, podia ter perdido o controle e deixado cair as rodinhas [...] Se pusesse o pé de fora eu tinha pisado nela. Por pouco, foi Deus [...] Quero dizer que tudo isso serve pra contrariar a gente, é um suspense mesmo. Uma roda quebrada a gente tem de olhar pra tirar, porque senão, na hora que ocê vai rodar pode agarrar. Fica em suspense o dia inteirinho. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

2.2.1.3 Pólvora preta

Os setores de pólvora negra, produtos acabados e depósito de bombas devem ter equipamento para medição da temperatura e umidade do ar, o que, especialmente no horário de onze às quatorze horas, deve ser averiguado e registrado para eventual fiscalização.

Para a manipulação de pólvora preta são usados os produtos: carvão, nitrato de potássio e enxofre. Essa pólvora é responsável pelo impulso para o lançamento do foguete. Os trabalhadores desse setor são sempre homens mais experientes, por ser um serviço pesado e de muita periculosidade. Durante todo o tempo de trabalho, têm todo o corpo coberto pelo pó. Nesse setor há uma espécie de tambor de madeira, o qual fica girando e misturando o nitrato de potássio e o carvão. O tambor fica rodando dia e noite, sendo comum de se ouvir que estourou sozinho à noite. Em outro momento, essa mistura é levada para a galga, uma espécie de moinho de engenho de cana, onde se acrescenta o enxofre.

De acordo com um perito da área de segurança, esse equipamento era muito utilizado em condições precárias, o que foi corrigido com as fiscalizações do Exército. Esse órgão também interferiu nas misturas que antes eram dos três componentes no tambor. A reação química provocada por essa mistura produz muito gás, aumentando, consideravelmente, o risco de acidente, por ser o tambor totalmente fechado, diferente da galga. Segundo o depoimento de um encarregado, essas mudanças foram boas, quanto à segurança para o trabalhador, mas a pólvora fica mais fraca e precisa maior quantidade para lançar o foguete, o que justifica o fato de nem todas as empresas seguirem a regra.

Foi uma explosão de galga, a gente põe setenta e dois quilos pra rodar, pra misturar pra deixar pronto pro outro dia fazer os queijos pra granular. A galga já estava velha cheia de retoques nela, solda, e o raspador ia passando dor dentro, mas eu tenho por mim que o acidente foi por isso, mas o engenheiro disse que não. Mas o raspador passa e raspa, deu atrito. Toda vez que a gente falava pra arrumar outra galga, eles davam uma recauchutada nela e a gente voltava a trabalhar. A sorte foi que na hora do acidente eu e meu companheiro de trabalho tinha ido descarregar o estaleiro e já tava com a produção do dia pronta, o pó que tava batendo lá já era pro outro dia. Graças a Deus não atingiu a gente, voou pedaço pra tudo o quanto é lado, caiu pedaço de telha no estaleiro onde a gente tava. Saí correndo passei debaixo da cerca de arame, aí eu caí e quando eu olhei tinha um monte de gente ao meu redor [...] O meu colega não conseguiu correr mais que dez metros, se tivesse pegado fogo no barracão tinha atingido ele. No caso da explosão o melhor é você se jogar no chão, mas o José ficou paralisado. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

2.2.1.4 Arrematação de foguete

O setor de arrematação dos fogos é basicamente ocupado por mulheres; raramente encontramos homens desempenhando essa função. O barracão é, como na maioria, circulado por bancas sem nenhuma característica específica.

As arrematadeiras recebem os semiprodutos, montam os foguetes e embalam-nos nas caixas. Os canudos e ruelas de papel que vêm da cartonagem, as bombas que foram confeccionadas com a pólvora branca e a pólvora preta em pó que será medida e introduzida no canudo, como os demais materiais - basicamente essa é a arrematação de um foguete simples de tiro.

Mas são vários os tipos de fogos que podem conter baladas de cores, ruídos diferentes como apitos e ou ainda o *crackling* que produz efeitos visual e sonoro. A tarefa a ser cumprida no dia, pela arrematadeira, varia de empresa para empresa, mas em média são de 100 dúzias de fogos de doze tiros, duzentos e cinquenta dúzias para fogos de três tiros. Os números são outros de acordo com a dificuldade dos demais produtos.

O número de arrematadeiras dentro de um barracão é geralmente quatro. O que não é estipulado por lei, mas por outro lado, a quantidade de material explosivo, sim. Portanto, se o número de trabalhadores for maior criam-se dificuldades com a quantidade de material autorizado dentro do barracão. Ao questionar a arrematadeira sobre a quantidade de explosivo que pode ficar dentro do barracão, se era seguida a norma, ela respondeu rindo, considerando-me ingênua:

Isso aí não existe não. [...] pega o saco de pólvora e despeja o tanto que quiser na banca. O caixote de pólvora fica sempre cheio. [...] Lá é muita arrematadeira para dois embalador. Se for deixar os materiais como manda a norma, eles não vence (no sentido de não dar conta da função) colocar os materiais para nós, a gente gasta muito, muita bomba. [...] Enche os caixotes e ainda fica um balde debaixo de mim.² [...] Hoje eu faço 250 dúzias de foguete de doze tiros, mas tem fábrica que a tarefa é de 350 dúzias, depende do jeito de fazer. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

Assim, a produção dos fogos de artifícios comporta um número considerável de setores, cuja descrição no momento não é viável, daí privilegio os tradicionais. Hoje, os fogos produzidos em Santo Antônio do Monte contam com um variado catálogo de produtos, que vão desde pequenas bombinhas para manuseio de crianças a bombas de dez polegadas, contendo em

² Quis dizer embaixo da banca onde trabalha. Duzentos e cinquenta dúzias de foguete correspondem a três mil foguetes arrematados durante um dia de trabalho.

média seis quilos de material explosivo, podendo ainda produzir a bomba de doze polegadas que pode conter de nove a dez quilos. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

As cores, ruídos, formatos e efeitos, na última década receberam muitas inovações e aperfeiçoamento. Isso, graças ao contato que os pirotécnicos mineiros tiveram com novas matérias primas que foram introduzidas no ramo.

Encontra-se em anexo uma lista contendo as matérias primas mais utilizadas na pirotecnia mineira. Segundo um pirotécnico experiente, os novos produtos introduzidos trouxeram maior qualidade para os fogos, especialmente os de cores e maior segurança para o trabalhador, após ter aprendido a manipulá-los, o que exemplifica o alcance da globalização no ramo pirotécnico mineiro. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

Alguns componentes químicos utilizados na fabricação dos fogos são controlados pelo Exército. Disponibilizo em anexo um quadro com a demanda média dos produtos químicos adquiridos pelas empresas de fogos de artifícios de Santo Antônio do Monte e região. Porém, esse controle também é burlado, tendo por vezes como resultado a aquisição até em dobro do material autorizado, o que possibilita a ação de alguns empresários de comercialização do material controlado com fabricantes clandestinos, por preços muito maiores. Em um segundo momento, esses mesmos fabricantes clandestinos comercializam com os empresários pirotécnicos sua produção, fechando, assim, uma cadeia produtiva e seguindo a tendência da terceirização. Mas o órgão fiscalizador tem intensificado suas ações no sentido de coibir essas atitudes ilegais, o que tem surtido efeito. (Diário de campo, maio 2006)

A indústria pirotécnica tem como característica marcante as chamadas safras e entressafras no ramo. As safras são os momentos de intensa produção de fogos, quando há grande procura pelo produto. Essa procura, em circunstâncias normais, ocorre no final e meio de ano, devido ao reveillon e às festas juninas. Em casos de eleições políticas e campeonato de futebol, especialmente a copa do mundo, a situação é diferente; geralmente não há entressafras. No período das safras, há grande contratação de funcionários os quais na maioria das vezes são demitidos após cerca de três meses, quando passa o período de produção intensa, o que caracteriza as entressafras. Assim, uma parcela dos trabalhadores pirotécnicos enfrenta as flutuações da demanda do produto.

A indústria pirotécnica é caracterizada por ser basicamente artesanal. Pouquíssimas máquinas são utilizadas, especialmente por lidar com produtos químicos altamente inflamáveis que requerem cuidados especiais. Como não são permitidas instalações de energia elétrica na grande maioria dos barracões, a indústria pirotécnica requer um número considerável de funcionários para manter sua produção, e apesar da população ativa santantoniense ser

largamente absorvida nas indústrias pirotécnicas, por muito tempo não conseguiu atender às demandas de oferta de emprego.

Atualmente, a pirotecnia deixou de ser representação apenas na economia e na vida dos santantonienses e alcançou os limites dos municípios circunvizinhos como Pedra do Indaiá, Lagoa da Prata, Itapeçerica, Japaraíba, Moema, Arcos, Araújos e Neolândia; tanto pela localização de indústrias de fogos de artifício nas referidas cidades, quanto pela presença dessa população como mão-de-obra nas indústrias santantonienses.

2.3 A globalização na terra dos fogos - sedução, promessas e entraves

Como aponta Giddens (2003), vivemos em um mundo de intensas transformações. A política, a tecnologia, a cultura tanto quanto a economia são influenciadas pela tão falada globalização. Essas transformações afetam profundamente o modo como vivemos, como nos organizamos e vemos o mundo. Elas influenciam nos aspectos mais íntimos e pessoais de nossas vidas.

Cada vez vivemos em um mundo mais homogêneo quanto aos valores. A cultura regional curva-se aos padrões e regras globais. Assim, somos impelidos a viver de uma forma global, aparentemente sem pressões políticas ou econômicas, mas somos levados a agir de acordo com os interesses do sistema transnacional.

Como nos alerta Sato (2002), movidos pela aceleração do mundo atual, desconsideramos o fato de termos uma história particular e que toda a singularidade na forma como vivemos, constitui a âncora que nos liga à maneira como nos relacionamos e como construímos os significados sobre o trabalho e sua forma de ser organizado. Porém, o mundo do trabalho está entre as áreas que têm sofrido fortes influências das tendências apontadas pela globalização. Afim de buscar competitividade, as empresas têm dedicado grandes esforços para acompanhar as mutações no setor produtivo e do mercado mundial. São incrementadas novas formas de organização do trabalho e produção. As teorias e conceitos que as nutrem, ganham um novo arranjo. (LIMA, 1996)

Lima (1996) discute a sustentação da proposta da Gerência da Qualidade Total ou Qualidade Total amplamente divulgada e adotada pelas empresas brasileiras. *“Assim, sob o discurso pretensamente humanista inspirado em Maslow, é o velho taylorismo de outrora que reaparece sob os traços orientalizados da GQT”*. (LIMA, 1996)

Cabe-me, antes de dar continuidade, tecer algumas considerações sobre o “Taylorismo”. Esse é um movimento também conhecido como gerência ou organização científica do trabalho que iniciou nas últimas décadas do século XIX. Esse movimento buscou aplicar os métodos da ciência aos problemas ligados ao controle do trabalho nas empresas capitalistas que se expandiam rapidamente. O trabalhador se viu diante de um trabalho mecânico e padronizado; suas funções se restringiram à execução de tarefas, sem espaço para desenvolver suas capacidades intelectuais. A clivagem entre o trabalho operário e da gerência se estabeleceu. (BRAVERMAN, 1994)

A administração taylorista, há décadas, é considerada obsoleta e superada e, apesar das vastas críticas a ela direcionadas sua filosofia e técnica, com ou sem nova roupagem oriental, são ainda de significativa importância na reestruturação de nossas empresas modernas. (BRAVERMAN, 1994; LIMA, 1996)

As empresas de fogos de Artifício de Santo Antônio do Monte retratam bem as transformações que ocorreram e ocorrem no mundo do trabalho. A gerência do trabalho científico também deixou suas marcas na pirotécnica mineira. O trabalho do pirotécnico artesão que atua em todo o processo produtivo, como ocorrem nos trambiques³ ou sistemas de produção considerados “ultrapassados” pela reestruturação produtiva, está cada vez mais distante da realidade atual. Aos moldes dessa reestruturação, o pirotécnico tem seu trabalho cada vez mais padronizado e picotado por uma divisão sistemática de funções dentro do setor produtivo.

O antigo hábito de ver a explosão desses fogos e identificar quem os produziu, está cada vez mais distante da atual realidade pirotécnica santantoniense. A produção desses artefatos saiu do fundo de quintal e aos poucos das improvisadas fabriquetas (trambiques), alcançou as indústrias regulamentadas e a um ritmo acelerado se distancia de sua origem artesanal. A pirotecnia sentiu necessidade de adotar novas formas de organização do trabalho, produção e, especialmente, trazer inovações para o mercado. Os trabalhadores pirotécnicos, especialmente os de chão de fábrica, tiveram seu cotidiano consideravelmente alterado. Hoje, mesclam-se estratégias modernas e ultrapassadas, que vão desde a busca de Qualidade Total, ISO à manutenção do pagamento por produção, tarefa, técnica usada por Taylor como incentivo ao aumento de salário do trabalhador.

No final da década de noventa, a proposta de Taylor foi rigorosamente levada a sério na produção de fogos de artifício. A divisão sistemática do trabalho, a seriação, padronização da

³ Trambiques são as pequenas fabricas clandestinas de fogos de artifícios, em que o trabalhador participa de todo o processo produtivo.

produção e o distanciamento do trabalhador de seu produto, efetivaram-se em regras fiscalizadas não apenas pela empresa que busca Qualidade Total, ISO, mas também por órgãos federais (Ministérios da Defesa - Exército e Ministério do Trabalho), em nome de uma maior segurança no trabalho pirotécnico. O que sinaliza a priorização da racionalidade instrumental, no que tange também à segurança do trabalhador pirotécnico. Esse trabalhador tem sua autonomia restringida em nome do conhecimento hegemônico.

2.3.1 As relações internacionais e suas interfaces para o trabalhador pirotécnico

Também o trabalhador, no ramo da pirotecnia, teve seu perfil forjado. A necessidade de inovação e formação pessoal (cognitiva e emocional) evidencia a expectativa de uma nova postura diante do risco. O trabalhador é constantemente incitado a correr riscos e aventurar-se em iniciativas. Inclui-se dentre as novas expectativas postas para o trabalhador, em tempos de globalização, que quem é competente, enfrenta e supera os riscos, veste a camisa da empresa e torna-se capaz de “se sacrificar por ela”. É preciso, na atualidade, ser ousado, criativo e se inovar, buscar qualificar-se constantemente, tomar decisões e se arriscar em novas descobertas. (ENRIQUEZ, 1997,1999; GIDDENS, 2003; NEVES, 1998; LIMA; LIMA, [198-])

Mas assumir riscos na pirotecnia é, muitas vezes, arriscar a própria vida. As matérias primas foram cada vez mais diversificadas, e capazes de fabricar efeitos inovadores; em contrapartida, também são causadoras de reações desconhecidas, portanto, potencialmente provocadoras de acidentes.

Toda essa redefinição produtiva na área da pirotecnia e esse novo perfil do trabalhador pirotécnico que foi modelado se curvando às exigências estrangeiras, somente tornaram-se realidade, na pequena cidade mineira de Santo Antônio do Monte, devido ao movimento de transformações intensas e mundiais, que se convencionou chamar globalização.

Em prol da globalização, as relações internacionais foram revistas, uma exacerbação da desigualdade entre os países tornou-se evidente. As tradições regionais em suas mais vastas áreas foram, muitas vezes, abandonadas em função de um mergulho nas culturas impostas como referenciais para o mundo. A economia e a comunicação ganharam nova configuração, tornando-se verdadeiras alavancas para a afirmação da idealizada globalização. (CATTANI, 2002; GIDDENS, 1991; LIMA; LIMA, [198-])

Os acelerados movimentos do setor de comunicação e de bens econômicos derrubaram barreiras. Os fogos de artifício santantonienses, seguindo a forte tendência contemporânea, passaram a ser comercializados também no exterior como Europa, América do Norte e vários países latino-americanos, trazendo para a cidade um aumento significativo do capital pirotécnico e promessas de desenvolvimento.

Seguem abaixo quadros que apresentam os registros de exportações realizadas nos últimos anos.

TABELA 1
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO
2001 A 2003

Meses	2001	2002	2003
	US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB
Janeiro	28.875	32.900	0
Fevereiro	28.875	32.723	106.780
Março	110.497	9.648	0
Abril	60.000	179.663	201.855
Mai	152.256	47.875	0
Junho	40.240	142.579	66.780
Julho	32.500	41.132	0
Agosto	83.252	26.206	n.d.
Setembro	151.683	0	n.d.
Outubro	235.389	16.819	n.d.
Novembro	248.593	75.016	n.d.
Dezembro	223.500	136.808	n.d.
Total do ano	1.395.660	741.369	375.415*

Fonte: INSTITUTO EUVALDO LODI, 2003, p.25

*Total até julho de 2003⁴

n.d.: não disponível

TABELA 2
EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS FOGOS DE ARTIFÍCIO (NCM – 36)

EXPORTAÇÕES (FOB 1000 US\$)				
Anos	2003	2004	2005	Varição 2003/2005
	1.180	853	1.093	-7,37

Fonte: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXPLOSIVOS DE MINAS GERAIS, 2006

⁴ A queda de 53% da exportação dos fogos, no ano de 2001 para 2002, foi justificada pelo IEL-MG/SINDIEMG 2003, devido às barreiras não-tarifárias impostas por alguns países.

**TABELA 3
EXPORTAÇÕES**

Anos	EXPORTAÇÕES (FOB 1000 US\$)				Variação 2003/2006
	Jan./abril 2003	Jan./abril 2004	Jan./abril 2005	Jan./abril 2006	
	368	208	325	412	11,96
	Junho 2006				

Fonte: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXPLOSIVOS DE MINAS GERAIS, 2006

**TABELA 4
PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES
(FOB 1000 US\$)**

Ano	EUA	Paraguai	Uruguai
2005	254	105	118
2004	231	153	92
2003	273	79	43
Var 2003/2005	- 6,96	32,91	174,42

Fonte: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXPLOSIVOS DE MINAS GERAIS, 2006

Pode-se perceber que, em 2006, as exportações, em abril, já ultrapassaram os anos anteriores, assim como podemos afirmar a constatação de um crescimento considerável da população santantoniese, fruto de um desenvolvimento econômico municipal. De acordo com o censo demográfico de 2000, a cidade dos fogos cresceu a um índice superior à média mineira. (INSTITUTO EUVALDO LODI, 2003). Os trabalhadores pirotécnicos foram, segundo a mídia local, brindados com a grande vantagem de oferta de um aumento considerável de vagas para o trabalho, em pleno tempo em que o desemprego atinge boa parte dos países. Mas esse movimento local/global, também revelou suas interfaces na região pirotécnica mineira. A promessa de um próspero “mundo sem fronteiras”, revela seu outro lado. Os trabalhadores pirotécnicos, no início do novo milênio, sentem, na pele, mais uma interface perversa da globalização.

Os impactos dessa abertura de fronteiras revelam o início do desemprego, até então desconhecido pelos pirotécnicos da região. No dia 31 de maio de 2005, o Jornal Nacional da rede Globo de televisão torna público que devido à invasão dos fogos de artifícios chineses, no mercado brasileiro, a venda desses produtos caiu mais de 40% na cidade de Santo Antônio do Monte, gerando muito desemprego.

O informativo do SINDIEMG, Sindicato das Indústrias de Fogos de Artíficos do Estado de Minas Gerais, nº. 01, Gestão 2002-2006, confirma a ameaça que a China representa para a pirotecnia mineira, enquanto sua principal concorrente, respondendo por 95% dos fogos

comercializados no mundo. (EMPRESÁRIOS... [2005?]) Porém, a entrada dos fogos chineses no território brasileiro ainda não havia feito suas conseqüências diretamente no pirotécnico; nesse momento, o desemprego era apenas uma iminência, não havia se concretizado em números.

Buscando vencer os desafios impostos pela globalização, na tentativa de se tornar uma concorrente à altura da China, no mercado, as empresas pirotécnicas mineiras estão mais unidas. Conseguiram o apoio e parcerias de órgãos públicos como: Ministério da Defesa - Exército, FIEMG, CIEMG, SESI, SENAI e IEL⁵.

Em abril de 2005, o informativo produzido pela Assessoria de Comunicação Institucional – Sistema FIEMG, revela o objetivo das empresas de Santo Antônio do Monte, de manter, em 2005, o crescimento de 25% conquistado no ano anterior. As expectativas ainda eram as melhores possíveis. (APL... 2005, p.9)

As promessas e desejos de sucesso não foram suficientes para garantir o mercado que, além de não crescer a nível exterior, regrediu dentro de seus próprios limites nacionais, segundo os noticiários. As expectativas de emprego garantido e desenvolvimento para as empresas pirotécnicas são desmantelados. O pirotécnico se vê diante da até então iminente ameaça dos produtos chineses.

TABELA 5
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO
2000 a 2003

Países	2000		2001		2002		2003	
	US\$ FOB	Peso líquido (kg)	US\$ FOB	Peso líquido (kg)	US\$ FOB	Peso líquido (kg)	US\$ FOB	Peso líquido (kg)
Alemanha	19.271	2.697	24.064	4.616	7.603	1.426	17.731	n.d.
Argentina	0	0	5.862	33	0	0	0	n.d.
China	4.272	266	307.102	222.223	100.455	160.734	0	n.d.
Espanha	56.303	16.616	0	0	8.663	2.096	0	n.d.
França	29.298	8.310	0	0	0	0	0	n.d.
Reino Unido	648	19	783	52	452	45	0	n.d.
Uruguai	0	0	0	0	16.149	23.611	0	n.d.
Total	109.792	27.908	337.811	226.924	133.322	187.912	17,731	n.d.

Fonte: INSTITUTO EUVALDO LODI, 2003, p.26
Total até julho /2003

⁵ FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
CIEMG: Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais
SESI: Serviço Social da Indústria
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
IEL: Instituto Eivaldo Lodi

TABELA 6
IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FOGOS – PAÍS/PRODUTO

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Peso (kg)	Peso (kg)	Peso (kg)	Peso (kg)	Peso (kg)	Peso (kg)
Alemanha	2.697	4.616	1.426	3.004	2.250	0
Argentina	0	33	0	0	0	251
China	266	222.223	160.734	132.310	360.603	315.531
Espanha	16.616	0	2.096	4.792	6.351	0
Hong Kong	0	0	0	0	267.009	0
Reino Unido	19	52	45	0	23	602
Uruguai	0	0	23.611	0	0	0

Fonte: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXPLOSIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2006

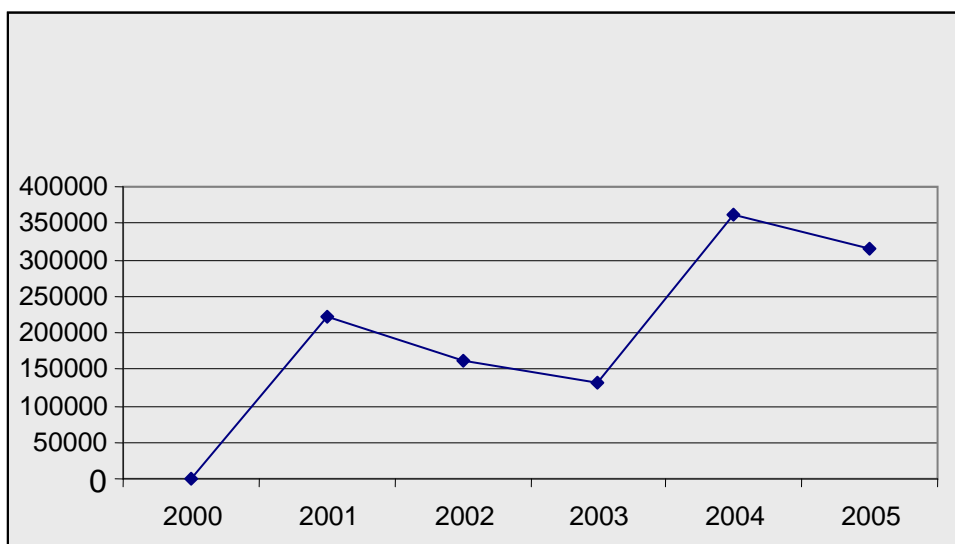


GRÁFICO 1 - IMPORTAÇÃO DA CHINA POR PESO (KG) 2000-2005

Fonte: SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXPLOSIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2006

No mês de julho de 2005, uma matéria do jornal “Diário do Comercio” é dedicada à crise no setor de fogos de artifício. A ênfase é direcionada aos reflexos que a desvalorização do dólar, as importações em grande escala de produtos da China e a crise política que compromete o mercado interno, desencadeou nas indústrias pirotécnicas. Somente no ano de 2005, segundo a reportagem acima citada, juntamente com inúmeras outras encontradas nos jornais locais e Estado de Minas, as empresas do ramo demitiram mais de 2000 funcionários e revela ainda a crença dos proprietários das empresas pirotécnicas que o número de demissões deve crescer ainda mais no mês de agosto, após a chamada safra das festas juninas.

Seguem as manchetes de alguns jornais que tratam sobre a crise da pirotecnia mineira:

Barreira à China vira saída para salvar negócios- Fabricantes mineiros defendem salvaguardas contra importações chinesas, que cresceram 0,3% no Estado. Empresas já fecharam e outras estão demitindo por causa da concorrência. (VIEIRA, e MORAES, 2005, p. 17)

Fábricas de fogos enfrentam crise sem precedentes - Produção caiu 40% e demissões chegam a 20%. (OLIVEIRA, 2005 b, p.3)

China implode mercado de fogos mineiro - Inventores da pólvora pecam quando o assunto é qualidade mas, mesmo assim, dominam mercado com produto barato. (PEDROSA, 2005)

Devido à invasão dos fogos chineses no mercado brasileiro, a venda desses produtos caiu mais de 40% na cidade de Santo Antônio do Monte, gerando muito desemprego. (Informação verbal)⁶

Essas manchetes permitem-nos vislumbrar a forma e dimensão que as questões relacionadas à crise pirotécnica alcançaram na mídia e seus possíveis impactos ao trabalhador do ramo.

2.3.2 O pirotécnico e seu lugar nos interesses do capital

Não é raro ouvir, entre a classe trabalhadora, o relato de que várias pessoas que se mudaram para Samonte em busca de emprego e sustento para suas famílias e que, ao aqui chegarem nada sabiam sobre o manuseio desses produtos, desde já considerados perigosos. Aceitaram o desafio e investiram na aprendizagem dos riscos da confecção de tais artefatos. Por muitos anos, esses trabalhadores encontraram, no ramo pirotécnico, o trabalho, motivo pelo qual deixaram suas raízes e imigraram para uma cidade distante, sem laços familiares. A pirotecnia até então garantia o emprego.

Com o avançar das propostas de globalização no interior mineiro, essa promessa não foi mais cumprida, os trabalhadores começaram a fazer uma marcha contrária à que fizeram há muitos anos atrás. Segundo relatos, a diferença é que, na presente circunstância, as expectativas de melhoras e de sustento para a família não existem mais. No lugar, há uma tristeza e desolação. Um trabalhador descreve a volta de seu colega para o norte de Minas: “as coisas como vídeo, DVD, som, que ele adquiriu quando trabalhou na fábrica, agora ele vendeu tudo, pra voltar pra terra dele, é uma tristeza [...]” (Diário de campo jul. de 2005)

O trabalhador que investiu na aprendizagem de uma nova cultura, de um novo trabalho, que buscou “remodelar” seu perfil aos moldes impostos, que encarou o desafio de superar ou

⁶ Notícia obtida em reportagem do Jornal Nacional da Rede Globo, exibido em 31/05/2005

ludibriar seus medos diante do perigo da fabricação dos fogos de artifício, diante da possibilidade de não ver seus filhos no final de expediente de trabalho, ele se vê diante de um novo imperativo: “recomeçar” em outro lugar.

A falta de mão-de-obra, fenômeno raro no mundo do trabalho, no momento, deixou de existir em Samonte. O desemprego, pela primeira vez na história da cidade, segundo relato dos trabalhadores e SINDIEMG, faz-se presente, tal como na vida da maioria dos homens contemporâneos.

Em pleno momento em que os conceitos de trabalho e identidade mesclam-se, revelando um universo de armadilhas no mundo atual, esse trabalhador se depara com a nova realidade, a perda do emprego que, seguindo o seu curso, também forja novas ameaças. (ENRIQUEZ, 1978) Esclarece Jacob:

O trabalho se transformou num valor social total, fonte de identidade e de pertencimento. Ele não tem mesmo necessidade de ser apreciado (aimé), de ser valorizado. Ele foi bem além dos objetos da economia: não há mais trabalho para todos. Se o trabalho se transformou na trama do tecido social, o não trabalho é doravante a fonte primeira de sua desintegração. (JACOB, 1995, p.75)

É essa a nova realidade com que o trabalhador pirotécnico se deparou. A globalização também influenciou a pequena cidade mineira. Uma de suas interfaces, que não fazem parte de seu rol de benfeitorias largamente divulgadas pela mídia, realizou mudanças significativas na vida desses trabalhadores e na história da cidade interiorana de Minas Gerais.

Ao retornar a Santo Antônio do Monte, no mês de janeiro de 2006, procurei me informar sobre a situação comercial das empresas e do desemprego na área pirotécnica. Para surpresa os dados foram positivos, relata o gerente de uma empresa:

a grande maioria das fábricas encerraram o ano com seus depósitos vazios, venderam tudo [...] quanto à importação dos produtos chineses [...] não teve diferença, no meio do ano houve dificuldades, mas como todo ano tem, nas entressafras. Teve muito alarde, [...] esse ano vai ser um ano bom para o foguete, tem eleição e copa do mundo. (Diário de campo, jan. 2006)

Conseqüentemente, para o trabalhador e para a cidade dos fogos, em 2006 há garantia de emprego e capital para circular e, provavelmente, não haverá entressafras. As demissões no mês de janeiro e agosto, no ramo pirotécnico da região, é algo comum e esperado em quase todos os anos. Mas, em 2005, essas demissões foram acentuadas e soou como ameaçador à cidade.

É interessante ressaltar que os números citados, anteriormente, e levantados via SINDIEMG, quanto aos trabalhadores ligados à pirotecnia de forma direta ou indireta dizem de um acréscimo de 2000 trabalhadores, não o contrário, como aponta a mídia.

Cabe a interrogação: não estaria mais uma vez a mídia sendo usada como instrumento de mediação para pressionar as autoridades? Porém, no momento, o alvo de esforços dos empresários do ramo, que contam com apoio de políticos, é no sentido de conter a liberação de importação de produtos chineses, reforma tributária, diminuição de impostos, multas aplicadas às empresas pelo Ministério do Trabalho, Público e FEAM, (Fundação Estadual do Meio Ambiente). (SINDIEMG..., 2005a, 2005b) Os números de trabalhadores demitidos não seriam também instrumentos para essa pressão?

2.3.3 O trabalho informal na pirotecnia

Apesar de o trabalho informal não ser objeto de estudo, acredito ser de fundamental importância conhecer essa realidade, para compreensão do contexto em que está inserido o trabalhador, suas possibilidades e limitações.

Diferente de outros ramos, o trabalho clandestino tem diminuído no seguimento dos fogos. Isso devido à fiscalização que se tornou mais próxima com a presença do Exército no município. As fábricas de fogos em Santo Antônio do Monte, como descrito anteriormente, começaram no fundo dos quintais. Mas houve momentos em que essa atividade era intensa nas mediações da cidade e em seu interior. Por muitas vezes, os acidentes chegaram a ameaçar a vizinhança, mesmo porque a cidade não possui Corpo de Bombeiro ou qualquer serviço que o substitua. Vários relatos com trabalhadores testemunham a forma como se inseriram no ramo:

Quando comecei a trabalhar com fogos, eu fui fazer traque, eu tinha nove anos de idade. Trabalhei num trambique. (Entrevista, trabalhadora, agosto 2006).

Eu comecei foi dentro da casa da minha mãe, quando criança. Enchendo tabinha, roda, amarrando cartucho. (Entrevista, trabalhadora, jul. de 2006).

Quando meu pai era vivo ele mexia com trambique, essas coisas, eu enchia tabinha amarrava cartucho [...] essa parte que não era perigosa, era na cidade, a parte de explosivo era na roça. Eu, meus irmãos e minha mãe mexia com essa parte, desde sete anos de idade, ou menos, é o que a gente aprendeu, não tinha outra coisa. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2005).

Semelhante aos estudos de Pereira (2004), o trabalho informal tornou-se possível no ramo dos fogos, por ser o seu processo produtivo, um seguimento que requer poucos investimentos em equipamentos e em estruturas e especialmente por necessitar de um número maior de mão-de-obra.

De acordo com relato de trabalhadores, a fabricação dos fogos ainda se mantém de forma clandestina em domicílios, como serviços terceirizados, seguindo a forte tendência da globalização. Acompanhando as características do trabalho domiciliar, também se pode observar a informalidade nos contratos que ocorrem verbalmente entre trabalhadores e empresários ou com seu intermediário. A remuneração é efetuada de acordo com a produção, ou seja, a quantidade e tipo do produto confeccionado e ficando submetida à demanda de produção vinda das fábricas. Porém, não se assegura qualquer direito trabalhista, como férias, décimo terceiro salário, INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e fundo de garantia.

Para retratar essa atividade, podemos descrever alguns de seus aspectos. Os serviços prestados são de arrematação em produtos infantis, como: colagem de rótulos, enfeites e embalagem desses pequenos e aparentemente inofensivos produtos. Também esses serviços sofreram significativas transformações nos últimos anos, especialmente nos tipos de produtos confeccionados.

Quanto ao perfil desses trabalhadores, segundo descrição de um responsável durante entrevista em julho de 2005, são na maioria mulheres que recebem o material em casa, onde executam as tarefas. Às vezes, essas têm um cômodo que reservam para executar o trabalho, mas as crianças estão sempre presentes, pois cabe às trabalhadoras, também, as tarefas do lar. Há as trabalhadoras que organizam um espaço em seu quintal e subcontratam, também informalmente, outras pessoas para trabalharem juntas, tornando-se responsável por elas e recebendo uma porcentagem da sua produção. São as chamadas “sessões”.

Também, dentro do trabalho informal no ramo da pirotecnia, encontramos os trambiqueiros, assim chamados os donos de fabriquetas, “trambiques”, localizadas na zona rural, mas sem nenhum registro legal. Esses são ex-funcionários de empresas que se aventuram em produção própria a fim de melhorarem a renda.

Nos trambiques trabalham, na maioria, homens. Esses manipulam matéria prima para produção de explosivos e, dependendo do trambique, a produção vai até a finalização do processo. Nesse caso, às vezes, contratam mulheres para a arrematação. Atualmente, a venda desses produtos é, muitas vezes, direcionada para as fábricas legalizadas.

Segundo relato de trabalhadores, os trambiques diminuíram de forma considerável devido à fiscalização intensa e ao fato que atualmente a aquisição de algumas matérias primas é controlada pelo Exército, o que dificulta seu funcionamento.

Pereira (2004) aponta que o objetivo fundamental, a ser alcançado através da terceirização pelos empresários, é a redução de custos, com eliminação dos riscos e transferência do pagamento de mão-de-obra. Enfatiza as tendências que acompanham o fortalecimento das práticas de trabalho domiciliar. Segundo a pesquisadora, a primeira tendência diz do aumento do trabalho feminino absorvido pelo universo do trabalho precarizado e desregulamentado. A segunda aponta para o crescimento intenso do trabalho informal nas últimas décadas, como resposta à atual conjuntura de desemprego e das medidas implementadas pelas políticas públicas, como também ao crescente número de pessoas que têm, no mercado informal, o meio de sobrevivência.

Esse mundo informal do trabalho, no ramo da pirotecnia, em Samonte, tem, ainda, em seu desenrolar, a forte influência das intensas fiscalizações e o controle de matéria prima para a manipulação de explosivos, exercida pelo Ministério da Defesa - Exército. Isso delimitou de forma significativa as ações dos trabalhadores informais do ramo da pirotecnia, especialmente os trambiqueiros, que, por muitas vezes, se desenvolveram e seus trambiques deram origem às empresas regulamentadas.

Relatos apontam para outras formas de trabalho informal, que foram criadas a partir das novas circunstâncias, o que não cabe aqui aprofundar. Em síntese, a flexibilização das relações no trabalho, enquanto ordem no mundo globalizado, em Samonte, também traz suas especificidades que merecem estudo especial, que demanda uma outra pesquisa. O velho caminho seguido no ramo dos fogos, sair dos fundos dos quintais, dos trambiques para as empresas, torna-se cada vez mais distante.

3 O TRABALHADOR E A VIVÊNCIA DE RISCO E SOFRIMENTO NA PIROTECNIA

3.1 O trabalhador pirotécnico e a mídia: ante o silêncio, a magia e o sofrimento

A mídia possui, nos tempos atuais, um poder imensurável sobre as transformações que ocorrem nos mais variados setores. Ela tornou-se um instrumento de manipulação dos interesses hegemônicos e forte propulsora dessa metamorfose global. (GUARESCHI; BIZ: 2005; FONSECA, 2004, GIDDENS, 2003)

Em tempos em que a informação é a mais valiosa moeda da atualidade, a mídia, por certo, ganha seu espaço no rol reservado ao poder. Considerada o quarto poder, como esclarecem Guareschi e Biz (2005), não em termos de ‘fiscalização’, mas, sim, enquanto o poder que está acima dos demais “*que os controla, os determina e os subjuga.*” (GUARESCHI BIZ, 2005, p.73)

Investir na comunicação tornou-se absolutamente estratégico e compensador na atualidade, pois a mídia representa uma das instituições mais eficientes na ação de “inculcação de idéias” em grupos estrategicamente reprodutores de opinião, assim como representa um instrumento de manipulação de interesses que não pára de crescer e de estreitar suas relações com a política. Fica claro o poder que a mídia tem em mãos e o perigo potencial que representa na atualidade. Poder esse que vem se alargando e tornando-se mais complexo devido aos avanços tecnológicos e à amplitude transnacional que possui. (FONSECA, 2004)

No Brasil, segundo Guareschi e Biz (2005), veicula uma mesma e única imagem e som, um verdadeiro monopólio da comunicação impossibilita a pluralidade de informações. Dentre os papéis a que a comunicação tem se servido, Guareschi e Biz (2005) afirmam que ela hoje constrói a realidade. Realidade enquanto o que existe, o que tem valor, o que legitima.

É imensurável a amplitude que as transformações fomentadas pela mídia têm alcançado, bem como é impossível enumerar as diversas áreas atingidas por sua influência. As reportagens visitadas, sobre assuntos pertinentes à pirotecnia, evidenciam o fato de que os meios de comunicação têm sua cumplicidade na transformação que ocorreu na forma como os produtos pirotécnicos são vistos e requisitados atualmente. A estratégica ação midiática, para angariar adeptos aos interesses hegemônicos, é sentida na área da pirotecnia e na imagem da pequena cidade pirotécnica do interior mineiro. Mídia, poder e política se aproximam e revelam um interesse em comum.

A pirotecnia, no Brasil, tornou-se uma tradição nos tempos atuais. Na constante busca de estimular o consumo dos fogos de artifício, a mídia enfatiza que as festas juninas não são tão alegres e brasileiras sem os conhecidos busca-pés, os campeonatos de futebol, seus gols e vitórias não têm graça sem os estrondos dos fogos e as fumaças coloridas. O reveillon, especialmente na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, é inadmissível sem o famoso show pirotécnico, que seduz milhares de pessoas e assumem o desafio de expressar as expectativas para o ano que se inicia.

Sem dúvida, os brasileiros, induzidos por uma mídia estratégica, foram seduzidos e hoje consideram os fogos de artifício um importante porta voz de suas emoções, alegrias, vitórias e expectativas. Mas o que está por trás desses shows, cheios de brilhos e ruídos que expressam sentimentos de alegrias? Reservado ao lugar do “não dito”, do escuro, os acidentes, mortes e sofrimentos dos pirotécnicos têm seu silêncio velado por uma política municipal e pela cultura pirotécnica. É esse cenário obscuro, sem brilhos e, por vezes sem voz, que o presente trabalho busca apresentar.

Segundo Breton (2006), o silêncio não possui apenas um significado; sua função; depende de questões culturais do uso da palavra, do estatuto de participação dos indivíduos envolvidos, das circunstâncias, do conteúdo do intercâmbio e da história pessoal dos interlocutores. Portanto, o silêncio não é uma substância, mas uma relação. E claro, nessa relação pirotécnica que apresento, vale registrar o que Breton chama de política do silêncio. O silêncio é, segundo o autor, uma forma de controle, uma forma estratégica de manipulação, em que o sistema hierárquico canaliza a palavra e dosa “*sabiamente as sombras e as luzes. [...] Todo poder se alimenta de um nutritivo espaço do secreto*”. (BRETON, 2006, p.58, tradução nossa).

O autor aponta para o fato que o uso da palavra constitui, muitas vezes, um monopólio, uma prioridade nas mãos de quem tem o poder. Fazendo um retrocesso nas reportagens regionais e demais comunicativos sobre a pirotecnia, fica claro em que mãos está o poder de difundir as informações, a forma como a cidade e as indústrias são apresentadas diz de motivos de orgulho aos seus habitantes, por ser uma cidade onde não há desemprego o que gera uma boa qualidade de vida, pois não há nos limites do município mendicância. Às indústrias pirotécnicas são tecidos vastos elogios, por absorver boa parte de mão-de-obra da região, por ser referência nacional e internacional, sendo o maior pólo produtor de fogos de artifícios das Américas e o segundo maior do mundo. (INSTITUTO EUVALDO LODI, 2003)

Dando um toque de magia à operacionalização nas indústrias de fogos de artifício, as reportagens confundem-nas com a arte que se efetiva com as explosões de cores e sons que

emocionam quem as vislumbram. O ‘povo’ é empreendedor e ousado aos olhos dos empresários, frente ao leitor dos informativos, além de ser privilegiado por morar em uma cidade maravilhosa. Nas fábricas de fogos, produz-se alegria, emoção e beleza, longe de qualquer tristeza, tensão ou medo.

Estrategicamente, são essas imagens e conhecimentos sobre a cidade, a pirotecnia, o trabalhador e os produtos confeccionados nas indústrias, que são veiculadas, amparadas por um saber que, intrinsecamente relacionado ao poder hegemônico, dá sustentação aos interesses capitalistas.

Fabricamos alegria, emoção e beleza e é esta imagem que devemos transmitir para todo o Brasil, através de uma mídia positiva. Santo Antônio do Monte é por natureza uma cidade maravilhosa. Samonte merece o carinho e o amor de todos os que aqui habitam. ‘A Cidade’ será como um soldado em defesa de nossa terra. (A CIDADE... 2004, p.1)

De acordo com os interesses capitalistas, torna-se compreensivo o motivo pelos quais as reportagens sobre a pirotecnia santantonense muitas vezes conseguem driblar e manter em silêncio o sofrimento do trabalhador, realçando os aspectos positivos, a beleza, progresso e, especialmente, a inexistência de desemprego na cidade.

Como aponta Fonseca (2004) a “confusão” que se estabeleceu na mídia, em que se definem combinações entre o “fato” e a versão, o “real” e o imaginário, o “acontecimento” e a ficção em detrimento de algo ou alguém (indivíduo ou coletivo) é, sob todos os aspectos, nocivo à sociedade democrática. As conseqüências que podem acarretar, segundo o autor, são inúmeras e cada vez mais pode alcançar a dimensão planetária.

De forma muito escassa, encontramos algumas reportagens que abordam a realidade da pirotecnia, considerando a perspectiva do trabalhador. Júnia Barreto, médica e auditora fiscal do trabalho da DRT de Minas Gerais (Delegacia Regional do Trabalho), em reportagem em revista Proteção, em 2003, deixa claro como o silêncio da pirotecnia ultrapassa as cercas das indústrias e até mesmo o limite do município. Tal silêncio não é velado apenas pelos trabalhadores e ou moradores da cidade, mas também, pelos órgãos governamentais que não recebem as devidas comunicações sobre os acidentes do trabalho, especialmente quando não há casos de óbitos, o que, segundo a mesma, constitui um agravamento para a realidade dessa subnotificação, pois a maioria dos acidentes não resulta em mortes. A auditora denuncia que também a mídia silencia quanto aos acidentes ocorridos em Santo Antônio do Monte:

[...] nenhum de 18 eventos que resultaram em 11 mortes durante a fabricação e armazenamento de materiais pirotécnicos em Santo Antônio do Monte em menos de dois anos, mereceram qualquer citação nos jornais pesquisados no país. (REALIDADE... 2003, p.21)

A reportagem traz um quadro com os maiores acidentes com fogos veiculados na mídia brasileira de 1991 a 2002. Estes revelam as outras facetas dos acidentes com esses artefatos, longe de sua fabricação, além de confirmar o silêncio que perpassa a pirotecnia santantoniense.

Data/local	Vítimas	Tipo	Observações
21/6/1991 São Gonçalo/RJ	25 Mortos	Depósito clandestino	Explosão
28/1/1995 São Paulo/SP	15 mortos e 24 feridos	Depósito Clandestino	Explosão com destruição de 5 imóveis
11/12/1998 Santo Ant. de Jesus /BA	64 mortos entre eles 3 grávidas, 5 feridos grande parte criança	Fabricação clandestina	Produção de traques
6/10/1999 Nova Iguaçu/RJ	7 mortos, um ferido	Comércio	Explosão e incêndio
19/2/2000 Nilópolis/RJ	20 feridos, 3 graves	Comércio	Explosão de 2 depósitos de loja. Um quarteirão foi destruído
1/7/2001 Parintins/AM	27 feridos, uma criança grave	Uso	Show pirotécnico durante desfile
24/11/2001 Belo Horizonte/MG	13 mortos, 341 gravemente feridos	Uso	Incêndio provocado por show pirotécnico em danceteria

QUADRO 1: MAIORES ACIDENTES COM FOGOS VEINCULADOS NA MÍDIA (BRASIL -1991-2002)
Fonte: REALIDADE..., 2003

A auditora denuncia que, no caso do comércio e uso dos fogos de artifício, a situação é ainda mais alarmante no território nacional, onde praticamente não existem dados estatísticos consolidados e o lugar de réu é por repetidas vezes reservado às vítimas, freqüentemente crianças que, muitas vezes, têm sua face gravemente afetada por queimaduras e seus dedos amputados, quando buscavam diversão nos fogos aparentemente inofensivos.

A busca de diversão não foi o único caminho que direcionou as crianças aos fogos, mas também uma ajuda para o orçamento da casa levou-as ao contato com esses produtos explosivos. Não é difícil constatar que esta já não é vastamente utilizada como nas décadas anteriores. O processo em que as crianças mais trabalhavam (encher tabinhas) foi substituído por outro, considerado mais moderno, o que evidencia a não utilização da mão de obra infantil na pirotecnia, como nas décadas anteriores.

O contato com o relatório de investigação dos dias 10 e 11 de julho de 2003, redigido pelos auditores da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais, seção de segurança e saúde do trabalhador, relata sobre a existência de trabalho infantil domiciliar no município de

Lagoa da Prata. Foi dispensada maior atenção ao caso de um adolescente que, em setembro de 2001, então com dezesseis anos, acidentou gravemente em sua própria residência, confeccionando fogos de artifícios, mais especificamente amarrando cartuchos para bombas.

Essa atividade consiste em amarrar retângulos de Kraft em torno de espoletas, ou seja, palitos de madeira cobertos parcialmente por uma massa altamente inflamável à base de clorato de potássio e enxofre. [...]

Durante a realização das atividades, a curiosidade, fruto natural da idade e sobretudo o desconhecimento total sobre o trabalho realizado levou o adolescente a testar se o produto com o qual trabalhava, que apresentava aspecto diferente do habitual no dia do acidente, era mesmo inflamável. Obviamente o teste foi feito com um único elemento, mas, dada a intensa reatividade da massa da espoleta, imediatamente todo o material em processo – cerca de 3000 espoletas que estavam ensacadas aos pés do trabalhador queimou com grande velocidade, envolvendo também suas roupas. (BRASIL, 2003).

Esse relatório evidencia a existência de trabalho infantil ainda em 2001 na pirotecnia. Porém não foi essa a primeira vez que o trabalho infantil fora alvo de atenção. Os trabalhadores da pirotecnia e moradores de Samonte ainda lembram, devido aos “calorosos comentários” que foram suscitados com a campanha do apresentador de programa de TV Flávio Cavalcanti, na emissora Tupi, na década de 70, manifestações contra o trabalho infantil na pirotecnia de Samonte. Segundo o Jornal Valor Econômico de outubro de 2005, a mídia comprou uma guerra contra as empresas de Samonte, após uma menina perder a mão na explosão de um foguete. Talvez tenha sido ele o pioneiro a estender seu olhar ao trabalhador pirotécnico, especialmente ao trabalhador infantil. Essa campanha teve uma resposta negativa não só dos empresários pirotécnicos, mas também dos trabalhadores que sentiram ameaçada sua fonte de sustento familiar.

A mobilização que teve Cavalcanti como ativista principal, levou o Exército a controlar a produção dos fogos em Santo Antônio do Monte. Para atender às normas impostas pelo respectivo Ministério, as empresas pirotécnicas se viram obrigadas a se unirem em uma só. Deu-se origem à Inbrasfogos. (Entrevista, Presidente do Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais, maio 2006) Ainda em resposta a essa campanha foi publicada uma reportagem especial sobre Santo Antônio do Monte e suas indústrias pirotécnicas, em novembro de 1972, na revista O Cruzeiro, enfatizando a imagem de Samonte, enquanto “*cidade que fabrica alegria colorida para o Brasil*”. (FLORES, 1972, p.123)

Hoje, é ainda essa imagem que o jornal local “A Cidade” sustenta e lança um apelo aos moradores, que desenvolvam um marketing positivo da cidade, sendo essa maravilhosa e merecedora do respeito, carinho e amor de todos que nela habitam. (A CIDADE..., 2004, p.1.)

No final da década de 90, em uma reportagem intitulada “Uma cidade do barulho”, originada da revista IstoÉ, de forma positiva aborda o fato que, em Santo Antônio do Monte, é comum que toda a família trabalhe nas fábricas de fogos de artifícios; “*as pessoas se conhecem dentro das fábricas, se casam e levam seus filhos para a linha de montagem,*” (UMA CIDADE... 1998) o que engrandece a pirotecnia e a cidade. O jornalista termina o artigo com uma sutil crítica, aponta que entre tanta modernidade na fabricação pirotécnica, o trabalho infantil ainda fazia parte da realidade fabril dos fogos de artifício em pleno final da década de 90.

Essas são as únicas reportagens impressas, encontradas até o final do último século, que apresentam uma crítica à pirotecnia santantoniense. Enquanto por muitas vezes a mídia mantinha um silêncio maior sobre o que está por traz dos shows pirotécnicos, nos seus bastidores estão carregados de medo, tensão, conflito e sofrimento por parte de seus trabalhadores. As imagens das explosões de emoções, alegrias e cores que abrilhantam o céu em momentos de festividades são, em sua maioria, os alvos da mídia, assim como a cidade em que não há desemprego.

Qual o sentido de tanto zelo em cultivar a mídia positiva da pirotecnia santantoniense? Os relatos de medos, tensão e sofrimento vinculados a produtos estão longe de incitar qualquer desejo de consumo, portanto devem estar estrategicamente longe dos noticiários. As empresas de comunicação, por sua vez, também se preocupam em angariar lucros, o que se pode esperar de reportagens pagas pelos empresários, que se organizam em sindicato e dividem os custos das mesmas. (Diário de campo, julho, 2006)

Sustentada pela teoria foucaultiana, busco compreender o significado de todo esse investimento na mídia positiva da pirotecnia, quais seus resultados junto ao meio social, mais especificamente, qual sua consequência junto ao trabalhador pirotécnico. Foucault (1979) aborda a invenção da sociedade disciplinar enquanto um mecanismo em que se apóia o capitalismo industrial moderno, para dominar corpos e atos. Segundo Foucault, o poder disciplinar

É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. (FOUCAULT, 1979:187-188)

Desta forma, a dominação exercida na sociedade moderna caracteriza-se por apresentar um caráter positivo, por ser menos visível e mais sutil em sua forma de enredar os indivíduos.

Apoiando-se em um sistema de micro poderes que se ramificam e criam uma teia de relações, o poder disciplinar se dissipa em todo o corpo social, produzindo saberes, práticas que são instituídas e que se enraízam ao fazer dos indivíduos. Esse fazer tornou-se, muitas vezes, o refazer dos interesses do empresário e o caminhar contrário à sua própria sobrevivência. Especialmente quando voltamos à reflexão sobre o trabalhador pirotécnico, esse traz em seu fazer a proximidade com o perigo, com a possibilidade de morte. A morte que vai além do simbólico da perda do sentido da vida, mas que também está muito próximo do silêncio, do não-dito.

A causa daquele acidente ficou como sendo por causa de atrito, mas ninguém falou que tinha doze pessoas ao invés de quatro, que é o permitido e que tiraram pessoas de outros setores que não sabiam nada daquilo, por causa que a carga tinha que sair com urgência, tinha pressão pra carga sair rápida. Eles mesmo sem saber do próprio risco quis agradar o patrão, fazer tudo igual eles queriam e ai esqueceram deles mesmos, que eram eles que estavam lá dentro. Pra agradar o patrão eles se arriscaram. Passaram um susto, ainda bem que não teve nada grave. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2005)

Certamente, o que estimula o trabalhador a ocupar esse lugar não são somente as ameaças e repressões, mas aderindo aos moldes da microfísica do poder foucaultiana, também na pirotecnia santantoniense o poder se ramificou, está vivo em todo o corpo social. Esse caráter positivo do poder disciplinar, certamente contribui para encorajar os trabalhadores pirotécnicos a responderem de forma satisfatória às expectativas dos empresários e se arriscarem em verdadeiras afrontas ao poder destruidor dos produtos químicos altamente inflamáveis. Arriscando-se enquanto desconhecedores de seus efeitos, mas audaciosos, com o desejo de manter a imagem de uma cidade maravilhosa que “*fabrica alegria, emoção e beleza*”. (A CIDADE... 2004, p. 1.)

Frente a essa afirmativa que a mídia apresenta, pode-se questionar: fabricam alegria para quem, quando os diversos relatos que chegam são de medo, tensão, sofrimento e muita tristeza? É claro, não devemos desconsiderar a possibilidade de haver prazer na confecção dos fogos de artifícios, mas não podemos deixar de enfatizar que o sofrimento do trabalhador pirotécnico revela-se um dado alarmante.

Os relatos acima descritos assinalam o fato, como afirma Guareschi e Biz, (2005) que a mídia tem o poder de construir a “realidade”, apresentar valores que, muitas vezes, passam a ser seguidos como dogmas, influenciar na subjetividade e decisões dos indivíduos, bem como definir pautas de discussões.

Haja vista que foi a mídia, através do acidente em Santo Antônio de Jesus, na Bahia, que apontou e pressionou para a necessidade de maior acompanhamento dos órgãos públicos na produção desses artefatos, o que provocou a movimentação para a fundação do Posto Fiscal do Exército na cidade de Santo Antônio do Monte. (Diário de campo, representante do Ministério da Defesa-Exército, jul. 2004)

Portanto, a mídia não é percebida como monolítica e uniforme, mas sim, reconhecida como importante propulsora para promover uma atenção maior à produção dos artefatos pirotécnicos / segurança do trabalhador. Exemplo disso é a atenção dispensada aos acidentes de trabalhadores do ramo, pelas redes de televisão.

Na busca do controle da produção do discurso, a instituição pirotécnica, aliada à política pública municipal, visando à materialidade da imagem positiva da cidade e de sua fonte econômica e através da mídia, traça uma estratégia para alcançar seus objetivos. O jogo entre o real e o imaginário, o fato e a versão, o dito e o silenciado contribuem de forma significativa para a multiplicação dos ‘buracos negros’ entre os espetáculos pirotécnicos e o sofrimento dos trabalhadores e coloca o trabalhador frente à dubiedade do orgulho de trabalhar na cidade que é referência em fogos de artifício a nível mundial, com a promessa de não haver desemprego, e, sim, de desenvolvimento e progresso, às constantes ameaças de se trabalhar com produtos altamente inflamáveis e de colocar suas vidas cotidianamente em perigo.

3.2 O monopólio produtivo na terra dos fogos

Foucault (2004b) ressalta sua crença de que todo discurso, em toda sociedade, passa por procedimentos que o seleciona, controla, organiza e o redistribui, dando a ele uma nova forma, dominando seus poderes, perigos e esquivando-o de suas verdades. Mas não há como fugir, segundo Foucault (2004b), em sociedade alguma, das narrativas, dos contos que se repetem e se conservam fundamentados na crença de que esses se alicerçam em algum segredo. Há algo valioso que não é totalmente revelado, mas que não se esquece.

Destaco narrativas que perpassam a história de Santo Antônio do Monte e que, pesarosos, os trabalhadores repetem:

Existe desde antigamente um boato que ‘eles’ não deixam outra empresa entrar aqui na cidade. A gente não sabe se é verdade, mas falam que a Embaré de Lagoa da Prata, era pra ser aqui e outras empresas que foram para outras cidades. (Entrevista, trabalhador, jul.2005)

[...] eu fico p da vida com essa situação daqui de Santo Antônio do Monte. Fiquei sabendo que a prefeitura daqui não quis participar do pólo calçadista e que alegou que aqui não tem problema com desemprego. Os filhos deles saem vão estudar fora, mas e a gente que não tem como manter isso. Quem me falou isso é de dentro da Prefeitura. (Diário de campo, morador da cidade, abril 2006)

Em Lagoa da Prata, tão montando uma fábrica de sapato, diz que vai dar mais de mil empregos, podia ser aqui [...] mas o prefeito não deixa. (Entrevista, trabalhadora, ago. 2006)

É comum ouvir-se dos trabalhadores pirotécnicos e moradores de Santo Antônio do Monte um relato que de forma inofensiva é repassado de geração para geração, sem muitos questionamentos. Mas se o considerarmos junto aos demais discursos dos trabalhadores pirotécnicos, pode-se visualizar um entrelaçamento aparentemente invisível, mas que, aos poucos, vai ganhando contornos e formas distintas, revelando uma proximidade com o sofrimento desse trabalhador.

Aqui em Santo Antônio do Monte não tem mais nada pra fazer, se tivesse eu não trabalhava com foguete, não. Esse é um serviço muito ingrato. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

A gente quer o melhor pros filhos, eu não quero que eles vão pra fábrica de foguete, mas o que eles vão fazer em Santo Antônio do Monte? (Entrevista trabalhadora, jul. 2005)

A gente não vê futuro no foguete [...], mas é o que eu aprendi a fazer desde criança. (Entrevista trabalhadora, jul. 2005)

Eu e meu marido trabalha no explosivo, a gente tem medo [...] as crianças ainda estão pequenas. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2005)

Quando se considera os relatos dos santantonienses sobre a estratégia política de não permitir que indústrias de outros ramos se alojem na cidade, enquanto uma comunicação social, que “*tenta ocupar o espaço do que é oculto pelo silêncio*”, (SILVA, 1996, p.159), percebe-se como eles expressam as desconfianças, angústias e indignações latentes próprias da camada baixa ativa da população santantoniense. Essa se sente cativa nas mãos dos fogueteiros, tendo suas possibilidades restritas às expectativas de quem trabalha na produção de fogos. Isso justifica a dificuldade da trabalhadora em se projetar no futuro e até mesmo no futuro de suas filhas, pois, como dizem os pirotécnicos, o trabalho no foguete é ingrato, “*onde a pessoa trabalha a vida toda com explosivo e depois morre, como no caso de B, por causa de um descuido.*” (Entrevista, trabalhador, julho de 2005)

Durante os contatos com os trabalhadores e moradores da cidade, a questão da política municipal perpassou por várias vezes seus discursos. Recorriam à imposição do trabalho com fogos como a um destino, como algo sem possibilidades de mudanças para quem quer continuar na cidade, mas também, como algo que se escuta e se passa para frente sem se saber o seu nível de veracidade.

Essa falta de clareza, quanto ao assunto, direcionou-me à prefeitura municipal de Santo Antônio do Monte, a fim de colher mais informações. Um comentário de um funcionário do setor administrativo, com muitos anos de trabalho na referida instituição, possibilitou-me uma compreensão mais clara do fato: “[...] *que a Prefeitura não deixa entrar outras empresas que não seja de foguete na cidade, eles falam que é uma lenda, mas a gente sabe que não é.*” (Diário de campo, funcionário do setor administrativo da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, jul., 2005)

Essa afirmativa, juntamente com os sentimentos expressados pelos trabalhadores pirotécnicos, apesar de compreender que no caso, em estudo, não se trata de uma organização, leva-me a refletir sobre as semelhanças que existem entre a realidade pirotécnica santantoniense e a instituição total de Goffman “*local de residência e trabalho onde grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrativa.*” (GOFFMAN, 1974, p.11).

Porém, o que contém os trabalhadores pirotécnicos não são os muros, como nos manicômios, prisões ou conventos. Os muros, nesse caso são simbólicos, apesar da contenção ser real, mas muitas vezes invisível aos olhares desatentos.

Como sugere Goffman, “*sempre que se impõem mundos, criam-se submundos*” (GOFFMAN, 1974, p.246) Assim, pode-se deduzir que a história do trabalhador santantoniense não termina com a imposição ao trabalho junto à pirotecnia; existem outras possibilidades.

Foucault (1995, 2000, 2005) também reflete sobre a questão das reações de confronto e denuncia sobre o excesso de controle social na modernidade que domestica os corpos e regula as populações. Segundo o autor, a compreensão desse controle somente é viável através das relações de poder. Mas o autor adverte para o fato que a análise dessas relações é algo extremamente complexo e está enraizado no nexos social. Pensar uma sociedade sem relações de poder é pura abstração.

Assim, o poder não é algo mau e, sim, constitui-se através de jogos estratégicos. Porém, algumas vezes, a relação de poder assume o que Foucault chama de estado de

dominação, ou seja, quando as relações encontram-se bloqueadas e cristalizadas, impedindo um movimento de estratégias entre os diferentes “parceiros”. Esse bloqueio instaura uma dessimetria, um desequilíbrio na relação, em que a “*margem de liberdade é extremamente limitada.*” (FOUCAULT, 2000; p. 277)

Porém os sujeitos envolvidos são livres, esclarece Foucault:

Um poder só pode ser exercido se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência. (FOUCAULT, 2000, p. 277)

As resistências são estratégias de confronto que visam manter as relações de poder moveis e instáveis. A forma como essas relações se estabelecem, se constituem, diz de uma questão histórica. Foucault direcionou seu interesse à forma como o sujeito se constitui de maneira ativa, através das práticas de si. Essa prática não é algo que o indivíduo invente, mas faz parte de sua cultura que lhe é sugerida, proposta ou imposta. (FOUCAULT, 2000, 1995)

Ferreira Neto (2004b) aponta que, ao pensar nas experiências subjetivas, é preciso remeter às relações sociais, pois, entre elas existe uma relação fundamental. Mais especificamente, o autor refere-se à questão da construção do sujeito ser histórica, não linear e em conexão direta com processos sociais, políticos, econômicos e urbanos.

O mesmo enfatiza a importância de tratar os quadros de distúrbios mentais sem desconsiderar os processos urbanos. Caso contrário, há o risco de encarcerar “*no domínio da psicopatologia uma experiência patentemente psicossocial.*” (FERREIRA NETO, 2004b)

Estudos apontam para o desenvolvimento de práticas democratizadas, movimentos sociais de luta que visam reverter a lógica de segregação que vigora atualmente. São práticas que não esperam do planejamento urbano e estatal uma iniciativa, mas viabilizam ações que vão ao encontro dos interesses da camada pobre. (FERREIRA NETO, 2004b)

Porém, práticas desse nível de organização, não foram encontradas no contexto santantoniense. Por sua vez, o movimento sindical encontra-se muito fragilizado; as estratégias de confronto revelam se interligadas às estratégias para dar conta do sofrimento de lidar com o perigo de produzir fogos. As ações de confronto são ainda ações dentro das empresas, tais como o alto índice de absenteísmo, rotatividade dos trabalhadores entre as empresas, o que será tratado com maior afinco no próximo capítulo.

O desenrolar da pesquisa tem revelado o quanto não há como separar os trabalhadores pirotécnicos das questões municipais. Portanto, as informações no que diz respeito à saúde da população municipal e dos pirotécnicos se misturam e sinalizam para uma possível forma de

resistência diante do controle exercido nos limites do município. Entre elas, aponto para o adoecimento da população, para o alcoolismo, uso de psicofármacos, tentativas de auto-extermínio e suicídios que revelam dados alarmantes aos olhos de profissionais das áreas de saúde e policial.

Melo (2002) em sua pesquisa, aponta para outra possível resistência a esse acirrado controle, quando remete ao fato que ela chama de inversão da pirâmide social da população. A autora descreve que o comércio das rifas trata de um trabalho em que vendedores ambulantes e autônomos partem de sua cidade e ganham as estradas rumo a outros Estados do Brasil, com o objetivo de comercializarem diversos tipos de produtos, desde roupa de cama, bichinhos de pelúcia a artigos de perfumaria. Esses comerciantes, em uma primeira viagem, “colocam” as cartelas de rifas em uma determinada região e em torno de trinta dias após, retornam com o prêmio para o ganhador do sorteio e para a pessoa que efetuou a venda da cartela, “recolhendo,” assim, o que conseguiram vender. As rifas têm injetado uma considerável quantidade de dinheiro na cidade.

A autora completa, ainda, que Santo Antônio do Monte, sendo uma cidade de aproximadamente 30.000 habitantes, devido a esse fenômeno local do comércio das rifas, teve em 2002, ano da pesquisa, uma frota de 2.200 veículos automotivos, com vida média em torno de 15 anos, dados diferentes de outras cidades do mesmo porte da região, conforme informação colhida junto à delegacia de trânsito, chegando a ter 0,07 veículos por habitantes. Certamente, esse fenômeno dá uma nova face para a conservadora Santo Antônio do Monte, mas também me instiga a refletir sobre a influência desse fato com o imperativo que existe na cidade de que a classe trabalhadora, em sua maioria, precisa conviver com a periculosidade dos explosivos de fogos de artifício. Seria essa uma forma de sair desse imperativo? Melo (2002) fornece-nos dados instigantes que nos fazem pensar na veracidade desse questionamento. Esclarece que esse

novo grupo social economicamente forte na cidade, é representado em sua maioria por jovens de dezesseis anos a adultos de trinta e oito anos, filhos de gerações de trabalhadores das fábricas de fogos de artifícios, que sem alternativas melhores dentro da cidade, partem há mais ou menos dez anos para as estradas. (MELO, 2002, p.62)

Se não se pode trabalhar com outros produtos dentro da cidade, então sair dos seus limites é uma forma de driblar as regras municipais da pirotecnia? Um trabalhador pirotécnico, através de seu depoimento nos fornece mais dados que apontam para uma maior compreensão do fenômeno.

Tenho dois filhos, o mais velho já trabalhou com foguete, chegou até a acidentá-lo lá e perder uma parte do dedo. Agora os dois estão nas rifas. Nas rifas têm outro problema, eles vão pro Rio, São Paulo, e a gente não deixa de pensar, tem pensamento ruim, a gente tem que pegar com Deus. Saiu de um perigo e foi pro outro⁷. Mas num certo ponto eu to achando muito bom, o mais novo já trabalha por conta própria, comprou o carro dele. Na rifa eles tão tendo uma renda muito melhor. Na última viagem, em quinze dias, só o mais novo tirou o tanto que ele teria que trabalhar meses na fábrica. Agora ele não larga mais, vai comprar outro carro, isso me deixa feliz em parte [...] (Entrevista, trabalhador, jul.2005)

A teoria de Foucault (1995) contribui de forma significativa para a compreensão do fenômeno. Sendo o poder somente exercido sobre sujeitos livres, sejam eles individuais ou coletivos que têm um campo de possibilidades diante de si, pode-se pensar na possibilidade desses sujeitos ‘rifeiros’ vivenciarem uma resistência diante da imposição do trabalho com fogos. Talvez, por vivenciarem o sofrimento e angústias, despertados pela proximidade com o perigo da produção dos fogos, ou mesmo vivenciado essas dificuldades, através dos pais pirotécnicos, e atendendo à expectativa dos mesmos, buscaram nas rifas um dispositivo para sair desse círculo vicioso, que se estendeu por mais de um século.

Seguindo os dizeres de Goffman (1974), quando a instituição diz ao indivíduo o que ele deve fazer e o que ele deve desejar fazer, esta lhe diz tudo que ele pode ser. Sair dessa relação total é uma pré-condição, para visualizar e construir um novo cenário, no caso, de trabalho e de condições de vida. Os dizeres de uma trabalhadora sintetizam o sofrimento e o desejo de mudança do pirotécnico:

As pessoas parece que têm medo, a gente chama pra ir conversar com o patrão pra pedir pra melhorar o material de trabalho e elas têm medo, falam que não podem ficar sem o serviço. Se o povo soubesse que eles que precisam da gente. A fábrica pode mandar todo mundo embora, 100 pessoas e contratar outros, mas o povo da cidade inteira, eles não podem mandar todo mundo embora. Se todo mundo unisse eles iam ver a força que todo mundo tem. Mas cada um com seu medo, aí não corre atrás. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2005)

As indústrias pirotécnicas tornaram-se forte referência enquanto possibilidade de sustento familiar, não apenas para a classe pirotécnica, mas se estendeu por uma boa dimensão do município, isto devido ao fato de ser quase o único tipo de indústria que realiza maior movimentação econômica na cidade. Assim, as constantes ameaças quanto às condições financeiras das empresas de fogos assumem uma dimensão maior, tornaram-se, portanto, diretamente ligadas às condições de todo o comércio, impactando no sustento de toda a cidade, revelando significativa vulnerabilidade. A fala de um comerciante, dono de um dos maiores

⁷ O perigo que envolve o trabalho com rifas está ligado ao risco de acidente de trânsito e ao envolvimento com drogas.

supermercados da cidade, obtida através de uma escuta de conversas corriqueiras em um ambiente público, representa essa questão:

O comércio que encerrar o ano apertado, no ano que vem, fecha. Esse ano tem eleições e tem futebol, no ano que vem não tem nada, para vender foguete, [...] se a situação do foguete não tiver boa, complica para a cidade toda. (Diário de campo, comerciante, jul. 2003)

Em outubro de 2005, Ari Antônio Ribeiro, comerciante e presidente da Associação Municipal de Empresários, dá depoimento ao Jornal Valor Econômico: “*Crise para as indústrias de fogos é crise para todo o comércio da cidade*”. Conclui, ainda, que, apesar da ausência de estatística para comprovar, todos os setores estão sofrendo o impacto da crise entre os fogueteiros. O comerciante ressalta que o movimento cai dos supermercados às agências bancárias. Os assuntos que rondam a cidade, quando, está em vias de ocorrer qualquer mudança no meio da pirotecnia, denunciam o temor que a população vive por depender de forma tão marcante desse ramo. Notícias como:

A fábrica x trouxe um alemão para fazer bombas, fogos diferentes [...] Fulano está montando uma fábrica em sociedade com um argentino e está trazendo novidades [...] Beltrano está negociando com chineses para montar uma empresa em sociedade [...] A cidade de Santo Antônio de Jesus (Bahia), está convidando as empresas de Samonte para irem pra lá, prometeram terreno, não cobrar impostos [...] Foi aprovada a liberação da importação de fogos da China no Brasil. (Diário de campo)

Notícias como essas são vividas pela população santantoniense como ameaçadoras e potencialmente desintegradoras do atual funcionamento da cidade. O perigo assume outra dimensão, o medo manifesta-se em meio às relações econômicas da cidade. As pressões que muitas vezes deveriam estar ligadas às instituições empresariais, nesse município, atingem a sua totalidade. A história de Santo Antônio do Monte está imbricada com a pirotecnia, tornou-se um só projeto, uma só organização.

Essa vulnerabilidade vivida pela cidade apresenta uma semelhança à situação descrita por Fazzi (1990), ao referir-se à dependência existente entre a cidade de João Monlevade e a siderúrgica Belgo Mineira, apontando essa relação como sendo tanto política quanto econômica. Ademar de Oliveira, em setembro de 2002, quebra o silêncio sobre esse assunto nos limites da terra dos fogos, conduz o leitor da Gazeta Montense a uma reflexão sobre a monoprodução, advertindo os santantonienses para o fadado desastre que acompanha essa prática. Acredito que esse convite à reflexão, juntamente com a campanha política do atual

prefeito da cidade, quando prometeu incentivos para abertura de outros tipos de indústrias no município, possam significar as primeiras manifestações de mudanças.

Esses dados e reflexões apontam para pertinentes questionamentos: qual é o lugar do trabalhador pirotécnico no interior desse contexto, desse projeto hegemônico? Como ele se organiza para a defesa de seus interesses?

3.3 Os limites do sindicato do trabalhador

Enveredar pelos caminhos do sindicato, porta voz dos trabalhadores, faz-se necessário, na busca de maior proximidade da compreensão do lugar que o pirotécnico ocupa nessa realidade.

Em Samonte, existem dois sindicatos ligados à demanda da produção de fogos de artifício: o patronal que se chama SINDIEMG_ Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais e o SINDIFOGOS_ Sindicato dos Trabalhadores das Fábricas de Fogos de Artifício que, até o momento, não têm filiação a nenhuma força sindical organizada, mas, segundo o atual diretor, está em estudo a possibilidade de se filiar à Central Única dos Trabalhadores.

Abro um parêntese, neste momento, para tratar um pouco da história do sindicato dos trabalhadores de fogos. O referido sindicato somente foi criado no início dos anos 90, apesar da longa história da pirotecnia no município. Inicialmente, o SINDIFOGOS foi dirigido por pessoas que não tinham ou não demonstravam a real consciência de sua importância. Era um sindicato pelego, segundo a atual direção. Os direitos dos trabalhadores não eram defendidos com prioridade.

Atualmente, a nova presidência assume uma postura diferenciada, incomoda os empresários e defende o trabalhador, especialmente quando este “ousa” buscar ajuda no sindicato e mantê-la até o final, pois, muitas vezes, por medo de ficarem marcados na cidade acabam desistindo, completa o presidente do SINDIFOGOS.

A fala de uma trabalhadora confirma essa colocação. Narra a situação que ocorreu na empresa em que trabalha. A empresa está mudando de nome, não fizeram o acerto corretamente com os trabalhadores e pedem para assinar os papéis como se estivesse tudo correto: *“se ocê reivindicar qualquer coisa é mandado embora. Ainda costuma dar informação*

ruim da gente pras outras fábricas [...] é tudo uma panela só.” (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

Essas informações contribuem para a compreensão da contradição que se tece nas relações do trabalhador com o sindicato que o representa. O número de sindicalizados denuncia uma incoerência nos interesses dos funcionários, em média apenas 6,5% dos trabalhadores da categoria apóiam o SINDIFOGOS, o que é recebido com indignação e angústia pelo seu presidente. Ao relatar esse fato, ele demarca bem a existência da pressão do grupo de trabalhadores, para que o sindicato reassuma sua postura anterior. Desabafa falando de como a pressão também recai sobre si, como muitas vezes sente-se mal dentro de sua cidade, pessoas com quem antes mantinha laços de amizades, atualmente “*viram a cara, inclusive o prefeito*”, completa. (Entrevista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Fábricas de Fogos de Artífício, jul. de 2004)

Ao trabalhar as razões psicológicas dos assassinatos coletivos, Enriquez (2001a) explica sobre o temor do isolamento. Por medo de serem isolados por seus pares, os indivíduos obedecem aos líderes. Esse medo do isolamento, somado ao medo da perda do trabalho, com todo o peso que ela ocupa nos tempos atuais, repercutem nas experiências que os santantonienses vivem. Assim, funcionam as pressões do grupo, para que os comportamentos sejam uniformes e dentro dos parâmetros pré-definidos de silêncio, obediência e conformismo. Sair desses parâmetros, como desabafa o presidente do sindicato, remete à exclusão e, por vezes, há ameaças que buscam intimidá-lo e fazê-lo desistir de defender os interesses dos trabalhadores.

Esse mesmo presidente narra, também, a ocasião em que foi denunciar junto ao Ministério do Trabalho a irregularidade de seis meses⁸ de atraso de pagamento em uma determinada empresa. Ao chegar à porta do prédio, lá estavam trabalhadores da empresa, segurando uma faixa com os dizeres: “*Nós queremos trabalhar*”.

Pelo mesmo motivo, o representante do Ministério do Trabalho chegou à empresa para fiscalizar a situação dos salários dos trabalhadores, que estavam atrasados. O proprietário havia sido previamente informado sobre essa fiscalização. Precavendo-se da acusação, foi de casa em casa, no dia anterior, ficando até altas horas da noite, recolhendo assinaturas dos

⁸ O conhecimento dessa informação mobilizou-me a conhecer melhor essa realidade, respaldada pelo olhar de um profissional da área de advocacia. O mesmo relata que a situação diz de uma ausência de acertos da empresa com o trabalhador, mas na verdade essa administra o dinheiro do trabalhador pagando contas como: água, luz aluguel, fazendo vales. Isso sem apresentar o saldo ao mesmo, que quando vai fazer o acerto constata que, ao invés de seis meses de atraso, são três ou dois.

funcionários, comprovando que esses já haviam recebido. “A gente fica com cara de palhaço,” desabafa o presidente do sindicato e acrescenta:

A coisa mais triste é você tocar um sindicato sabendo que o próprio funcionário fica contra o seu trabalho, por medo de ser perseguido. Aqui só tem fábrica de fogos e ele infelizmente fica marcado. [...] A gente fica com medo de defender os trabalhadores de Santo Antônio do Monte, porque parece que eles não querem [...] se acontecer alguma coisa [...]. você sabe, se fecha as fábricas não tem onde trabalhar. (Entrevista, Presidente do Sindicato dos trabalhadores das fábricas de fogos de artifícios, jul. 2004)

A situação vivenciada pelos fiscais da DRT também exemplifica a relação que os trabalhadores estabelecem com quem procura defendê-los:

o trabalhador é muito desconfiado em relação às pessoas de fora. [...] lá eles são bem fechados. [...] eu acho que é mesmo a questão da estrutura da organização. Tem a questão que lá, em Santo Antônio do Monte eles só têm o foguete, praticamente é a única opção de trabalho. Por mais que eles troquem de empresa não tem muita opção eles vão sair de uma para outra que é semelhante, não tem muita diferença. Então a impressão que a gente tem, eu e meus colegas, é que o trabalhador passa a ser muito submisso. Inclusive o sindicato dos trabalhadores lá, nunca foi muito ativo, de participar e colaborar com a gente. Isso é um aspecto muito interessante. (Entrevista, Auditora Fiscal da Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, out. 2006)

Esses relatos exemplificam bem a pressão em que os trabalhadores pirotécnicos vivem. Estão diante de uma insatisfação, insegurança e sofrimento no trabalho, mas também coagidos a manterem um silêncio e fecharem os olhos para possíveis transformações que poderiam ocorrer com a mudança de postura.

A insegurança e a pressão circulam nos mais variados espaços, nas relações municipais, políticas, econômicas, trabalhistas, familiares e individuais. A sensação de ser coagido a manter a posição de abrir mão de reivindicar os direitos é algo expressivo entre os pirotécnicos. Essa afirmação se sustenta com os dados levantados pelas entrevistas e contatos informais realizados no decorrer da pesquisa.

A título de compreender essa realidade, vale ressaltar que a grande maioria das empresas mantém o contrato de trabalho da seguinte forma: a carteira assinada com o salário mínimo mais o adicional de periculosidade e o pagamento por fora, ou seja, um outro contrato verbal, informal.

Relata o presidente do Sindicato dos trabalhadores que uma mãe que estava gozando do direito de licença maternidade procurou pela assistência da referida instituição, por não estar recebendo o valor integral de seu salário. A empresa não estava completando o valor,

como é de costume. O sindicato deu-lhe assistência, ela recebeu o que lhe era devido, porém a mesma foi demitida.

Descreve outro caso de funcionária que recorreu ao sindicato para acompanhar seu acerto na empresa. Foi detectado que o valor estava incorreto. A mesma não deu prosseguimento à reivindicação de seus direitos por ter sido ameaçada de que sua tia seria demitida, se continuasse com o propósito. (Entrevista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Fábricas de Fogos de Artifício, jul. 2006) Uma trabalhadora pirotécnica desabafa:

Eu tenho vontade de ir pra outra fábrica que paga melhor. Já que eu corro tanto risco, por que ganhar tão pouco? Há quatro anos e meio, o patrão diminuiu o nosso salário pela metade, com a promessa de que quando melhorasse pro foguete, melhoraria o nosso salário. Essa melhora nunca chegou pra nós, porque ele adquiriu fábricas. Teve ano de o governo dar 20% de aumento e ele não deu nem 1%, mas aumentava o desconto de carteira, seguro de vida, almoço, uniforme, calçado, aumenta tudo. Tudo aumentando e a gente tem de sobreviver com o mesmo tanto. Quando ele diminuiu o nosso salário eram três salários do governo e ele passou pra dois salários. Foi diminuindo e hoje nós ganha um e trinta.. Como ele não deu os reajustes que teria que dar, chegou em um e trinta, que é o mínimo que o governo exige, um salário mais 30% de periculosidade. Algumas pessoas tentou ir no sindicato pra ter o reajuste de direito, os 20% que o sindicato conseguiu, mas quem foi ao sindicato foi mandado embora, nem sei se teve os 20%. A fábrica já teve 200 funcionários e só 5 correram atrás, o resto não. (Entrevista trabalhadora, jul. 2005)

Esse contrato informal com os trabalhadores permite aos empresários alguns ganhos significativos para a empresa. Por exemplo, a redução dos encargos, uma flexibilidade para diminuir o salário dos trabalhadores de acordo com seus interesses e facilidade de manter as irregularidades impunemente. Todos sabem da situação ilícita que permeia as relações entre os empresários e os trabalhadores pirotécnicos, mas se curvam a ela por questões que abordamos no decorrer da pesquisa.

Como as irregularidades são freqüentes no contexto pirotécnico, o direito adquirido, às vezes, soa como benefício ao trabalhador, aos olhares dos empresários:

[...] ele (o dono de uma empresa que estava com os pagamentos de seus funcionários em dia, o que é pouco comum no ramo pirotécnico da região) falou comigo, [...] tá muito bom, ta ganhando pouco, mas ta em dia. (Entrevista, presidente do Sindicato dos trabalhadores de Fábricas de Fogos de Artifícios, jul. 2006)

[...] eu não sei do que eles tão reclamando, o salário tá atrasado dois meses, mas tem vale compra de farmácia e supermercado. Tem fábrica que nem isso tem. (Diário de campo, empresário, 2004)

Em tempos em que os sindicatos já não conseguem apresentar ações fortes e efetivas, como outrora, o SINDIFOGOS apresenta mais um sério agravante: defender quem tem medo de ser defendido. Mas os medos também se estendem ao presidente do sindicato que teme uma ação que dificulte ainda mais o trabalho dos pirotécnicos e, por fim, da cidade. “*A gente tem uma carta na manga pra jogar, mas eu vou jogar uma coisa que vai atrapalhar pra Santo Antônio inteiro [...] eu não posso ir de uma vez.*” (Entrevista, presidente do Sindicato dos trabalhadores de Fábricas de Fogos de Artifícios, jul. 2006). “*No ano retrasado eles falaram que ia tirar as fábricas daqui e levar pra Bahia, por causa do sindicato. Agora, falaram de novo.*” (Entrevista, presidente do Sindicato dos trabalhadores de Fábricas de Fogos de Artifícios, jul. 2006) .

A fala de um proprietário de empresa expressa a responsabilidade que fazem recair aos ombros do SINDIFOGOS, “*se ele (o presidente do SINDIFOGOS) continuar com isso ele vai acabar com a cidade*”. (Diário de campo, empresário, setembro de 2004) Acabar com a cidade? Se essa frase deve ser mencionada será que o seu sujeito deve ser o presidente do sindicato dos trabalhadores?

Ao revisitar o sindicato dos trabalhadores em julho de 2006 e o seu presidente atualizou as informações quanto às mudanças que se estabelecem. Com maior tranquilidade, o mesmo relata que houve algumas conquistas quanto ao aumento salarial, apesar de nem todas as empresas acatarem ao que foi decidido em dissídio coletivo. Outra conquista se refere ao fato que algumas empresas começaram a assinar, corretamente, as carteiras dos funcionários. Quanto ao número de sindicalizados, esse cresceu e chega a quatrocentos e cinquenta filiados, número que representa uma pequena parcela dos pirotécnicos, mas significa maior apoio aos objetivos propostos pelo sindicato.

Porém, é de conhecimento que existe um movimento contrário por parte dos patrões que buscam dificultar esse vínculo. Segundo o presidente, os empresários amedrontam os trabalhadores e alguns não estão recolhendo, sequer, a taxa confederativa. Uma forma de fazerem isso é o escritório da empresa digitar uma carta para os trabalhadores assinarem dizendo que não querem que desconte o valor.

Tem trabalhador que me procura e diz que traz o dinheiro todo mês, mas o nome dele não pode ir pra empresa, senão dá problema. [...] Então eles fazem tudo pro trabalhador não pagar. Por que ele não pagando não tem dinheiro pra gente trabalhar. (Entrevista, presidente do Sindicato dos trabalhadores de Fábricas de Fogos de Artifícios, jul. 2006)

A ausência do trabalhador no movimento sindical de sua categoria sinaliza a não legitimidade do mesmo. Existe uma lacuna entre os objetivos dessa instituição e os de seus representados. A luta, muitas vezes, tornou-se solitária para o presidente do sindicato que desabafa: “*a gente cansa, a gente sabe que desanima, mas a gente não pode desanimar não*”. (Entrevista, presidente do Sindicato dos trabalhadores de Fábricas de Fogos de Artíficos, jul. 2006)

Incongruente com esse sentimento de desânimo declarado pelo presidente do sindicato dos trabalhadores, constatei o contrário por parte do presidente do sindicato dos empresários pirotécnicos. Em entrevista, quando questionei sobre as dificuldades que o sindicato vivencia na atualidade, o presidente relatou:

No nosso caso, a indústria pirotécnica, por ser uma coisa muito concentrada na cidade, na região a nível de Brasil, isso facilita muito para conseguir meios para o crescimento seja conjunto. Então, eu diria que não há uma dificuldade muito assim [...] (Entrevista presidente do Sindicato das Empresas de Explosivos do Estado de Minas Gerais, maio 2006)

Somando essa fala do representante dos empresários pirotécnicos às reportagens que abordam os caminhos trilhados por esse sindicato, percebo uma coerência. Constato em alguns jornais locais:

Numa audiência proposta pelo deputado estadual xxxxx, presidente da comissão de fiscalização Financeira e Orçamentária, uma comitiva de Santo Antônio do Monte, liderada pelo SINDIEMG, participaram de uma produtiva reunião [...] (SINDIEMG... 2005a. p.5)

Políticos apóiam indústria pirotécnica em Brasília. [...] O resultado da manifestação foi positivo. O relator, deputado xxxx entendeu que as indústrias de fogos de artifício [...] devem se manter no Simples. (POLÍTICOS... 2005 p.07)

Juros altos, entrada de produtos chineses e a pesada fiscalização por parte do governo. Três temas polêmicos [...] estiveram presentes o deputado federal xxxx e nada menos que o deputado xxxx, o relator do projeto de Reforma Tributária. (OLIVEIRA, 2005a, p. 9)

Empresários do setor pirotécnico pedem apoio político contra multas do MPT - liderados pelo prefeito xxxx, empresários procuram apoio político em Belo Horizonte e Brasília. Santo Antônio saiu na frente na luta por algo que está afetando o setor produtivo de uma grande maioria das cidades brasileiras: a guerra fiscal. Mas as empresas também enfrentam outros problemas sérios, como a ação do Ministério Público do Trabalho que aplica multas irrealis e a burocracia para se conseguir uma licença ambiental. (OLIVEIRA, 2003a, p3)

Políticos assumem defesa do setor pirotécnico - senador, deputados e secretário do governo recebem prefeito, vereador e empresários. (OLIVEIRA, 2003b, p.5)

Com a leitura, na íntegra, das reportagens acima citadas, em meio a outras, percebe-se que os empresários pirotécnicos estão sempre ladeados por políticos muito conhecidos, especialmente na região. Provavelmente, a tradição de a cidade ser o berço de “*políticos famosos*” (MORAES, 1983) seja um facilitador para tais apoios.

Outro fato que se repete nas leituras das reportagens é a justificativa do setor pirotécnico “*representar 70% do fornecimento de emprego em Santo Antônio do Monte e região*” (OLIVEIRA, 2003a, p.3), o que, segundo depoimento do prefeito no mesmo artigo do jornal acima citado, desperta a sua preocupação juntamente com as demais prefeituras das cidades circunvizinhas. Possivelmente, essa fala contribua com a tomada de decisões políticas que favorecem o setor pirotécnico. Relembrando, o representante dos empresários relata, em entrevista, que a concentração das indústrias pirotécnicas facilita angariar meios que favorecem o crescimento do setor.

No momento, a diferença quanto à legitimação entre os dois sindicatos, patronal e do trabalhador é um fato muito marcante no meio pirotécnico e, repercute na área da segurança do trabalho. A hipótese que Dwyer (1994) levanta é que o perfil das relações sociais no trabalho tem natureza diferente no que diz respeito à produção de acidentes nos países de primeiro e segundo mundos. Para o autor, são três as questões que influenciam: o fato de o salário ser insuficiente para o sustento adequado do trabalhador, o que exige trabalho extra; a questão ligada à força que o sindicato representa na categoria para exigir segurança no trabalho e alterar a relação de autoritarismo e, por fim, a questão do empresário relacionar a prevenção de acidentes à produtividade da empresa, o que repercutirá em menos desorganização e maior qualificação.

Assim, compreende-se que um estudo acerca dos riscos que o trabalhador pirotécnico vivencia está interligado a todas as questões de seu contexto, de suas relações no trabalho e isso nos aponta para a importância de se compreender os riscos que esse trabalhador vivencia em seu singular cenário de trabalho.

3.4 Risco - uma visão ampla sobre o fenômeno

Compreender o risco dentro de um contexto mais amplo e afunilá-lo no risco do trabalhador pirotécnico, tornou-se um imperativo para esta pesquisa. Para tanto, recorri aos estudos de Silva (1998, 2003, 2004) que busca respaldo na abordagem antropológica. Silva (1998) aponta para a necessidade de uma contrapartida, diante da moderna e macro visão sobre

o risco, cujos autores de referência são Beck (1993) e Giddens (1991), que discutem a importância do conhecimento dos especialistas na domesticação dos medos e riscos. A autora assinala a necessidade de uma teoria cultural do risco, “*que aborde as particularidades culturais de diferentes formações sociais.*” (SILVA, 1998, p. 2)

Nessa perspectiva, o risco é considerado uma construção sociocultural, imbricada com as decisões políticas; portanto, carregada de poder. A posição que o ator ocupa, no cenário, constitui o norte para suas representações quanto aos riscos. Assim, com a multiplicidade de representações, as negociações simbólicas tornam-se importantes para a coexistência de diferentes grupos em uma mesma configuração social. (SILVA, 1998, 2003, 2004)

Compartilhando da formulação de Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983) Silva (1998) aborda a importância de se refutar a noção de percepção de risco dentro do parâmetro da matemática. Esse restringe suas preocupações aos cálculos, à quantificação, tornando-se presa fácil à manipulação do poder, que seleciona racionalmente os dados a serem acompanhados, direcionando as preocupações sociais. Em contraponto, propõe que a questão política do risco e a percepção subjetiva das pessoas sejam dados importantes a serem considerados.

Segundo Silva (1998), cada vez mais as preocupações quanto aos riscos industriais a que os trabalhadores e habitantes das áreas industriais estão inseridos têm crescido significativamente.

Muitos dos estudos nessa área indicam que as representações e experiências envolvendo risco, local de trabalho e saúde são uma arena de conflitos de interpretações na medida em que interesses divergentes se confrontam, revelando complexa rede de relações de poder. (SILVA, 1998, p. 4)

As ciências sociais enfatizam as dimensões sociais e políticas dos desastres “naturais” e ou tecnológicos, reconhecendo-os como um fenômeno em processo e incluem como parte importante a considerar, as condições de vulnerabilidade em que as pessoas atingidas se encontram, em “*razão das circunstâncias socioculturais, históricas, tecnológicas, políticas e econômicas.*” (SILVA, 2004, p.204)

Assim, os desastres ou acidentes não terminam com o fechamento de número das vítimas, cálculo dos riscos e demais levantamentos numéricos, mas, persistem com o engendramento do sofrimento dos envolvidos e dos grupos vulneráveis aos riscos.

Llory, (1999) engenheiro de segurança e Jardim (2001), médica psiquiatra e pesquisadora da área da saúde mental do trabalho, partem de outros pontos de vista e também se encontram na afirmativa de que os acidentes do trabalho não se encerram com a catalogação

das vítimas. Entende-se até mesmo entre os que não foram diretamente atingidas pelo acidente, mas que carregam consigo, através do sofrimento, as marcas do mesmo.

A área da segurança do trabalho, especialmente a segurança industrial, que aqui nos interessa enfocar, também é alvo de reflexões, pesquisas e, conseqüentemente, transformações na forma de percebê-la. Com o advento das indústrias, muitas mudanças foram promovidas. O trabalho artesanal sofreu um declínio. O avanço do processo industrial, acelerado pelas máquinas que ganharam novos recursos e garantiam maior lucro, prendeu o interesse capitalista. Em contrapartida, cresceu o número de acidentes no trabalho, que evidenciou uma das conseqüências dessa transformação. (DWYER, 1994)

O acidente de trabalho, que na Europa pré-industrial era visto como um castigo por algum pecado cometido e cujo acidentado era assistido pela esfera privada, devido à ausência de leis que o protegesse, hoje, recebem uma outra conotação. Dwyer (1994) mostra quais os fatores contribuíram para essa mudança. Entre os mesmos, cita: a maior escolaridade, as ações sociais, sindicais e a conversão dessas ações em política, o que foi impulsionado pela indignação pública diante dos grandes desastres nas minas de carvão que ocorreram no início do século XX.

A compreensão dos acidentes do trabalho, desde então, tem sofrido considerável transformação. A produção dos acidentes e a forma como eles são tratados dentro da esfera pública revelam uma significativa mudança. A mola propulsora desses avanços encontra-se diretamente ligado às preocupações que eles têm despertado quanto ao risco que passam a representar também para a população civil, gerações futuras e sistema ecológico. A essas preocupações soma-se a do custo dos acidentes do trabalho que recaem sobre a sociedade como um todo. (DWYER, 1994)

As análises dos acidentes do trabalho que consideravam isoladamente os fatores individuais e psicológicos do trabalho, como determinantes na provocação do desastre, aos poucos, vão cedendo espaço para uma visão mais ampla.

Os estudos de fatores sociais e psicossociais do trabalho ganham peso nas análises. As relações, enquanto teias que são tecidas entre o individual e coletivo, passam a ser consideradas elementos importantes a serem analisados para a compreensão mais coerente do objeto em estudo. (LLORY, 1999; DWYER, 1989, 1994, 2004; FERREIRA, 1993,1996; WISNER, 1994)

3.4.1 Segurança do trabalhador pirotécnico

Não é difícil alinhar a prática com as contribuições teóricas, compreender a dimensão entre o individual e o coletivo no excêntrico contexto de Santo Antônio do Monte, diante do contexto apresentado. Com certeza, essa realidade revela como as questões do trabalhador pirotécnico ultrapassam as cercas das empresas e se alastram pelo município e além de seus limites. Esse fato exige uma visão mais ampla do objeto em estudo.

O processo produtivo da pirotecnia santantoniense não sofreu grandes alterações quanto à aquisição de novos maquinários, mas, sim, quanto ao incremento de novas matérias primas, elementos químicos inflamáveis, que deram origem aos fogos de cores. A introdução desses produtos nos catálogos de vendas das empresas pirotécnicas significou mais que um aumento de cifras e conquistas de novos clientes a nível internacional. Constituiu, também, um marco nos acidentes dos trabalhadores.

No afã de descobrir o “segredo das misturas químicas”, que inicialmente pouquíssimas empresas tinham o domínio, muitos funcionários, encorajados por seus patrões, se aventuraram na manipulação de produtos altamente inflamáveis. Segundo informações transmitidas por peritos da área de segurança, entre eles a auditora fiscal do Ministério do Trabalho, em entrevista em outubro de 2006 e conclusões tiradas pelos próprios funcionários, esse período de introdução dos fogos de cores foi marcado pelo o crescimento do número de acidentes e mortes.

Eu acho que os produtos químicos hoje, que eles usam pra fazer as bombas, eu acho que eles é mais forte que os de antigamente, acontecia menos acidente tóxico. [...] Hoje cê pode ver que ele vai colocando muita coisa química no explosivo, quando mata, mata quatro, cinco. Quando acontece um acidente, antigamente não era tanta vítima fatal [...]. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

Novos produtos pirotécnicos foram desenvolvidos, com novos efeitos que atendem aos consumidores cada vez mais exigentes. Cores mais vivas e novos ruídos foram descobertos com novos incrementos químicos. Os fogos de artifícios de Samonte alcançaram o respeito internacional. Mas como ficaram as famílias dos trabalhadores que morreram para que essas conquistas fossem alcançadas? Ou ainda, não poderiam esses acidentes serem evitados?

Não é meu propósito responder a essas questões, devido às limitações da pesquisa, mas, sem dúvida, os dados levantados acenam para a realidade do silêncio que cerca esse fenômeno, assim, como me remete à colocação de Rodrigues (2000), quando afirma que, mesmo passados

muitos séculos, nos dias atuais, os acidentes e doentes do trabalho são as sentinelas de alerta, como os pássaros na antiguidade, - eles anunciam o perigo no trabalho muitas vezes com a própria morte⁹.

O trabalhador pirotécnico de Santo Antônio do Monte conheceu outra interface perversa da globalização, que está ligada à sua segurança no trabalho. A rotina de suas atividades na operacionalização dos artefatos foi, significativamente, alterada pelo investimento em títulos, como ISO e Qualidade Total. A busca de competitividade no mercado fomentou a necessidade de inovações e incrementos na produção de novos efeitos nos fogos de artifícios. A falta de controle das novas matérias primas altamente inflamáveis que passaram a compor o número de elementos manipulados pelo trabalhador, trouxe seus reflexos em sua segurança no trabalho.

As fábricas de fogos de artifícios de Santo Antônio do Monte, durante décadas, organizaram-se, quanto à segurança, de acordo com os conhecimentos desses trabalhadores pirotécnicos e do interesse do proprietário. Não havia, até a década de noventa, nenhuma fiscalização rigorosa e periódica. Os órgãos competentes somente estavam presentes esporadicamente ou em casos de explosões em fábricas. Nesse último caso, somente chegavam ao estabelecimento horas após as explosões, quando o local já havia sido limpo pelos próprios trabalhadores que, juntamente com as partes dos corpos dos acidentados, recolhiam também possíveis pistas para se compreender o acidente.

No cotidiano do lidar com a periculosidade, os trabalhadores tinham as regras de segurança que eram difundidas entre eles e algumas divergentes de uma empresa para outra. Os responsáveis formais pela segurança eram somente os encarregados. Esses repassavam o que haviam aprendido com seus antecessores e no próprio lidar com os fogos. Não havia nenhuma padronização.

A crença e a fé nos santos tornaram-se um recurso considerado pelos pirotécnicos. Muitas vezes, esses se “agarram” ao Santo a quem dedicam devoção, para se sentirem mais seguros ao lidar com o perigo do trabalho. Borges (1997) aponta, em sua pesquisa, o fato que o congado, cultura religiosa fortemente praticada na cidade de Santo Antônio do Monte, tem a maioria de seus “cortes” formados por trabalhadores das fábricas de fogos de artifícios, que

⁹ *Desde a antiguidade, os mineradores que trabalhavam no subsolo utilizavam um sistema rudimentar, bizarro mas eficaz, de alerta para o perigo imediato que representava a concentração de gás carbônico no ar, que poderia levar à morte por intoxicação. Nos registros históricos, já no período do Império Romano, estes homens levavam consigo pássaros em gaiolas para dentro das minas. Eram as sentinelas. Muito mais sensíveis às variações de composição do ar, elas morriam anunciando o perigo que se aproximava. Os homens sabiam, então, que era hora de abandonar o subsolo para escapar da morte por asfixia.* (RODRIGUES, 2000, p.13)

todos os anos se reúnem para as celebrações e, entre outras bênçãos, pedem proteção divina no trabalho. Esses mesmos congadeiros também levavam para os barracões imagens de Santos, para assim sentirem-se mais protegidos durante o trabalho. Segundo a pesquisadora, a lida constante com a pólvora e o risco de explosão súbita gera muita tensão e a busca de apoio junto aos santos proporciona conforto espiritual e confiança para sair de casa antes do raiar do sol e ter fé de que irá retornar no final do dia. A mesma relata que a confirmação da proteção dos santos foi confirmada em uma situação concreta, durante um acidente em março no ano de 1997, período da pesquisa.

Comenta-se, na cidade, que na explosão ocorrida na primeira quinzena de março, um dos barracões (de pólvora) ficou completamente destruído, menos a parede que estava a imagem de Nossa Senhora. Neste barracão dois operários conseguiram se salvar. Fatos como esses reforçam a mística em torno da proteção da santa.
(BORGES, 1997)

Na atualidade, a prática de levar imagens para os barracões não é aceita, devido às novas normas de segurança que vigoram na pirotecnia. Os peritos que prescreveram as regras para maior segurança do pirotécnico desconheciam ou desconsideraram o efeito psicológico que esse conforto espiritual significa para o trabalhador, para sua saúde.

Como relatamos anteriormente com a globalização e a chegada dos cobiçados títulos de ISO e Qualidade Total, muitos procedimentos foram alterados na fabricação dos artefatos. Com a instalação do Posto de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, em 1999, e o Termo de Compromisso de Ajustamento de conduta elaborado pela Procuradoria regional do trabalho, em 2001, muitas alterações foram efetivadas na busca de maior segurança para o trabalhador pirotécnico.

Porém, o desencontro entre o que é prescrito e o real se mostrou presente em conversas informais com trabalhadores. Os mesmos relatavam não compreender algumas regras e apontavam outros cuidados que eles tomavam por conta própria e que consideravam muito importante para sua segurança e, em contrapartida os peritos não abordaram nas normas. O que nos aproxima da análise de Ferreira Leal (1994) sobre o trabalho dos petroleiros que apresenta uma distância entre a segurança prescrita e real. Pondera um trabalhador pirotécnico:

Os extintores perto dos barracões, eu não acho que dá mais segurança. Eu acho que na hora eu, todo mundo apavora. Ninguém lembra de ir lá buscar o extintor, mesmo se lembrar não tem coragem de pegar e voltar lá, só se for coisa muito pequena [...]
(Entrevista, trabalhador, julho 2005)

Recorri à teoria de Llory (1999) para discutir o assunto. Segundo o autor, uma das idéias fixas na área da segurança do trabalho, que precisa ser eliminada, diz da preocupação com o aumento de regras e procedimentos como uma forma de garantir maior segurança para o trabalhador. Fundamentado nessa visão, a exemplo do trabalho prescrito e trabalho real, também se desenvolve uma segurança prescrita e segurança real, alargando a distância entre o que é prescrito pelos superiores e o que acontece de fato no cotidiano do trabalho. A segurança no trabalho também recebe as influências da onda de racionalização.

Assim, como no trabalho prescrito, a segurança prescrita também é insuficiente, pois é impossível prever e descrever todos os procedimentos que regem a segurança real do trabalho, com todas as peculiaridades do ramo e espontaneidades do trabalhador. Portanto, os trabalhadores desenvolvem estratégias que funcionam informal e coletivamente, definindo maneiras de se proceder no trabalho. A esse conjunto de técnicas, estratégias que têm por meta a efetivação do trabalho concreto e garantir a segurança real do trabalhador, Llory (1999) chama de “savoir-faire de prudência”, que na prática funciona como um estímulo à prudência, à precaução diante do risco.

Os estudos de Llory (1999) apontam para uma compreensão da segurança do trabalho, priorizando a coerência com o real vivido pelo trabalhador. A segurança prescrita é revelada enquanto incompleta, abstrata e desvinculada da prática cotidiana do trabalho. Por outro lado, a segurança enquanto “savoir-faire de prudência” revela-se como um atributo de auto-preservação do homem no trabalho.

3.4.2 As leis na segurança do trabalho pirotécnico

Porém, no caso da pirotecnia mineira, não é somente a busca do trabalhador por sua segurança que o distancia da segurança prescrita. Vale retomar um pouco sobre o esforço desenvolvido pelo Ministério do Exército e Trabalho para a segurança do pirotécnico.

Hoje, o Ministério do Trabalho e do Exército estão mais próximos da pirotecnia santantoniense. O que por parte do Exército somente ocorreu em 1999, quando foi instalado o P.F.P.C. – Posto de Fiscalização de Produtos Controlados, sob a responsabilidade da Secretaria de Fiscalização de Produtos Controlados, localizada na capital. Santo Antônio do Monte é considerada, inclusive, zona de segurança nacional, devido à fabricação da pólvora e outros explosivos.

Podemos dizer que a instalação do P.F.P.C. foi um marco na segurança do trabalhador pirotécnico. As empresas passaram a ser fiscalizadas mais de perto. As fábricas clandestinas tiveram seu funcionamento muito dificultado, sendo, muitas vezes, fechadas ou regulamentadas. As regras quanto à segurança no trabalho foram padronizadas e, por vezes, distantes das regras seguidas e passadas de geração para geração de pirotécnicos.

O trabalho do Exército partiu de uma revisão das leis referentes ao controle dos produtos explosivos, as quais foram examinadas pela última vez no ano de 1965 e, somente em 2000, ganharam nova configuração.

Junto a esse trabalho, foram desenvolvidos os seguintes passos: primeiro, melhoras na parte física, como já foram descritas no primeiro capítulo. Essas melhorias facilitaram a limpeza e circulação nos barracões e, entre outras, tornaram-se exigências para as empresas pirotécnicas. No caso da distância entre os barracões, ficou definido que em situação de construção ou qualquer modificação na área construída da empresa, deverá ser autorizada pelo Ministério da Defesa - Exército. As antigas construções serão mantidas, mesmo sendo a distância pequena, o que facilita a propagação de incêndios em caso de explosão.

No segundo momento, a atenção foi direcionada às normas de procedimentos para lidar com explosivos. A necessidade de medir a temperatura e a umidade do ar, para se precaver de reações químicas perigosas, passou a ser regra em determinados setores. O tipo de uniforme a ser usado pelos trabalhadores passou a ser fiscalizado, evitando-se, com esse procedimento, maiores ferimentos em caso de queimaduras em acidentes. A investigação, em caso de acidentes e as sindicâncias, foram incluídas, proibindo a limpeza rápida que era realizada antes da chegada de qualquer órgão competente para o reconhecimento das possíveis causas do acidente.

O quarto passo direcionou-se para treinamentos de segurança, com oitenta procedimentos operacionais e, atualmente, o Exército está investindo na implantação da normalização da produção de fogos, como, por exemplo, a quantidade de pólvora que poderá ser usada, a espessura do canudo etc. O capitão ainda relata que uma das maiores dificuldades encontradas está na indisciplina das empresas e na prioridade que estas dão à rapidez na produção no cotidiano pirotécnico. (Diário de campo, representante do Ministério da Defesa - Exército, julho de 2004)

Outro divisor de águas na segurança do trabalhador pirotécnico é o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, elaborado pela Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, em 2001, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. As novas regras impostas pelo Termo encontram críticas positivas e negativas por parte do trabalhador. Este

justifica sua insatisfação pelo aumento de despesa que o mesmo gerou para as empresas, o que recaiu, muitas vezes, sobre um maior atraso no pagamento de seu salário, fato que em muitas empresas pirotécnicas já se tornou corriqueiro. Essa foi a explicação gerada pela administração, aponta o trabalhador. (Entrevista, trabalhador, jul.2005)

Um técnico de segurança da área pirotécnica, não identificado, em entrevista para a Revista Proteção (2003), desabafa sobre sua percepção referente ao Termo acima citado: “[...] *contêm cláusulas excelentes para a melhoria do ambiente de trabalho ‘mas foram dados prazos de três a seis meses, estes venceram e foram concedidos outros prazos. Pelo jeito a coisa vai acabar no papel’ desabafa.*”. (CONTROLE... 2003, p.136).

Nessa mesma reportagem, Júnia Barreto afirmou que, ainda no ano de 2003, o processo instituído pelo Termo deveria ser finalizado com o encaminhamento dos relatórios ao Ministério Público do Trabalho, a fim de que sejam tomadas as ações necessárias.

O descrédito sobre as questões legais na área pirotécnica não é uma manifestação apenas do técnico de segurança acima citado, o presidente do SINDIFOGOS deixou bem claro em sua entrevista, como citei em outras partes deste capítulo e pode-se acrescentar:

[...] Aqui em Santo Antônio do Monte é uma falta de lei. Por exemplo, eles dão férias no dia que eles querem, se tá chovendo, se decidem que não vão produzir mais, aí eles dão férias. Não planejam nada, chegam e dizem: amanhã ocês tão de férias. É um trabalho tipo escravo. Tem uma fábrica que tá com os pagamentos seis meses atrasados, o cara morre de trabalhar, morre de fato e nem vê a cor do pagamento. Aconteceu isso com Jonas meu colega. Enquanto isso o dono compra fazenda, vende fazenda paga o banco e diz pros funcionários: ocês trabalhem, trabalhem que eu preciso pagar ocês; se ocês não produzirem eu não tenho dinheiro pra pagar. Os caminhões vão cheios de foguetes, volta com o dinheiro, e eles nem vêm o dinheiro. Os funcionários ficam contando os caminhões que saem, na esperança de receber quando ele voltar, mas nada [...] Uma vez o capitão fechou essa mesma fábrica por irregularidades, aí eles foram para Brasília, levaram o [...] deputado e reabriram a fábrica. [...] Eu não sei o que acontece, se vem fiscal na cidade as fábricas todas já sabem, há uma barreira, parece que querem ser o dono do mundo e não deixam as coisas acontecer. Pode saber se eu ligar hoje, as fábricas ficam sabendo, aí corre assinam as folhas de pagamento, os sem carteira correm [...] (Entrevista presidente do presidente do Sindicato dos trabalhadores de Fábricas de Fogos de Artíficos, jul. 2004)

O trabalhador de chão de fábrica também expressa seu sentimento de estar desprotegido legalmente:

a fiscalização vai, mas sempre que vai eles já sabem, dias antes, pra dar tempo de organizar a fábrica, arrumar, preparar tudo, pra guardar o que não pode, deixar a quantidade certa. Todo mundo na fábrica fica sabendo por que o dono fala em reunião [...] eles falam pra cooperar, que a multa é muito alta, num sei mais o que. A gente tem sempre que cooperar, eles nunca cooperam com a gente [...] (Entrevista trabalhadora, jul. 2005)

Falas corriqueiras que são passadas de boca em boca na cidade, e que os trabalhadores usam para se expressar, também revelam as inseguranças e ameaças que os trabalhadores e às vezes moradores da cidade vivenciam, devido ao aglomerado de indústrias pirotécnicas que se somam aos arredores de Santo Antônio do Monte e à desproteção que sentem diante das imposições da pirotecnia:

Santo Antônio do Monte não tem mais jeito, nunca vai deixar de ser um barril de pólvora, [...] ou ainda, Todos sabem das irregularidades, quando alguém toma alguma atitude, como foi no caso do Exército que fechou uma fábrica devido à irregularidades na segurança, foram o dono da fábrica, prefeito e um deputado federal da região em Brasília e tudo se resolveu, a fábrica reabriu sem mudança. (Diário de campo, 2004)

Poderíamos somar a essas queixas várias outras que apontam para esse mesmo sentimento de estar à mercê dos comandos dos proprietários de empresas pirotécnicas, bem como várias outras irregularidades que a pirotecnia pratica e que, aparentemente, está enraizado como a uma cultura, uma tradição no ramo pirotécnico. Mas, como bem expressa um pirotécnico de longa experiência e cuja afirmativa por várias vezes ouvimos no decorrer de nosso trabalho:

Com toda dificuldade de hoje, ainda é bem melhor que antigamente. Hoje as condições de trabalho é bem melhor [...], mais segurança. Antigamente as condições de trabalho era bicicleta, ou a pé, hoje a gente tem comida quente, chuveiro, com água quente, antigamente era bica de água fria. [...] (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

Não restam dúvidas que hoje há maior investimento na área da segurança do trabalhador pirotécnico. Recentemente, foi inaugurada uma unidade do SENAI em Santo Antônio do Monte. Segundo o presidente do SINDIEMG, em entrevista realizada em maio de 2006, são três laboratórios de pesquisa de desenvolvimento de produtos, e esses laboratórios têm como objetivo avaliar todos os produtos das fábricas. O mesmo aborda a questão da segurança do trabalhador, expressando que essa preocupação recentemente tem ocupado espaço de destaque nos investimentos do empresário pirotécnico. Justifica esse fato:

[...] não assim de uma forma só humanitária, mas na forma de negócio mesmo. É a marca da empresa dele, ali. Então, essa preservação tanto da segurança dele e da saúde ela é fundamental. O maior patrimônio que tem na indústria dele é o próprio trabalhador. [...] Se dá um acidente em qualquer empresa, aqui, a repercussão é muito negativa para o setor como um todo, ou seja, há hoje uma consciência disso tudo. [...] Tem também a questão da visão da sociedade por aquela empresa, então é um negócio em que todo acidente quando acontece e há uma vítima, antes até mesmo de o empresário chegar a televisão já está lá na porta. Já tá todo mundo de cima, é uma loucura. Então é um transtorno muito grande. Isso deixa as indústrias

em uma situação de alta necessidade de sempre se preocupar com o acidente.
(Entrevista presidente do Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais, maio 2006)

O mesmo também traz o tema para o espaço público. Quando em reunião com empresários e líderes políticos da região afirma: “A principal ferramenta de marketing da indústria pirotécnica é a não ocorrência de acidentes.” (SIDIEMG..., 2005c) De qualquer forma, independente das intenções, a segurança do trabalhador deve, sim, ocupar espaço de destaque nas reuniões de empresários e políticos. O trabalhador só tem a ganhar com essa ‘conscientização’. Mas, certamente, em casos de acidentes, o prejuízo maior não é dos empresários.

3.4.3 Quando vai pelos ares o barril de pólvora

Antes de entramos nos dados específicos da pirotecnia, abro um parêntese para o fato que a subnotificação dos acidentes é um dado preocupante a nível internacional, assim como a questão do índice de acidentes no trabalho ficar reservado ao silêncio pela mídia. Um “silêncio” (LLORY, 1999) e uma “invisibilidade” (MENDES, 2002) estratégica que menospreza um informe publicado pelo Ministério da Previdência Social, o qual apresenta o anuário estatístico de acidentes do trabalho de 2004 no Brasil. Esse denuncia que, no ano referido, ocorreram e foram notificados 489.524 acidentes de trabalho no território brasileiro e que foram registrados 2.801 óbitos. Agravando a situação, dentre outros autores, Machado e Gomes (1994) assinalam que a questão da subnotificação dos acidentes do trabalho possui uma representatividade considerável também no Brasil.

No caso da pirotecnia não é diferente, os números ligados a acidentes que não levaram a óbitos é insignificante, bem como os números de trabalhadores com as chamadas doenças do trabalho. No decorrer da pesquisa, pude perceber que os registros de acidentes em situações clandestinas muitas vezes não estão presentes.

O relato da auditora fiscal da DRT de Minas Gerais esclarece sobre a dificuldade quando questiona sobre os pequenos acidentes: “Eles falam: Ah, doutora, aqui não tem pequenos acidentes não, porque, quando explode, morre”. (Entrevista, auditora fiscal DRT - MG out. 2006)

Seguem informações através de gráficos que foram cedidas pela DRT de Minas Gerais

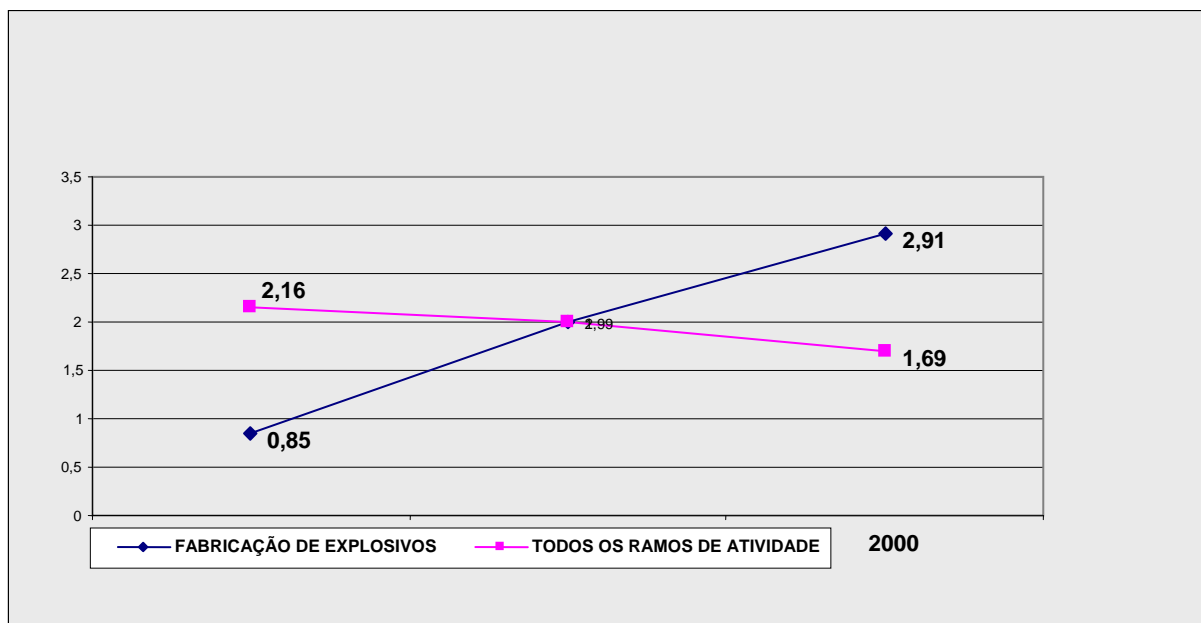


GRÁFICO 2: INCIDÊNCIA DE ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS EM COMPARAÇÃO À INCIDÊNCIA EM TODOS OS RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL, INSS, 1998 A 2000.

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

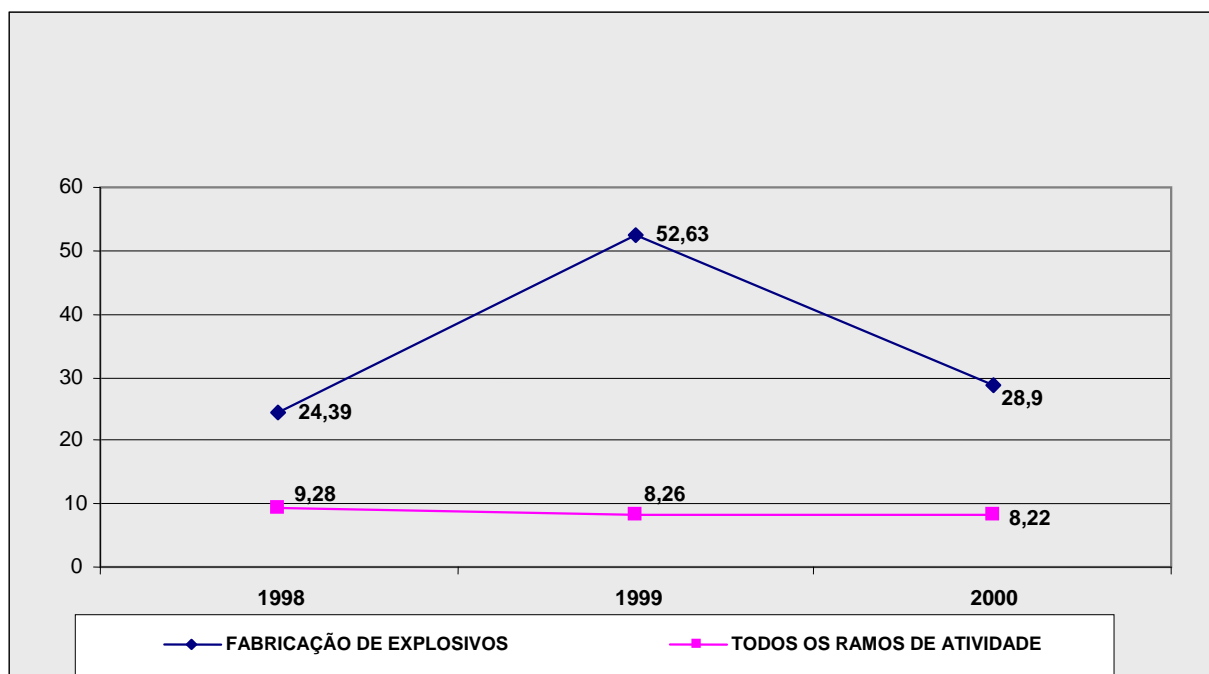


GRÁFICO 3: MORTALIDADE POR ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS EM COMPARAÇÃO À MORTALIDADE POR ACIDENTES EM TODOS OS RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL, 1988 A 2000 – INSS

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

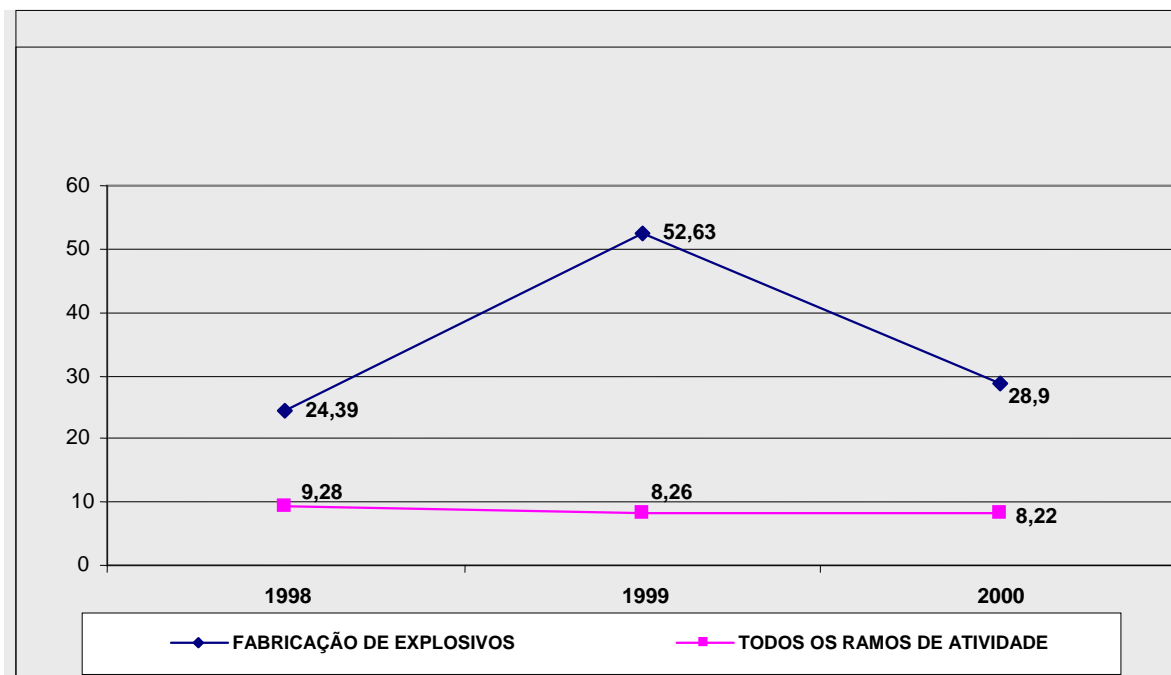


GRÁFICO 4: LETALIDADE DOS ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS EM COMPARAÇÃO À LETALIDADE DOS ACIDENTES EM TODOS OS RAMOS DE ATIVIDADE – BRASIL, 1998 A 2000 – INSS

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

Esses gráficos retratam o aumento considerável dos acidentes na fabricação dos artefatos pirotécnicos e mortes provocadas por esses acidentes em comparação com outros ramos de atividades no Brasil. Esse aumento se justifica pela introdução das novas matérias primas, produtos químicos que passaram a compor os fogos de artifícios.

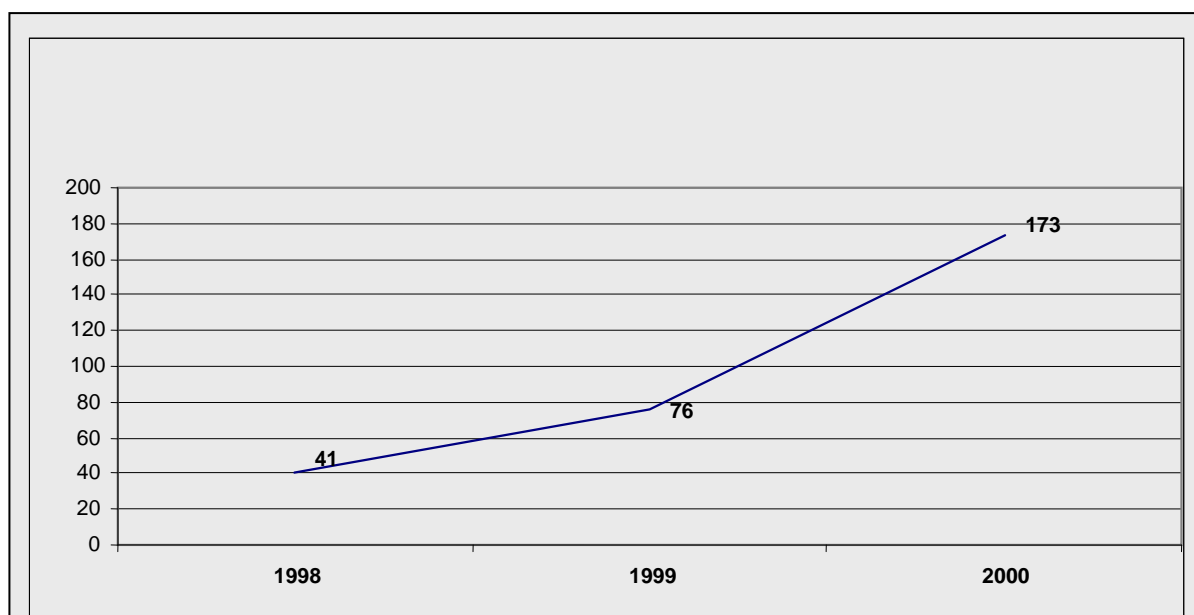


GRÁFICO 5: NÚMERO DE ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS BRASIL, 1998 A 2000 – INSS

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

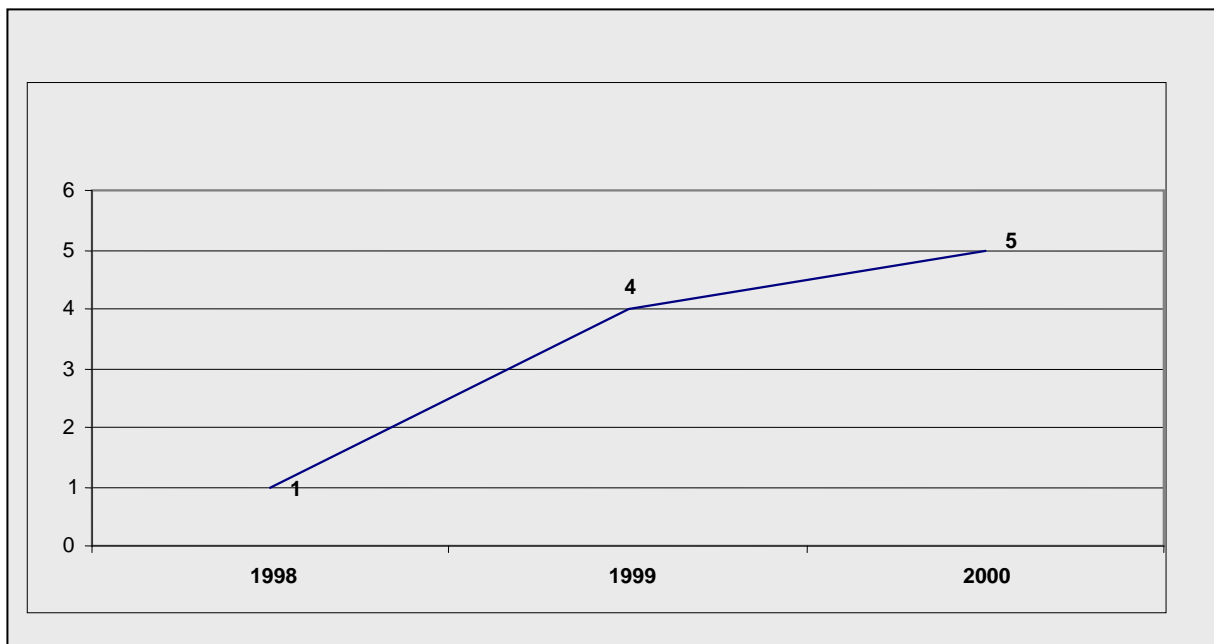


GRÁFICO 6: NÚMERO DE ÓBITOS POR ACIDENTES DO TRABALHO NA ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS BRASIL, 1998 A 2000 – INSS

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

Os dados apresentados pelo INSS revelam uma ascensão no número de acidentes e óbitos no ramo pirotécnico. Porém, esses números se desencontram com os dados levantados por outros órgãos públicos, o que é apresentado nos gráficos a seguir.

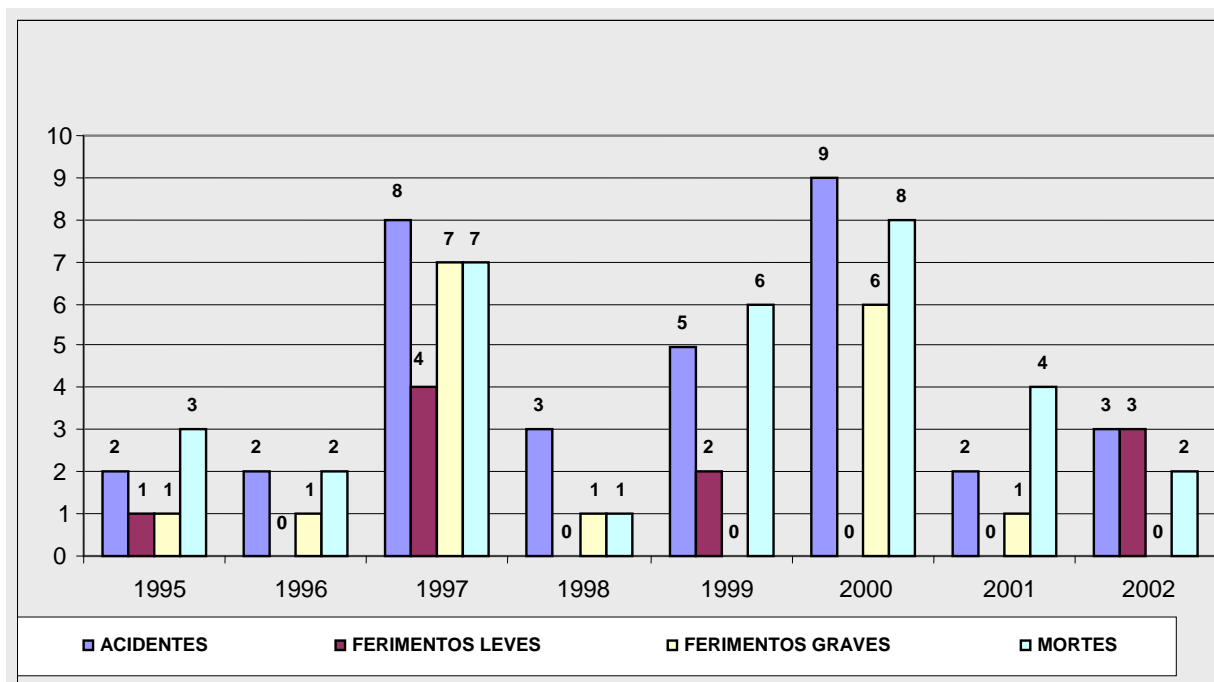


GRÁFICO 7: VÍTIMAS DE ACIDENTES COM EXPLOSÕES NA FABRICAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE – PMMG – 1995-2002

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

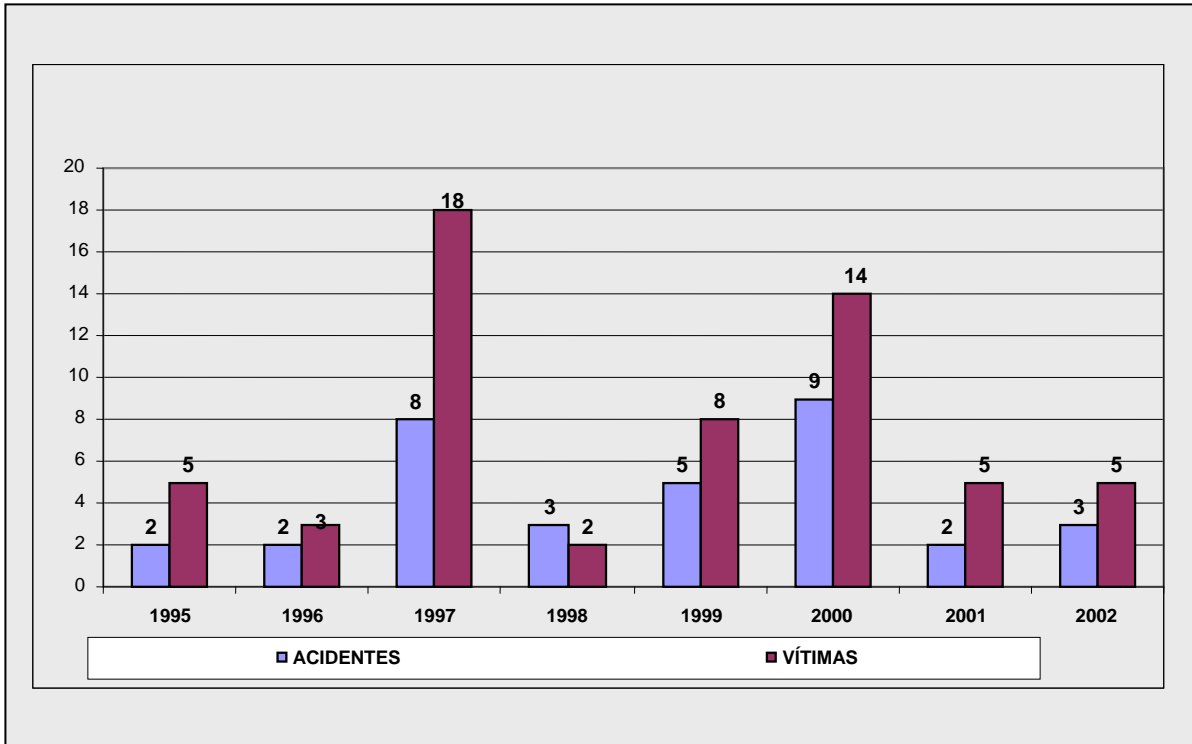


GRÁFICO 8: ACIDENTES COM EXPLOSÕES NA FÁBRICAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE – PMMG – 1995-2002

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

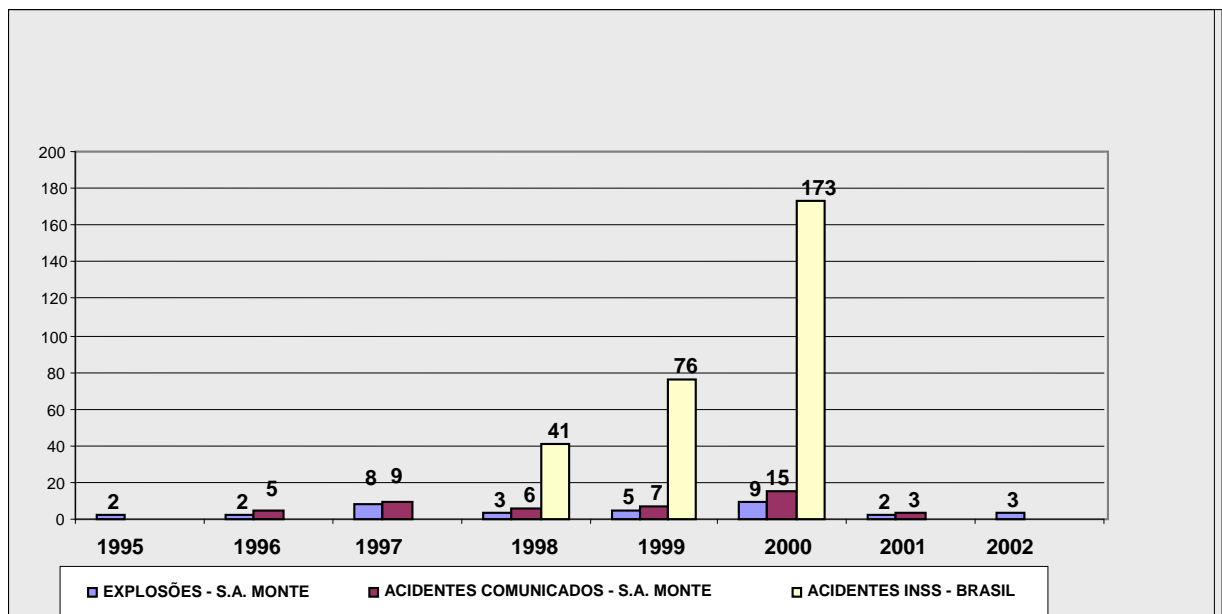


GRÁFICO 9: COMPARAÇÃO ENTRE DADOS EXISTENTES - NÚMERO DE ACIDENTES EM SANTO ANTÔNIO DO MONTE – 1995 A 2002

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

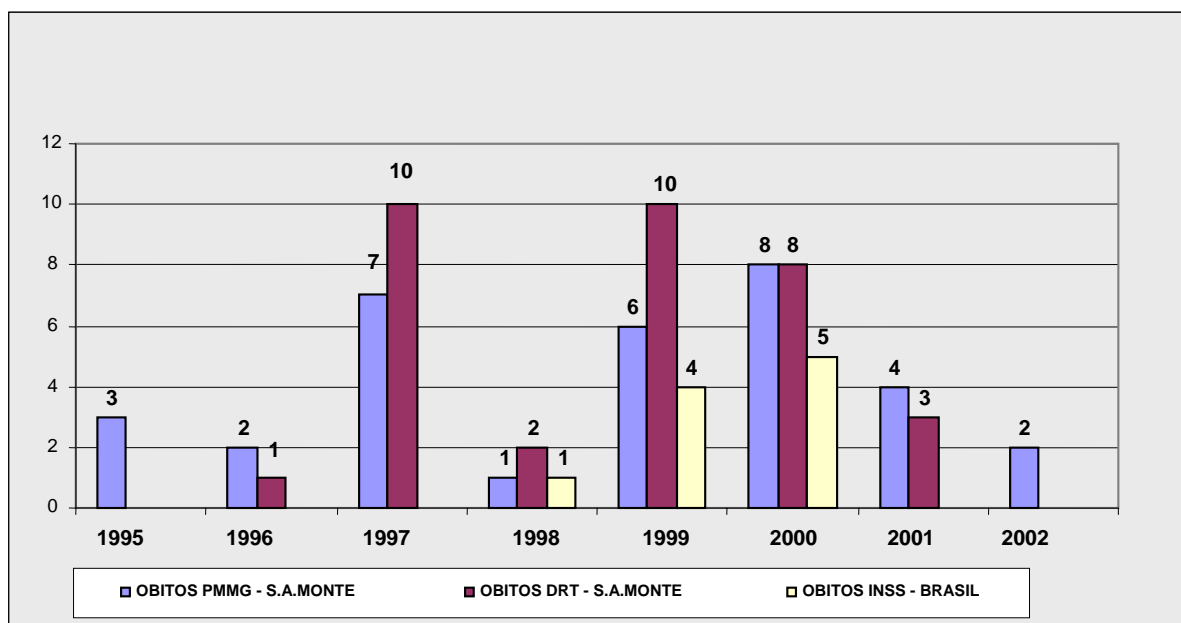


GRÁFICO 10: COMPARAÇÃO ENTRE OS DADOS EXISTENTES – NÚMERO DE ÓBITOS – PMMG-DTR-INSS – 1995-2002

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais

A análise dos gráficos acima revela as divergências em informações que são transmitidas aos órgãos públicos quanto aos acidentes no trabalho. Situação essa já apresentada e discutida por vários autores, entre eles Machado e Gomes (1994) que apontam essa subnotificação como uma limitação para o desenvolvimento de ações preventivas.

Essa desarmonia de informações destoa de forma mais acentuada com os dados cedidos pelo SINDIFOGOS, especialmente nos anos de 2001 e 2002.

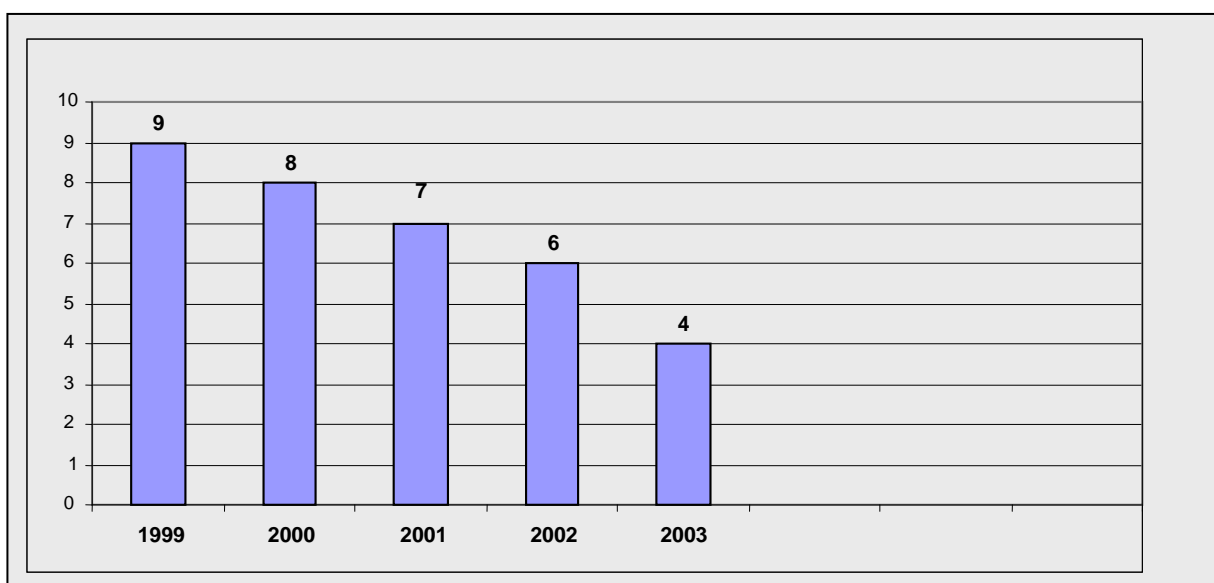


GRÁFICO 11: NÚMERO DE ÓBITOS EM ACIDENTES DO TRABALHO NA FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS NA REGIÃO SANTO ANTÔNIO DO MONTE – SINDIFOGOS – 1999 A 2002

Fonte: Sindicato dos trabalhadores das fábricas de fogos de artifícios

O último gráfico contém informações transmitidas pelo SINDIFOGOS através de relatório de ocorrências com trabalhadores em fábricas de fogos de artifícios, identificadas na base territorial do sindicato. Devido à ausência de dados previamente levantados pelo sindicato e DRT de Minas Gerais, não foi possível atualizar as informações.

Quando fazemos um retrocesso, percebemos que negligências muito sérias caminham lado a lado à produção dos fogos de artifícios. Os acidentes, na pirotecnia santantoniense, certamente, antecedem aos registros oficiais. Descrevi um acidente ocorrido em 1926, na tentativa de aproximá-lo à atual realidade pirotécnica. Abri um parêntese e coloquei a experiência vivida por um fabricante de fogos e morador da cidade, senhor João Thomaz da Silva, depoimento publicado no livro de Moraes (1997).

Graças a Deus e aos parentes lembro-me dos terríveis acontecimentos do dia 8 de setembro de 1926, quando estava trabalhando com foguetes. Lá pelas sete da noite estava a socar pólvora no pilão e pendurei a lamparina próxima ao local. A poeira da pólvora atingiu a chama da lamparina e rapidamente começou um incêndio. O fogo se alastrou por toda a sala e passou a outros compartimentos, queimando tudo. Eu todo queimado da cintura para cima ainda tive o tino de, num átimo de segundo, pegar as meninas que dormiam e jogá-las pela janela. Enquanto isso, tudo ao redor desmoronava. Paredes e teto vinham abaixo e as bombas explodiam. O fogo ardeu durante muito tempo e o estrondo das bombas e dinamites foi ouvido a mais de 14 quilômetros! A não ser eu, minha família nada sofreu. Por quase um ano tive entre a vida e a morte. [...] Estive tão mal que até o Padrinho Vigário foi chamado para dar a Extrema-Unção. Consegui me restabelecer e refazer minha casa. [...] Então, fui novamente experimentar trabalhar com fogos. [...] Dirigi essa fábrica de 1967 a 1972. (MORAES, 1997, v.3, p.769,).

História similar foi também vivida por outros personagens da pirotecnia na região, mas, infelizmente, nem sempre com o mesmo final. No ano de 2002, devido ao incêndio provocado por fabricação de fogos dentro do domicílio, duas senhoras faleceram, tendo a casa totalmente consumida pelas chamas.

Apesar dos novos investimentos na segurança do trabalhador, ainda é muito arriscado fabricar fogos. “Qualquer vacilo pode ser fatal, um trabalha vigiando o outro, o colega pode matar a gente a qualquer momento,”. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2005) Um simples atrito da pólvora com a superfície pode causar uma súbita explosão e, apesar da distância dos barracões, dependendo do material e sua quantidade, o fogo se espalha com rapidez e os estilhaços dos barracões voam em alta velocidade. Nesse momento, correr e gritar para que os outros corram e se salvem é o único recurso reconhecido pelos trabalhadores. Pode-se entender que não há proteção suficiente na pirotecnia de ontem e de hoje.

Os trabalhadores desabafam que decorrente do acidente na fabricação de fogos, que provocou o maior número de óbitos (13 mortes), ocorrido em dezembro de 1979, as famílias

ainda não foram indenizadas e o processo corre até os dias atuais. Os trabalhadores também relatam que muitos donos das referidas empresas, colocam-nas em nome de funcionários simples e de confiança fugindo, assim, de qualquer responsabilidade. (Diário de campo, 2005)

Esses são comentários de resoluções de acidentes com trabalhadores. Não se sabe, ao certo, a frequência desses acontecimentos, bem como de outros possíveis. O levantamento de dados que certifique essas queixas, na certa, constituiria uma outra pesquisa. Esses dados apresentam mais essa ameaça sentida pelo trabalhador pirotécnico.

Eu tenho duas irmãs que perderam os maridos em fábrica de foguete. [...] o meu marido perdeu um irmão e tem uma irmã que também perdeu o marido em explosão. [...] se não fosse a família ajudar, tinham morrido de fome. Tem uma das minhas irmãs que o marido dela morreu e ela não viu um centavo do seguro até hoje [...] tem uma que ficou com a menina de quinze dias, não ganhou nem um centavo, tá em demanda até hoje. [...] Essa minha irmã foi pra fábrica pra criar os filhos, agora os dois filhos dela trabalha no foguete. Ela morre de contrariedade, [...] fazer o que não tem outro jeito. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

Os comentários apontam para o lugar do trabalhador na pirotecnia santantoniense e o descaso também pela sua segurança e de sua família, pois a grande maioria dos trabalhadores pirotécnicos tem suas carteiras de trabalho assinadas com apenas um salário mínimo. Posteriormente, esse se torna o referencial para pagamento de pensão à família, em caso de óbito do trabalhador.

Em julho de 2005, fui ao Fórum da cidade de Santo Antônio do Monte com o intuito de colher informações oficiais sobre os processos relacionados aos acidentes de trabalho na área da pirotecnia. Não houve sucesso, pois esse órgão, considerando-se incompetente para julgar esses casos, repassou-os à Regional do Ministério do Trabalho, localizada em Bom Despacho, que, por sua vez, considerou-se também incompetente para o julgamento, ficando os processos paralisados até a decisão do Órgão Superior.

3.4.4 Silêncio, culpa e sofrimento - o preço do acidente entalhado no corpo

A dificuldade dos trabalhadores em falar sobre acidente de trabalho na pirotecnia e a qualquer aspecto a ele relacionado, especialmente sobre o que os provocou é um dado a se considerar. Quando atuava como psicóloga em uma empresa pirotécnica, durante reuniões junto aos trabalhadores de setores de maior periculosidade, provocava o assunto, e, somente com muita insistência e com a clareza do objetivo de buscar conhecer os riscos inerentes ao

trabalho e os que poderiam ser evitados e assim trabalhar para que as informações circulassem no sentido de promover maior segurança, é que, muitas vezes, em um tom quase inaudível, os trabalhadores sussurravam as descrições de uma série de riscos que percebiam e acrescentavam os procedimentos cabíveis para prevenir acidentes.

De forma contraditória, após a ocorrência de acidentes, também na pirotecnia a culpa destes não deixava de recair sobre o trabalhador que, segundo acusações, havia infringido as regras de segurança. Mas desconheço um estudo aprofundado que invista em ouvir, analisar e mesmo investigar além das causas aparentes desses acidentes. Na verdade, o trabalhador revelou, por muitas vezes, ser conhecedor dos cuidados práticos para sua segurança na pirotecnia, o que torna questionáveis as acusações a eles direcionadas, especialmente quando acredito ser ele o maior interessado em voltar vivo e com saúde para casa. Isso me faz acreditar que uma pesquisa aprofundada, que considere o contexto das relações nessa área, terá dados importantes a serem revelados para a compreensão dos acidentes e contribuição para sua prevenção no cotidiano dos trabalhadores pirotécnicos. O relato sobre como foi efetuada a análise de um acidente na pirotecnia nos possibilita compreender suas limitações:

Normalmente a gente consegue localizar (a causa do acidente), nós de dentro da fábrica. Agora a fiscalização, não. A gente não pode falar as verdades todas. No dia do acidente eu menti [...] a conclusão que eles tiraram é acima do que a gente fala [...] Eles não procuram conversar com os outros funcionários de outros setores, pra ver se realmente a gente tava mentindo. Eles só vão nas pessoas chave e procura o rapaz que trabalhava no barracão, mas esse último, não tava falando coisa com coisa, ficou transtornado. (Entrevista, trabalhador julho, de 2005)

Alguns depoimentos e análise de trabalhadores sobre acidentes ocorridos enunciam:

O Fábio foi fumar, não sabia, naquela época não tinha segurança, jogou guima de cigarro dentro da privada e a privada arrebentou com ele. (O marido que estava próximo no momento da entrevista acrescentou): era gente que pegava tarefa e não dava conta e descarregava pólvora dentro da privada. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

Quando questioneei sobre as causas de acidentes: é exagero de material no barracão, é matéria prima ruim que eles compram e a pessoa num dá conta de fazer a tarefa com segurança. É falta de saber. Na fábrica que eu trabalho a moça que morreu lá, nunca tinha trabalhado em fábrica de foguete. Eles colocaram ela lá, dentro da estufa cheia de tablete. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

A gente trabalha com muito medo, tenta ter cuidado mas às vezes eles colocam muitas pessoas que nunca tinham trabalhado com isso na vida, aí a gente tem que ter cuidado pra gente e ficar de olho neles, eles não têm noção do perigo [...] (Entrevista, trabalhadora, jul. 2005)

A causa daquele acidente ficou sendo por atrito (provocado por trabalhador), mas ninguém falou que tinha doze pessoas ao invés de quatro, que tiraram pessoas de outros setores, que não sabiam nada daquilo, por causa que a carga tinha que sair

com urgência. Tinha muita pressão pra carga sair rápido. Eles mesmos sem saber do próprio risco quiseram agradar o patrão, fazer tudo igual eles queriam e aí esqueceram deles mesmos, que eram eles que estavam lá dentro. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

O último acidente que eu presenciei [...] é o que leva a correria. A quantidade de material que é estipulada não é respeitada, [...] a gente tava trabalhando com produto que não podia usar clorato [...] (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

Os próprios funcionários não aceitam muito as regras, o pessoal mais novo até entende esse lado, mas o mais antigo não respeita. (Entrevista, encarregado, jul. 2005)

[...] Era dezessete mulheres dentro do barracão de arrematação, [...] era safra. Era oito horas, esses acidentes assim acontecem de manhã. É muito difícil acontecer à tarde. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

Questiono se tem conhecimento sobre as normas de segurança. Eu já ouvi falar, assim por alto o povo comentando. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

Tais depoimentos apontam para relações de autoritarismo nas empresas pirotécnicas. Acenam para o descrédito do parecer do trabalhador diante das análises dos peritos de segurança e, acima de tudo, enfatizam as atitudes da gerência como importante ponto a ser considerado nas análises dos acidentes. Entre outras pistas que nos fornecem esses relatos, para a compreensão do fenômeno, percebe-se o direcionamento da culpa pelos acidentes pirotécnicos aos trabalhadores. Meu esforço, nesse momento, é de aproximar a prática da pirotecnia em relação aos acidentes, à teoria que se empenha em apreender os acidentes de trabalho. Recorro especialmente a Dwyer e Llory para sustentação de algumas reflexões.

Segundo Dwyer, “*os acidentes não são produzidos nem por ‘atos falhos’ nem por ‘condições inseguras’, mas por relações sociais do trabalho.*” (DWYER, 1994, p. 17) Relação social do trabalho é entendida como a maneira pela qual o trabalhador gerencia sua relação com o seu trabalho. Apesar dos avanços na área, o autor nos aponta que, no último terço do século XX, foram encontradas práticas fundamentadas na visão dos acidentes do trabalho praticadas no século XIX, juntamente com práticas emergentes que sinalizam para uma visão mais social do fenômeno, evidenciando a distância existente entre os avanços acadêmicos e os exercícios cotidianos. A prática encontrada na pirotecnia sugere uma visão pouco atualizada e carente de olhares sobre as relações no ambiente de trabalho.

Partindo da visão sociológica, Dwyer (1989, 1994), ancorado em uma reflexão teórica de conceituar e de categorizar as relações sociais que produzem os acidentes, também busca alargar os caminhos para a compreensão do objeto em estudo e, conseqüentemente, incitar a novas técnicas de prevenção dos acidentes. O autor aborda a compreensão das relações do trabalho dentro de níveis, sendo que em cada nível existe uma produção de acidente de forma

específica de acordo com o gerenciamento que existe. Portanto, qualquer mudança na gerência reflete na produção dos acidentes.

Por segurança já aconteceu de parar os outros barracões, em dias de chuva com relâmpagos muito fortes. As outras fábricas ao lado apitam pra parar e ir pra portaria. Mas lá não, eles falam: se ocois parar é por conta doceis, ceis não vão ganhar nada. (Entrevista, trabalhadora, jul. 2005)

Elisângela, porque que sempre quando acontece acidente, o erro é de quem morreu, nunca do patrão? Se a gente olhar tem erro do patrão sim. Sabe por quê? [...] a gente trabalha de sete às quatro que é pra tarefa que a gente faz todo dia, a gente não folga não. Quando chega o mês de outubro, que a gente já começa a vender pro fim de ano, eles falam assim: 'vai ter cerão hoje'. E o serão deles é de quatro às sete da noite. Eles nem perguntam se ocê pode ficar. [...] talvez a gente tá quebrada [...] se ocê falar que não vai fazer, [...] o encarregado fala: 'se ocê não vai fazer serão, quando tiver mandando embora vou ter que te mandar, se ocê não faz serão não tem condições.' (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006)

O nível de rendimento caracteriza-se pela produção de acidente por meio de “*incentivo financeiros, excesso de carga horária, e incapacidade de trabalhadores mal nutridos de executar tarefas com segurança.*” (Dwyer, 1994, p.17) Assim, as pessoas são orientadas a trabalhar mais para ganhar tais incentivos, conseqüentemente, assumem mais riscos e aumentam também a produção de acidentes, o que também ocorre em relação às horas extras, em que o trabalhador trabalha além de suas capacidades físicas, no caso, para garantir o emprego.

Segundo o autor, dentro do nível de comando, a desintegração do grupo de trabalho e o autoritarismo são relações sociais importantes a serem analisados para a compreensão dos acidentes. Portanto, a integração do grupo, sua coordenação e a comunicação de qualidade entre seus membros são fatores imprescindíveis para a promoção da segurança dos trabalhadores. (Dwyer, 1994)

Assim, uma liderança calcada no autoritarismo, prioriza a execução das tarefas indiferente do julgamento dos trabalhadores quanto ao perigo que elas possam representar. Em função do medo de punição, esses sujeitos são levados a executar as tarefas que julgam perigosas. Nessas circunstâncias, Dwyer (1994) aponta que um forte movimento sindical é um importante aliado contra a gerência alicerçada no autoritarismo.

Quando aconteceu acidente na xxx, tinha era colação de roda, setecentas e cinqüenta rodas no barracão. Eles vão colando e amontoando, e as de baixo grudou, ai ele pegou o tênis e bateu, na hora que ele bateu acabou [...] Ele tava com setecentas e cinqüenta rodas, então era uns trezentos quilos de pólvora. Lá realmente o erro foi esse. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

A compreensão mais ampla do contexto pirotécnico permite que aponte para o fato que anterior ao erro da quantidade de pólvora e a atitude do trabalhador de provocar o atrito, existe todo um pano de fundo de pressão para que a produção seja acelerada, assim como uma inexistência de treinamentos qualificados para que o trabalhador desempenhe suas funções com segurança.

A falta de qualificação dos trabalhadores, para efetuarem tarefas de risco e a desorganização na gerência das relações sociais, representam fatores de suma importância para a produção de acidente nos países industrializados. Nesses países, predomina a divisão do trabalho como forma de controle sobre o mesmo. Essas características estão ligadas ao nível de organização, descrito por Dwyer (1994).

Assim, o autor levanta a hipótese quanto ao perfil das relações sociais ser diferente em primeiro e segundo mundos, conseqüentemente, também, a produção de acidentes.

*Quando o salário for suficiente para um sustento adequado, os trabalhadores vão ficar menos sujeitos ao **trabalho extra**. Onde os sindicatos forem fortes o suficiente para exigir segurança no trabalho, a relação do **autoritarismo** produzirá menos acidente. E onde o empresário relacionar a prevenção dos acidentes à produtividade da empresa, pode se esperar menos **desorganização** e menos **falta de qualificação**. (DWYER, 1994; p. 19, grifos do autor)*

As afirmativas de Dwyer (1994) nos permitem avançar para a compreensão do fenômeno em estudo, além de mostrar um caminho possível para a prevenção dos acidentes. Porém, esse caminho, muitas vezes, aponta para o lado contrário do percurso percorrido pela pirotecnia mineira.

É interessante como a questão das causas dos acidentes na pirotecnia apresenta-nos uma controvérsia no que diz respeito à relação dos peritos da segurança, engenheiros químicos e demais engenheiros responsáveis pelo setor. Esses foram contratados, seguindo as novas regras impostas. Anterior às mesmas, esses profissionais apenas assinavam pelas empresas, mas sem nenhum investimento profissional real. Como esses profissionais começavam o exercício sem nenhuma fundamentação específica sobre a pirotecnia, buscavam nos encarregados o suporte maior. (Diário de campo, 2003)

Os engenheiros de segurança, nenhum deles sabe nada (relacionado à prática na pirotecnia), só mexem com papel, [...] O engenheiro químico que no meu entender tem obrigação de experimentar o material, ver, testar. Isso não acontece, eles só mexe com papéis e pronto. Confiam mais é na experiência da gente mesmo. Muitos deles falam pra gente: ocêis sabe o que ocêis tão fazendo. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005).

Porém, quando acontece um acidente, a confiança no conhecimento do trabalhador perde o sentido, como foi apontado no primeiro capítulo sobre o acidente que ocorreu na galga, com a produção de pólvora preta em que o engenheiro de segurança desconsiderou o parecer do trabalhador do setor.

O relato da auditora fiscal da DRT de Minas Gerais esclarece:

[...] a pressão da produção é muito forte, o ritmo do trabalho deles é violento, mesmo quando eles estão trabalhando com explosivo, para cumprirem a produção, a tarefa. Eles têm que trabalhar com velocidade. Existe uma exigência que eles têm que assinar, que eles vão ficar o tempo todo atentos, que eles vão trabalhar com cuidado. O que é uma situação impossível. É contraditório [...] ao mesmo tempo tem uma violenta cobrança por produção [...] Quando tem algum acidente eles falam: “Você não cumprir a regra básica que é de prestar atenção, trabalhar sem afobamento”. A contradição gera um conflito muito grande, uma angústia muito grande. (Entrevista, Auditora Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais, out.2006).

Llory (1999) desenvolve uma reflexão quanto aos chamados “paradigmas dominantes da segurança”. O “erro humano” é considerado, na prática das análises dos acidentes, o maior vilão na produção dos mesmos especificamente o erro do trabalhador de chão de fábrica, desconsiderando que o mesmo reproduz os defeitos de todo um trabalho anterior desde a concepção, aplicação, manutenção e demais decisões que foram tomadas para que o trabalho acontecesse de tal forma. Assim, o operário é silenciado, cabendo aos especialistas falar sobre a causa dos acidentes. Com uma visão tecnicista, esses profissionais atribuem ao operário a causa do acidente, reproduzindo um círculo vicioso que não permite avançar para além do “fator humano” como causa do desastre, fato que marca a reflexão sobre o preço do silêncio na segurança do trabalho. Llory propõe a inversão dessa perspectiva, em que o fator humano não mais deve ser considerado de forma negativa, mas como um fator importante a ser ouvido para a compreensão do acidente e sua prevenção.

Dwyer (2004) também aborda o assunto e sugere que a exclusão do parecer do trabalhador para a compreensão dos acidentes parece ser “irracional” dentro dos pontos de vista econômico e social, isso por desconsiderar o julgamento de quem convive continuamente com o perigo e o identifica, o que reduz a capacidade dos gerentes em conhecer e melhor refletir e atuar na segurança do trabalho. Essa postura reflete uma limitação e favorece a existência dos riscos e, assim, a produção de acidentes. Porém do ponto de vista político, essa exclusão parece apresentar uma racionalidade para o autor, “[...] ela permite os profissionais a manter seu poder, isto porque reconhecer o valor dos conhecimentos e percepções ‘do outro’

significa reconhecer as limitações de seus próprios conhecimentos e percepções.” (DWYER, [200-], p. 20)

Assim os autores nos abrem o caminho para uma reflexão sobre a segurança do trabalho na pirotecnia de Santo Antônio do Monte e, mais uma vez, encontro uma possibilidade de averiguar as controvérsias entre as conclusões acadêmicas e efetivas ações na área da segurança do trabalho.

3.4.5 O acidente no olhar do pirotécnico

Após uma compreensão do contexto onde estão inseridos os trabalhadores pirotécnicos, torna-se imperativa a aproximação da vivência dos acidentes no ramo.

Uma entrevista ao trabalhador experiente permite-me essa proximidade, em especial dos sentimentos aflorados. Quando insisti que falasse sobre os acidentes nas fábricas de fogos que vivenciou, murmurou como se fosse proibido se falar de tal assunto. A voz baixa e engasgada, o olhar para baixo, o corpo encolhido, tudo falava de sofrimento, uma dor que se torna visível, palpável, que evidencia a impossibilidade da neutralidade do pesquisador.

Eu já ajudei em outras fábricas quando explodiu, [...] lá tava muito triste, era tudo cinza, não tinha nada inteiro. A gente achava pedacinhos de corpos das pessoas, pedacinhos pequenos mesmo, assim de uns dez centímetros. Aí a gente enterrava lá mesmo, num tinha jeito de juntar aquela “miussaia” toda. Levou foi caixão vazio pras casas das pessoas. [...] Lá arrebentou a cartonagem, atingiu até o escritório, a fábrica inteira. Lá onde trabalha o manipulador, ficou uma telha assim (dependurada, quase caindo). Ele tava manipulando um peso e ele ficou lá (o peso), se a telha cai [...] aí o estrago tinha sido muito maior. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

Assim, as marcas do trabalho na pirotecnia atravessam o corpo do trabalhador, o seu fazer e toda a constituição de seu eu. Os trabalhadores pirotécnicos têm registrado em seus corpos, em seu fazer, em seu ser, as marcas das vivências que a pirotecnia lhes imprimiu ao longo dos anos, de geração em geração, as marcas dos medos cotidianos, dos acidentes vividos e ouvidos.

Pensem esses trabalhadores em casos de acidentes, após as ‘explosões’. Como relatam, com o objetivo de limpar a empresa, saem em meio ao cerrado, recolhendo as partes dos corpos de seus colegas, despedaçados, colocando-os em sacos que são usados para coletar lixo. São partes que se misturam já não se sabe quem era quem. Na ausência de um volume

compatível ao peso dos corpos reais, são acrescentadas pedras nas urnas para camuflar a realidade e, assim, diminuir o sofrimento da família, justificam os trabalhadores. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

São esses trabalhadores que, no dia seguinte, retornam para seu local de trabalho, semelhante ao que ajudaram a limpar. A fala gaguejada e pausada do trabalhador nos aproxima de seu sofrimento:

Eu fui trabalhar no outro dia, trabalhava um pouco, saía pra fora do barracão, olhava assim longe e voltava. A gente tem de voltar, por gosto eu num voltava não. Ai trabalhava mais um pouco e saía de novo, até acabar o dia. [...] Eu fico pensando é em quem trabalha lá, que ajudou a enterrar os pedaços dos corpos pequeninos, deve olhar pro chão e lembrar [...] (Entrevista, trabalhador, jul.2005)

Outro relato nos permite uma visão próxima à vivência do trabalhador no momento das explosões. A extensão do relato se justifica pela riqueza de informações que traz:

Tava só eu lá embaixo, todo mundo tinha corrido. Aí, eu olhei pro lado da manipulação, vi quando o fogo me lambeu, na porta do barracão, porque o fogo vem de uma vez. Foi que eu corri, só que eu não corri muito tempo não. Quando eu olhei pra cima, eu tenho plena certeza, que eu vi, a bota que ele usava, caindo, ela em vinha caindo na minha direção, então eu assustei, demais, parece que além da bota, parece que tinha um pedaço da perna dele. Aí eu assustei, eu só sei que eu desmaiei, e não vi mais nada. Quando eu acordei, eles já tavam chegando comigo na portaria. Porque tinha muita gente pra me acudir né. [...] foi uma coisa tão rápida que eles ouviram o barulho, eu não ouvi, eu só senti, o chão tremendo [...] Quando eu cheguei na porta, a fumaça eu vi. Porque a fumaça ela vai de cambalhota, vai virando cambalhota, e eu vi aquela fumaceira, e o fogo veio muito rápido. É tipo um fogo de gás, eu cheguei na porta e fez shup [...] e eu vi aquele clarão do fogo, e foi na hora que eu corri. Mas aí nestas altura já não tinha ninguém não, tava todo mundo longe.[...]Aí deu aquele tumulto, todo mundo chorando, todo mundo gritando, todo mundo querendo saber quem morreu, quem tava no barracão. Ninguém comentou nada. [...] Os patrões, é o seguinte, eles não conta quem morreu, eles falam que não aconteceu nada, na hora. Mas só que lá, na época trabalhava cinqüenta e tantas pessoas, todo mundo subia, só faltou o Saulo e o Roberto, porque o Saulo trabalhava num serviço que dependia do Roberto. É porque, o Roberto na época tinha que ir no barracão do outro para buscar o material, [...]. Aí no dia lá, na hora o Roberto, tava, mas só que ele mesmo contou, questão de trinta segundos, ele pegou o material e desceu, quando ele ouviu o barulho, o barracão já tinha subido. Ele não morreu junto, porque Deus pôs a mão na hora.

Aí virou aquele tumulto... [...] Eles queriam me levar para o hospital, que eu tava muito nervosa, tremendo demais, eu não queria ir, porque eu queria saber quem tinha morrido. Aí, eu esperei para alguém me contar. Ninguém me contou, quando eu olhei para baixo, vi o Roberto [...] aí eu vi ele subindo, tudo rasgado, a roupa toda rasgada, que quando a pessoa, acontece um acidente, mesmo que atinge de longe eu não sei o que acontece, rasga a roupa [...].Sabe, a pessoa fica pelada, aí o Roberto vinha com a calça toda rasgada, só de cueca. [...] aí eu gritei: O Roberto não foi não, porque o Roberto vem ali. Aí eu desci correndo pra ajudar ele subir, aí, foi nessa hora que ele em vinha gritando: O Saulo chegou aí ? O Saulo já chegou aí? Aí, que eu vi que o Saulo tinha morrido. [...] eles demoraram uns oito dias, a achar a cabeça dele [...] só depois que a gente voltou a trabalhar. Houve, eu mesma não vi não, mas quem tinha que passar perto do lugar do acidente, pra passar pro

setor dele, encontrava às vezes, pedaço de pele, cabelo..., pedaço de osso, chegaram a encontrar osso de costela agarrado assim nas árvores, por causa que sabe [...] (Faltaram palavras) [...] Na outra fábrica foi diferente, lá tinha mais de trezentas funcionárias, todo mundo correndo na mesma direção, [...] aí uma mulher caiu, o pessoal atropelou ela no meio do caminho. Lá [...] foi pior, eles não contaram quem tinha sido. Eles só falaram que não tinha sido ninguém. [...] aí nós pensamos que pudesse ser o manipulador, o João. O João nunca que chegava. Quando eu olhei pra cima o João em vinha, ele é uma pessoa muito popular. Aí juntou aquele tantão de gente nele, pulando de alegria de ver ele vivo. [...] Trouxe todo mundo embora, ninguém sabia quem era [...] todo mundo tava inocente. Mas eu e um monte de gente foi para a porta do hospital pra saber. (Entrevista, trabalhadora, julho 2006)

A busca da compreensão do silêncio que circula sobre a morte dos trabalhadores, no momento do acidente, direcionou-me a buscar informações junto a encarregados de produção e, em conversas informais, os mesmos contam que, realmente, essa é uma prática na região, o que se justifica pelo fato de que nas fábricas todos se conhecem, têm amizade ou são parentes. Se ficarem sabendo, todos juntos na fábrica, dá muita confusão. “*Tem gente que desmaia, é muita choradeira, descontrola tudo*”. (Diário de campo, agosto 2006)

Essa atitude de silenciar diante da morte nos acidentes, provavelmente, contribua com a expectativa de resguardar a administração do constrangimento de se deparar com a dor maior de seus funcionários. A dor da perda.

Nem todos os acidentes na pirotecnia terminam em óbitos. Não é incomum depararmos com indivíduos pirotécnicos com marcas no corpo decorrentes de um acidente de trabalho; a perda de membros, principalmente de dedos, já aconteceu com certa frequência. Estudos sobre os acidentados revelam como as pessoas portadoras de deficiência física, frequentemente; vivenciam sua desvalorização diante do olhar do outro e/ou dele próprio. O fato de ser um acidentado mutilado causa um duplo preconceito, gera reações de repugnância, rejeição e afastamento, quando exposta ao público. (MATSUO, 1998)

As marcas do acidente revelam sua história junto à produção dos fogos e delata um “descuido” diante desse fazer, fato que não passa despercebido pelos colegas de trabalho. Os relatos dos trabalhadores pirotécnicos explicitam como existe, por parte deles próprios, um sentimento de ameaça de se trabalhar no mesmo setor, junto a pessoas que sobreviveram a um acidente. Possivelmente, embasados em suas desconfianças e acusações por parte dos peritos, acreditam que esse trabalhador seja o causador de tal acidente e possíveis mortes. Mobilizados por esse sentimento, pedem aos encarregados que o tirem do setor, onde houve o acidente. Assim, esse trabalhador é impedido de executar a função que outrora desempenhara e colocado sobre o julgamento de seus colegas de trabalho. (Entrevista, encarregado de produção, julho 2005)

Muito se fala do preço pago, com os acidentes, pelas instituições:

No Brasil um levantamento realizado pela Confederação das Indústrias (CNI), em 1997, estima em R\$ 5,8 bilhões o total de seguros para indenização de acidentes e doenças ocupacionais. Desse montante a previdência aloca R\$ 1,45 bilhões através do Seguro de Acidente do Trabalho, com o setor privado desembolsando, ainda outros, R\$ 4,35 bilhões. Tomando como base um PIB estimativo na faixa de R\$ 800 bilhões, pode-se arriscar que 0,72% desse produto interno sejam destinados a cobrir os prejuízos humanos e materiais decorrentes da falta de medidas de prevenção no trabalho. Pela estimativa da Organização Internacional do Trabalho, no entanto, o Brasil teria um custo equivalente a R\$ 32 bilhões. (CONTA... julho 1999, p.26)

Como sugere o artigo acima citado, a verdadeira conta que o Brasil paga pelas incoerências no ambiente de trabalho provavelmente esteja entre essas estimativas.

Matsuo (1998) aponta para a atenção dispensada aos aspectos financeiros da Previdência Social e das seguradoras, que corresponde a uma parcela significativa dos interesses que circulam quanto à reabilitação do trabalhador acidentado. Por outro lado, o preço que o trabalhador e seus familiares pagam pelos problemas no ambiente de trabalho carece de preocupações. Os fatores psicossociais relacionados ao trabalhador acidentado não têm despertado muita atenção, permanecendo, em grande parte, no desconhecimento.

No ramo da pirotecnia não é diferente. O silêncio e a invisibilidade também marcam presença. *“Naquele acidente que matou quatro pessoas, [...] uma arrematadeira era mãe solteira, era seis crianças, inclusive na época, ela deixou uma de seis meses.”* (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006) Essa observação foi feita por uma arrematadeira de fogos que também é mãe solteira. A mesma fala de seu medo de não ter como criar seus filhos, de não voltar para casa. *“Por que eles (os filhos) não têm mais ninguém, só eu.”* (Entrevista, trabalhadora, jul. 2006) É comum nos relatos de trabalhadores, quando falam dos acidentes, enfatizarem o estado que ficara o setor semelhante ao seu, ou algo que o aproxime das vítimas, assim revelando um sofrimento ao se identificar como possível vítima e visualizar também sua família na situação de desastre.

Um parente de uma vítima de acidente declara, na ocasião do mesmo, ao Jornal Estado de Minas: *“Essa cidade é macumunada com a máfia de fogueteiros que manda aqui há muitos anos. Em 1979, perdi uma prima, agora morreu o marido da minha irmã, que deixou duas filhas, de treze e nove anos.”* (SELEME, 2002).

3.4.6 Convivendo com o perigo

Atrelado à fatalidade dos acidentes, existe a rotina do trabalhador pirotécnico, cujo medo começa ao sair de casa para o serviço. Sentir medo de não voltar, e ao se despedir dos filhos, pensar na possibilidade de não mais os ver, faz parte da rotina desses trabalhadores. Essa exacerbada insegurança quanto à sua condição no trabalho, engendra angústia e ansiedade. A narrativa de um trabalhador pirotécnico nos aproxima dessa realidade:

No dia - a – dia, trabalhar com risco é trabalhar no suspense. Por mais cuidado que a gente tenha uma hora a gente pode ter uma falha, uma falha humana. Todo cuidado é pouco. [...] Eu sou uma pessoa que vou pouco à Igreja, mas eu sempre rezo, quando saio de casa [...] lá mesmo, tem vez que eu to trabalhando e rezando [...] O mais difícil é que a gente sai de manhã cedo de casa e pressente que vai acontecer alguma coisa com a gente lá. [...] A gente fica tenso, mexendo com foguete o dia inteiro. Eu não conto pra ninguém, mais eu vou olhando o caminho, quando eu saio de casa, e eu nem sei se vou fazer esse caminho de novo. Todo dia eu penso, [...] lá sentado no ponto do ônibus, eu penso todo dia, todo dia [...] Esse serviço é cruel de mais. (Entrevista, trabalhador, jul. 2005)

Em contrapartida, o trabalhador do ramo da pirotecnia se depara em seu dia-a-dia com humilhações, descasos com a sua segurança, com as suas vidas. Por muitas vezes são coagidos a agir de forma contrária à própria preservação, como tenho percebido no decorrer da pesquisa. O trabalhador pirotécnico, que busca por melhores condições de trabalho, muitas vezes, corre o risco de ser considerado ‘encrenqueiro’, ‘criador de caso’, ficando marcado no ramo da pirotecnia, devido à facilidade com que circulam as informações entre as empresas, ou, em situação mais extrema, chega a ser demitido, como relata um encarregado, expressando sua indignação: “[...] o manipulador foi reclamar porque tava lá trabalhando e a vaca entrou pra beber água dentro do barracão, e aí, o patrão mandou ele embora. Eu fiquei com dó. Vê se pode, uma vaca dentro da manipulação?” (Entrevista, jul. 2005) .

A realidade da segurança dentro das fábricas de fogos, muitas vezes, está distante das normas estipuladas pelos Ministérios do Exército e do Trabalho. Questionar ou reivindicar junto ao sindicato qualquer direito, custa ao trabalhador o peso de “ficar marcado” na cidade. O presidente do sindicato fala de seu sofrimento de sentir-se sozinho na defesa do trabalhador:

[...] Quando o sindicato foi fazer a denúncia de que não havia segurança para os trabalhadores das fábricas de foguete, os donos das fábricas mandaram os trabalhadores fazer um abaixo assinado dizendo que havia segurança sim. O sindicato fica amarrado, não há como provar nada. As pessoas aqui só têm medo, elas precisam trabalhar e aqui só tem fabrica de foguete. (Presidente do Sindicato dos trabalhadores das Fábricas de Fogos de Artíficios, jul. 2004)

Verifiquei com esses exemplos, e poderia acrescentar muitos outros, como as relações dentro da pirotecnia, nos remete às semelhanças que esta traz com a instituição total de Goffman (1974). Os sistemas de punição e privilégios normatizam as condutas dos trabalhadores e, de forma coerciva, aponta a direção que devem caminhar, o que devem querer e apoiar. As normas implícitas nas posturas dos empresários são claras: caso algum funcionário caminhe em sentido contrário, sua exclusão torna-se regra. Para garantir seu trabalho, seja de fato um trabalhador obediente às normas da instituição, especialmente o que não se escreve não se fala diretamente, mas que todos sabem. Portanto a mensagem mais direta seria: sejam dóceis e obedientes.

3.4.7 O lugar do trabalhador pirotécnico

Ao tratar da Economia Política Oculta, alienação, Marx, nos faz retratar as imagens que compõem o cenário santantoniense: *“O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. O trabalho produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador”* (MARX, 1932, p.152).

O relato de uma santantoniense que reside em outra cidade nos aproxima da realidade dos efeitos dos acidentes na fabricação dos fogos:

Quando houve um acidente na empresa de um conhecido, ele foi para minha casa em outra cidade, em estado de choque. Queimaram-se várias pessoas, das quais algumas foram em estado grave para Belo Horizonte. Eu estive no João XXIII para ver como eles estavam e presenciei a descida de um deles para o necrotério, a revolta da família, a indignação. O outro acidentado, eu o vi vivo, todo enrolado em faixas e gazes, todo depelado, imenso de tão inchado e ainda consciente. Quando eu lá estive, a enfermeira me disse que ele havia acabado de tomar banho e que havia dito que não houve culpados, que o patrão dele era muito bom e justo. Isso me causou várias horas de choro desesperado, tão terrível foi a cena. Ai veio dos amigos o apoio e a explicação de que o acidentado continuava consciente, mas que morreria em breve não por cozimento dos órgãos como se diz por aqui, mas por asfíxia, já que a pele é responsável pela respiração dos músculos e, na falta dela, a pessoa incha, retém os líquidos e as toxinas e morre, já que foi queimadura de quase 100% do corpo. [...] mas o mais terrível é que quando o corpo chegou ao IML¹⁰, aproximadamente oito horas após o óbito, estava muito mais inchado, com um odor muito forte e a carne se desprendia dos ossos. Por isso, foi necessário usar esquite com zinco e providenciar o enterro rapidamente.

¹⁰ IML - Instituto Médico Legal

Quão pouco valor tem a vida humana, para se acabar tão rápido e quão pouca resistência tem a carne! (Depoimento de uma santantoniense que mora em outra cidade, jul. 2004)

Pode-se questionar: o que mobiliza uma pessoa em meio a tanta dor, sofrimento e angústia a se lembrar de inocentar o patrão da tragédia que ocorrerá? Que espaço é esse ocupado pelo trabalhador pirotécnico?

Marx (1932) aborda o lugar do trabalhador nas relações sociais, realçando a exploração que se efetiva no cotidiano desses personagens. O lugar do trabalhador é delimitado pelos contornos da exploração; este torna-se uma mercadoria, “*a mais miserável mercadoria*”. (MARX, 1932, p.147) Seu valor torna-se proporcionalmente inverso ao valor de sua produção. Quanto mais o trabalhador investe em seu produto, torna-o mais poderoso e a ele, trabalhador, resta a desqualificação.

Na produção de fogos, o lugar do trabalhador assalariado fica bem definido. O valor de sua vida desaparece frente às possibilidades de lucro da empresa, do capitalista. O descaso pela vida do trabalhador é percebido, seja pela qualidade de vida a que está submetido, devido à pressão de lidar constantemente com o medo da morte, com a pressão pela produção, seja pelo valor que a ela é dado, quando, a mando dos proprietários, cometem-se inúmeros deslizamentos quanto à segurança no trabalho, especialmente nos períodos de “safra”. Ora, Marx deixa muito claro que o “*objetivo da produção não é quantas vidas um capital pode sustentar, mas quanto de lucro ele pode render.*” (ROCHA, 2003, p.107)

O trabalhador pirotécnico, segundo a mídia, não produz somente fogos de artifícios, mas, sim, beleza, emoção e alegria que se misturam às cores, brilhos e ruídos que encantam nas festividades. Mas pouco se sabe, cientificamente, dessa produção, do fazer, da atividade do trabalhador, de seus riscos, seguranças e medos.

Minha experiência enquanto psicóloga, junto a uma empresa pirotécnica, permite-me adentrar na dificuldade de comunicação que existe nesse ramo, de forma especial no setor de segurança. Isso foi lembrado pelo capitão do exército, ao falar das dificuldades que encontra para a evolução de seu trabalho, o que, somando à forma como é priorizada, a rapidez da produção à segurança do trabalhador, especialmente em períodos de safra, constitui um forte dificultador.

Colocações marxianas sobre a relação do capital com o trabalhador permitem-nos refletir quanto ao desenrolar da produção dos fogos de artifícios e a colocação dos trabalhadores pirotécnicos na última década. Esses relatam que, cada vez mais, sentem intensificar as pressões para a produção. As leis, para garantir a segurança desses

trabalhadores, multiplicam-se, mas nem sempre eles reconhecem nelas a possibilidade de uma maior segurança. No cotidiano de suas atividades de trabalho, nem sempre sentem-se mais seguros; relatam que reconhecem o valor de muitas mudanças, mas também sentem perder o controle de sua segurança no trabalho. Muitas vezes, não reconhecem o porquê de determinadas regras, bem como as possíveis reações químicas dos novos produtos e misturas realizadas na produção. O trabalhador sente perder o controle de sua atividade no processo de produção, assim como de sua segurança no trabalho.

A atividade sensível é definida por Marx como fundamento das relações entre as produções da consciência e as formações reais, que se efetiva em um processo dinâmico e complexo. Reconhecendo a importância da atividade nesse processo, questiono quais os possíveis transtornos que os trabalhadores, em questão, vivenciam diante da estranheza que revelam frente às mudanças nas atividades produtivas e de segurança no trabalho. Estendendo um pouco mais o questionamento: como uma atividade tão próxima do perigo, do medo de acidentes fatais repercute na saúde desse trabalhador?

4 TRABALHO, CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL, SAÚDE MENTAL E EPIDEMIOLOGIA: UMA INTRINSECA RELAÇÃO

4.1 Trabalho, uma tênue separação entre a saúde e o adoecimento, o prazer e o sofrimento

Mas o que é o trabalho? Qual sua ligação com a saúde, especificamente a saúde do trabalhador pirotécnico de Santo Antônio do Monte?

Essas são questões centrais que direcionam as reflexões deste capítulo. Recorro ao pensamento marxiano para melhor compreender o tema. Chasin (1993) aborda a questão do complexo categorial do trabalho e ressalta que ele é o complexo fundante do ser social, do ser humano. É o trabalho que permite ao homem tornar-se social, é através dele que o homem exerce sua liberdade. Ao criar, ao produzir seu meio de vida, ele se distancia do animal, vai além do instinto, busca uma satisfação que não é imediata, produz mesmo com a ausência da necessidade física. Diferente do animal que cria de acordo com os padrões e necessidades de sua espécie, o homem produz, também, de acordo com o ideal de beleza.

Marx (1932) denomina o trabalho de “atividade vital” dos homens, daí sua centralidade como categoria antropológica. A atividade humana é consciente, carregada de vontade, é livre. O homem através de sua atividade sensível, transforma a natureza e a si próprio, sua vida se torna um objeto. Segundo o autor, a subjetividade tem sua gênese na interconexão direta com o mundo objetivo, ela somente se manifesta em relação com a objetividade. A transformação que o homem provoca na natureza, sua produção material, faz parte de sua história, de seu desenvolvimento. Sua realidade e seu pensar estão indissoluvelmente vinculados à atividade prático-material dos indivíduos. Chasin (1999) pontua que somente se pode afirmar algo sobre a subjetividade “*se a reconhecemos como predicado do ser ativo, pois, separada deste, se desfigura como irrealidade ou pura abstração.*” (CHASIN, 1999, p. 133)

Para Marx, o homem é produtor de si próprio, por intermédio de sua atividade prático-material. É através da atividade sensível, do trabalho, que o homem imprime a forma humana no objeto. A objetividade torna-se objetividade humana e, simultaneamente, a subjetividade se materializa, efetiva-se nos objetos. A relação da subjetividade com a objetividade aparece mediatizada pela prática, pela atividade sensível. “*Por sua sensibilidade, o ser é sempre complexo, relacional, contraditório, histórico ou processual.*” (CHASIN, 1999, p.156)

Portanto, o homem se constitui paralelo à sua experiência prática, sensível, enquanto um ser em relação, um ser inserido historicamente, o resultado da atividade de gerações, um ser complexo e infinito em atributos e qualidades. (ROCHA, 2003)

Com uma visão ontológica, pode se dizer que, “*a questão do conhecimento em Marx é substancialmente prática, no sentido de que o saber é, acima de tudo, a comprovação do ser enquanto ser ativo, transformador da natureza, ou seja, reconfigurador do mundo.*” (CHASIN, 1999, p. 163)

Assim, o trabalho, o saber, as relações, a transformação do homem e do mundo, a vida e o prazer, estão intrinsecamente ligados. Trabalho é autocriação humana, é um ter que se reinventar a cada momento. (VIEGAS, 1989) Relembrando Viegas (1989), há uma relação muito próxima entre trabalho e vida.

O trabalho é a forma de fazer jus à vida, é a forma humana de produzir, não no sentido de criar objetos reificados, simplesmente, mas no sentido de criar significações. Significações que se desdobram indefinidamente. Há uma reverberação infinita das significações humanas, e isso é bellissimo. (VIEGAS, 1989)

Porém, a sociedade que visa à produtividade como primeiro plano, desapropria o trabalho, justamente do que lhe é mais rico, de sua essência, a capacidade de construir e de se construir. Como ressalta Viegas (1989), essa sociedade forja ao trabalho uma segunda natureza, ‘os grandes ciclos de burocracia’. “*Então o trabalho em vez de obedecer ao tempo da criação vai obedecer ao tempo da produção ou ao tempo do consumo*”. (VIEGAS, 1989, p. 5)

Assim, o trabalho se apresenta com uma clivagem, uma contradição em seu âmago. O trabalho vida e o anti-vida, que é o trabalho alienado, apresentado por Marx e tão próximo da morte. O trabalho carregado de sentido negativo, em que o trabalhador se coloca, mas não tira nada de positivo para si, em que sente suas forças se esvaindo e não consegue se reconstruir. É o trabalho que exige do trabalhador uma divisão em seu fazer, impedindo-o de se encontrar em seu produto. O trabalho se torna uma tortura, um ‘tripallium’, uma coisa alheia e imposta, portanto, alienante, em que o trabalhador não se encontra. (CHASIN, 1999, MARX, 1932, ROCHA, 2003, VIEGAS, 1989)

O trabalhador se perde, se perverte; de ser ativo passa a ser passivo. Seu trabalho perde a capacidade de criar significações, cai no vazio. Sua vida interior cada vez torna-se mais empobrecida, como sua auto-estima. Perversamente, o objeto por ele criado segue um percurso inverso. (VIEGAS, 1989)

Sem rodeios, eis a grandeza e a miséria do homem contemporâneo. Foi capaz, até aqui de criar as bases materiais da liberdade humana, mas se encontra destituído da condição de produtor de si mesmo. Nada obriga que isso venha a ser resgatado um dia, mas não resta dúvida que seria um grande desperdício, que, no entanto, só seria notado talvez por alguma alma, que por ventura tivesse restado, uma vez que para o conjunto inteiro do cosmo, em sua mudez e cegueira naturais, esse fracasso seria inteiramente imperceptível. (CHASIN, 2000, p. 8)

4.2 Processo psicossocial de saúde e trabalho pirotécnico: uma questão epidemiológica?

É a compreensão dessa dualidade e da condição de processo e historicidade que envolve o trabalho, que me permite desenvolver uma reflexão a respeito da saúde do trabalhador pirotécnico, tema deste estudo. O eixo norteador é a busca de compreensão do processo saúde-doença, não somente como um processo biológico, mas, acima de tudo, como um processo social.

Entendo que o investimento nessa direção nos possibilitará articular melhor as ligações entre saúde-doença-trabalho-pirotecnica, ampliando, assim, a rede de relações que se estabelece no cenário socio-político-empresarial-municipal.

Facchini (1993) recorre a Rosen (1980) e esclarece que a doença no ser humano não existe como “*natureza pura*”, pelo contrário, é mediada, modificada pela atividade social e pelo ambiente natural que tal atividade cria.” (FACCHINI *apud* ROSEN, 1980, p.70)

Minayo (1993) aborda o fenômeno saúde/doença, também como social, mas amplia a visão. Explica que é social devido não apenas ao nível de vida ou à prática profissional, mas, também, às carências, ao mundo material, aos limites sociais e ao imaginário coletivo. O viver, o adoecer e o morrer não são isolados, mas partilhados com a população local, inseridos em um tempo, lugar, classe social e atividade prática específica. Assim, saúde e doença devem ser compreendidos como produtos e manifestações de “*condicionamentos sócio-históricos que se vinculam a acesso a serviços, tradições culturais, concepções dominantes veiculadas e a inter-relação de tudo isso.*” (MINAYO, 1993, p. 233)

Apesar de a saúde da população de Santo Antônio do Monte não ser o foco de minha pesquisa, aponto para uma reflexão sobre os possíveis transtornos que ela possa vivenciar diante da realidade do contexto pirotécnico, especialmente no que se refere aos riscos de acidentes. Esse parêntese se justifica pelas evidências constatadas no decorrer da pesquisa quanto à imbricada relação entre a realidade pirotécnica e municipal e pela certeza de que é um equívoco tentar compreender a saúde do trabalhador destacando-a de todo esse contexto.

Uma citação apresentada na contracapa do livro de Moraes (1997) chamou minha atenção e despertou-me para questionamentos:

*Que mistério tem essa terra e essa gente que nos prende e enlaça e não nos permite sair sem deixar uma parte da gente.
Silêncio, enfim me contaste o mistério do ímã de Santo Antônio do Monte! Tudo mais encontro alhures, mas não encontro o sorriso de seu povo e, Santo Antônio do Monte, amei-te pelo teu sorriso. (Tarcisio Ferreira, sd.)¹¹*

Assim como o comentário de um morador do município:

As pessoas comparam os moradores de Santo Antônio com as de outras cidades, cobram, dizem que a gente não sabe rir, é mal humorado [...], mas ninguém vê que a gente lida com a morte o tempo todo. Aqui todo mundo convive com o perigo, todo mundo tem um parente ou um amigo que trabalha em fábrica. Eles saem para trabalhar e a gente não sabe se vai voltar [...] eu já perdi um irmão em explosão de fábrica, eu sei o que é isso. (Diário de campo, morador de Samonte, 2003)

Como podemos fazer a leitura de tal fenômeno? É sabido que as limitações de minha pesquisa não me permitem avançar por esse caminho. Mas não posso deixar de abrir para uma reflexão que precisa ser retomada em outro momento. Aponto para a possibilidade de ser esse mais um preço que a população santantoniense paga por ostentar o lugar de segundo maior pólo mundial produtor de fogos de artifícios. Assim, enfatizo que estudar os reflexos que a pirotecnia com todo seu contingente lança sobre a população santantoniense é algo imperativo e instigante, diante de todos os dados que aqui foram levantados.

É ilusório buscar compreender a saúde do trabalhador pirotécnico sem considerar as teias de relações sociais, culturais e históricas que tecem o seu adoecer e o seu bem estar, a sua morte e a sua vida. Todo esse processo não é isolado, está em estrita relação com a saúde no município.

Essa afirmativa se respalda em relatos de psicólogas que atuam na área de saúde pública de Santo Antônio do Monte. As mesmas expressam que, apesar do pouco tempo (oito meses) em que atuam na instituição, a reincidência de alguns fenômenos tem chamado a atenção de toda a equipe. Percebem que muitas pessoas têm desenvolvido transtornos mentais muito relacionados ao medo, o que as profissionais associam à questão do risco no trabalho.

Eu tenho percebido muito isso, as pessoas começam a ter medo, sem saber do que. Começam a ter medo de ficar em casa, de sair, de conversar com as pessoas. É muito interessante [...] Essas pessoas têm uma proximidade com a questão dos

¹¹ “Tarcisio Ferreira é ex-reitor da Universidade de Brasília e atual Secretário de turismo de Belo Horizonte” (Moraes, 1987, p.5)

fogos, ou elas trabalham, ou têm alguém que trabalha. (Psicóloga, serviço público, março 2007)

Porém, a psicóloga relata, os tratamentos são interrompidos bruscamente devido ao fato de os horários de trabalho dos pirotécnicos e de atendimentos coincidirem. Assim, quando termina o período de afastamento esses trabalhadores, abandonam o tratamento.

Outra dificuldade que o serviço encontra está relacionada ao fato de pedido de afastamento por parte dos trabalhadores, os quais queixam não darem conta de continuar a trabalhar.

Em caso de explosão em fábrica, a pessoa não dá conta daquela situação e quer ser afastada do trabalho. Aí ela tem que voltar a trabalhar. Ela não pode, mas ela precisa. [...] Eu acredito que seja uma teia que determina, mas não é só 'aquilo' (Entrevista psicóloga, março 2007)

A mesma relata que o caso de demissão em massa das empresas pirotécnicas, devido à sazonalidade, também tem desencadeado muito sofrimento mental. Entre os casos a que o serviço de saúde mental municipal atende estão relacionados: tentativas de auto-extermínio, pânico, problemas conjugais, ansiedade e depressão, concluem as psicólogas.

A profissional conta que já houve caso em que a pessoa foi afastada porque não estava dando conta de trabalhar, e refere-se a um caso específico em que um trabalhador com ideações suicidas poderia ter também colocado outras pessoas em perigo.

Isso, devido a idéias suicidas relacionadas ao serviço. De medo do serviço. Tinha ideações suicidas. Tinha ideações suicidas de fogo, de tacar fogo [...] Já teve um caso de levar uma caixinha de fósforos para o trabalho. O mal estar do trabalho provoca situações bem pesadas. (Entrevista psicóloga, março 2007)

A psicóloga esclarece que, ao realizar atendimentos em um bairro, onde há grande concentração de operários de fábricas, o número de pessoas que buscavam o serviço apresentando intenso sofrimento mental era grande, assim como também era surpreendente o número de tentativas de auto-extermínio. Inclusive, em um serviço que é referência municipal em saúde mental, o número ainda é surpreendente.

Está sendo uma questão social do município. Está muito latente essa ideação suicida, é exagerada. Por que o vizinho da rua tentou a outra pessoa sucessivamente também tenta. Está muito estranho é como se fosse uma histeria coletiva. [...] É um quadro complicado que é da cidade, está parecendo que é de um contexto psicossocial que está levando a isso. (Entrevista psicóloga, março 2007)

As tentativas de auto-extermínio, segundo as psicólogas, não dizem respeito somente a trabalhadores, mas é algo difuso entre adolescentes, idosos, esposas de trabalhadores, etc. A profissional relata o caso de uma mulher cujo marido estava sem receber o seu salário. Esse fato, relacionado aos agravos que ele traz, desencadeou a tentativa de auto-extermínio nessa senhora que, certamente, já a tinha latente, enfatiza a psicóloga.

Segundo entrevista com o delegado de polícia, ele revela que no caso de criminalidade e uso de drogas, os índices estão abaixo das outras cidades da região e que a maioria de ocorrências é rotineira e doméstica. Também esclarece que as tentativas de suicídio muitas vezes se concluem. Ressalta que o número de suicídios no município chamou-lhe muita atenção, especialmente no ano de 2005, quando houve sete casos consumados e nove tentativas registradas. Em 2006, foram quinze tentativas e cinco casos consumados, o que destoa do ano de 2004 em que foi registrado apenas um caso de auto-extermínio e sete tentativas de suicídio. *“Mas é sempre relevante, durante os anos o número de suicídios.”* (Entrevista Delegado de polícia militar de Santo Antônio do Monte, março 2007)

Os dados revelados, através das entrevistas com os profissionais da área da saúde e policial evidenciam a íntima relação entre a saúde do trabalhador e a saúde da população de Santo Antônio do Monte e como o contexto intra e extra-fábrica também estão intrinsecamente relacionados quando nos referimos à saúde do homem.

Não cabe nesse estudo uma reflexão mais ampla sobre a questão do suicídio. No entanto, valeria lembrar, apenas a passagem, a leitura de Durkheim sobre esse fenômeno, no sentido de levar em conta suas raízes sociais. Durkheim (1978), em seu clássico estudo sobre o suicídio, esclarece que para compreender esse fenômeno é preciso distanciar do indivíduo, pois as causas do suicídio não estão nas particularidades individuais, assim como não são os fatores de ordem biológica ou física, mas, sim, os diferentes meios sociais é que merecem ser interrogados e investigados. O autor cita como exemplo de grupos sociais a serem estudados a família, sociedade, confissões religiosas, política, grupos sociais em função dos quais ele considera variar o suicídio.

Nos dizeres de Durkheim,

É a constituição moral da sociedade que fixa em cada instante o contingente dos mortos voluntários. Existe, portanto, para cada povo uma energia determinada que leva os homens a se matarem. Os movimentos que os pacientes executam e que à primeira vista parecem representar exclusivamente o seu temperamento pessoal constituem, na realidade, a continuação e o prolongamento de um estado social que manifestam exteriormente. (DURKHEIM, 1978, p.184)

O autor deixa claro que a sociedade não é composta apenas por indivíduos, mas abrange também coisas materiais que cumprem um papel fundamental na vida coletiva. Assim, o fato social materializa-se em elementos do mundo exterior. Cita como exemplos a arquitetura, meios de comunicação, de transporte, os instrumentos e as máquinas utilizadas nas indústrias, os quais se tornam realidades autônomas, independentes dos indivíduos. Portanto, a vida coletiva cristaliza-se e age sobre os indivíduos.

Ora, já descrevemos a forma como a cidade é contornada pelas indústrias pirotécnicas. A população está vulnerável a esse risco. Quanto aos meios de comunicação, esse fato social foi aprofundado no caso de Samonte. Durkheim considera que a comunicação escrita não é uma simples combinação verbal, sem eficiência, mas realidades ativas que têm o poder de provocar efeitos sobre a vida social.

Concluindo, segundo esse sociólogo, apesar de haverem duas forças antagônicas que lutam, a força coletiva é, consideravelmente, mais forte que a individual e vai penetrando lentamente no homem até levá-lo ao suicídio.

Questiono sobre o papel que o acidente pirotécnico desempenha na vida coletiva santantoniense, pois, no decorrer da pesquisa, ficou claro que o acidente afeta não somente o trabalhador, mas, sim, o município. A manchete de um jornal local, que circulou nove dias após um acidente em uma fábrica de fogos, expressa esse fenômeno: “*Explosão ainda abala a cidade – Morte de quatro trabalhadores provoca tristeza e apreensão. Violenta explosão abalou muito mais do que a estrutura da São Jorge*” (EXPLOSÃO... 2002)

Llory (1999) ao referir-se ao acidente que ocorreu na Espanha em 1981, em que houve muitas intoxicações e mortes devido ao consumo de óleo adulterado, explica que a doença foi alvo de intensa repercussão pública. O autor levanta a hipótese de que, provavelmente, muitas pessoas tenham sido atingidas psicologicamente pela “síndrome psicológica reativa dos desastres”, apesar de não terem consumido o respectivo óleo.

O autor afirma que em torno dos acidentes e de suas conseqüências existe toda uma construção social a seu respeito. Construção essa que pode conduzir a importantes e profundas repercussões no público, ou seja, pessoas que não foram envolvidas diretamente no acidente. Ele aponta os sintomas que delimitam os mais importantes elementos dessa síndrome, os quais são: ansiedade, inquietação interna, tristeza, depressão, insônia, irritabilidade, disforia e labilidade afetiva etc.

Ainda ao tratar sobre os resíduos de natureza psicossocial, Llory (1999) aponta um acidente ocorrido no Brasil, em Goiânia em 1987. Tal acidente refere-se ao desastre radiológico com a cápsula de césio - 137 que foi rompida indevidamente. A análise desse

acidente revela vários fatores de natureza psicossocial, que vão desde prejuízos na agricultura, comércio, turismo, valor dos bens imobiliários da região ao custo com tratamento de habitantes que julgavam importante ter um certificado atestando a sua não contaminação, para, assim, se protegerem de serem considerados contaminados.

Esse acidente também foi estudado por Silva (2003; 2004). A pesquisadora desmascara uma intensa relação de poder, campo de forças que se organizam para criar um saber sobre esse desastre. Esse saber emerge da confrontação entre a memória oficial ostentada pelos representantes do governo e do outro lado o saber subjogado apresentado pelas lembranças de experiências dos sobreviventes. Esse estudo se aproxima da realidade do trabalho pirotécnico mineiro por também apresentar uma complexa rede de relações de poder em que as

polaridades saúde e doença, segurança e risco, vida e morte são construções sociais engendradas nas experiências cotidianas de relações sociais perpassadas por interesses econômicos, políticos, ideológicos e mágico-religiosos, produzindo práticas e representações heterogêneas. (SILVA, 1998).

Essas polaridades e jogos de interesses arraigados nas relações municipal-pirotécnicas norteiam a construção do saber acerca da segurança e acidentes na pirotecnia. O silêncio velado faz parte dessa construção social e traz suas conseqüências, que são talhadas não somente no corpo do trabalhador, mas também da população, que de forma indireta vivencia os eventos traumáticos dos acidentes.

4.2.1 Da legislação ao chão de fábrica - A questão da saúde do trabalhador

Dias (1993) traça a evolução que as leis alcançaram na concepção sobre a saúde. A Carta Magna promulgada em 1988 acompanha as evoluções nos estudos sobre a saúde. Ela traz um conceito ampliado de saúde e novas responsabilidades ao Estado. A saúde do trabalhador é legalmente assistida e especialmente ao trabalhador acidentado ou portador de doença profissional e do trabalho. O empregador é requisitado a assumir suas responsabilidades diante do fenômeno.

Segundo Dias (1993), as transformações no mundo acadêmico, especificamente na área da saúde, e no mundo jurídico caminham próximo. Mas especialmente através dos relatos

Dias (1993) traça a evolução que as leis alcançaram na concepção sobre a saúde. A Carta Magna promulgada em 1988 acompanha as evoluções nos estudos sobre a saúde. Ela

traz um conceito ampliado de saúde e novas responsabilidades ao Estado. A saúde do trabalhador é legalmente assistida e especialmente ao trabalhador acidentado ou portador de doença profissional e do trabalho. O empregador é requisitado a assumir suas responsabilidades diante do fenômeno.

Segundo Dias (1993), as transformações no mundo acadêmico, especificamente na área da saúde, e no mundo jurídico caminham próximo. Mas especialmente através dos relatos dos pirotécnicos percebemos que os avanços acadêmicos e legais, muitas vezes, não estão tão próximos da realidade do chão de fábrica.

Não há como desvincular a saúde do trabalhador de todo o contexto extra-fábrica em que está inserido. No caso do pirotécnico, sua saúde deve ser apreendida, partindo do princípio que a compreensão de sua história, de sua realidade sob o olhar de uma perspectiva de sujeito coletivo, é fundamental nesse processo. Mendes (2002), afirma que a organização na sociedade e no trabalho, a dinâmica na produção, as condições de trabalho e o modo de vida em que os trabalhadores estão inseridos, todos esses aspectos estão imbricados com sua saúde.

Mendes (2002) esclarece que identificar e apreender os mecanismos e as articulações engendradas nas relações de dominação permite-nos compreender o fosso de desigualdades sociais que existe frente às doenças e às mortes. Mendes (2002) cita Seguin (1989) que aponta para a necessidade de afastar dos mecanismos diretamente ligados ao trabalho e analisar as articulações deste com outras lógicas sociais.

Portanto, escutar as querelas extra-fábricas é uma forma de aproximar da realidade da saúde do trabalhador pirotécnico, considerando a lógica social municipal. Assim, o fato de ouvir dos moradores da cidade o comentário de que moram em um “barril de pólvora”, é algo que merece atenção. Esse comentário, de certa forma, sintetiza os medos que rondam não só os trabalhadores, como também os moradores de Samonte. Uma trabalhadora e moradora da cidade, enfatiza que aumentaram as indústrias de fogos de artifícios, mas a cidade também cresceu. Algumas fábricas que se localizavam na zona rural, hoje, estão dentro da cidade, a um quarteirão de sua casa, ressalta: *“além de trabalhar com o perigo a gente ainda mora junto dele”* (Entrevista, trabalhadora, julho 2005)

Quanto a esse fato também o representante do COPAM (Conselho de Política Ambiental) que foi entrevistado, relata: *“Tem o caso de uma empresa que está na zona urbana, que inclusive foi transformada em zona rural pela prefeitura para que ela continuasse lá, ficando regularizada pelo Exército [...]”* (Entrevista, representante do COPAM, out. 2006)

Rigotto (1998) aponta que, hoje, a saúde humana está ligada diretamente à forma como se vive no Brasil e no mundo. O processo de globalização e de reestruturação produtiva,

mediado pelas transformações urbanas, no meio ambiente e no trabalho, delineia uma nova configuração na saúde do homem. Nos tempos atuais, convive-se cada vez mais com ameaças de riscos industrial-ambientais. Não há como dicotomizar o ambiente intra e extrafabril, o que está diretamente ligado à compreensão da saúde-doença-vida-morte humana do indivíduo e coletividade.

Outro fato referente à realidade santantoniense que aponta para a urgência de compreender o processo saúde/doença engendrado ao fazer do homem, às questões políticas, sociais e culturais foi abordado na entrevista com Júnia Barreto, médica e auditora fiscal da DRT, realizada em outubro de 2006. Relata perceber diversos fatores que precisam ser trabalhados junto à pirotecnia de Samonte. Porém, o foco principal, no momento é a segurança do trabalhador, mas já ouviu comentários, inclusive do médico do trabalho da cidade, que há muito alcoolismo e muita gente hipertensa. Ele relatara que não existem dados formais, mas acredita que junto à hipertensão haja muito uso de calmantes e ansiolíticos.

Essas questões levaram-me ao encontro da coordenadora do PSF (Programa de Saúde da Família) de Santo Antônio do Monte em outubro de 2006. Ela esclareceu que não existe uma pesquisa sistemática epidemiológica, mas confirmou a percepção de um nível elevado de consumo de antidepressivos, ansiolíticos e benzodiazepínicos. Confirma, também, perceber através das visitas domiciliares, a existência de um índice maior de câncer na população. Ela acredita que a questão pode estar ligada ao fato de as pessoas trabalharem em fábricas de fogos, ou de terem parentes que lá trabalhem. Essas pessoas, segundo a observação da entrevistada, são ansiosas e depressivas, *“possivelmente pelo medo de acidentes nas fábricas, pelo medo de perder alguém ou até de morrerem”*. (Entrevista, coordenadora PSF de Samonte, out. 2006)

Esse fato, de acordo com a coordenadora dos PSF que é também responsável pela vigilância epidemiológica da cidade, pode ser observado em uma grande parte da população. A coordenadora completa: *“[...] essa questão da qualidade de vida, da pressão que as pessoas sofrem em relação ao tipo de trabalho, isso pode às vezes levar ao desencadeamento do próprio câncer.”* (Entrevista, coordenadora dos PSF de Santo Antônio do Monte, out. 2006)

Ainda, nessa entrevista, foi-me esclarecido que não houve nenhuma pesquisa sistemática quanto à questão do câncer no município e afirma ser necessário saber sobre que tipo de câncer é esse, *“se eles são provocados por algo físico, ou seja, uma água contaminada, ou outras questões palpáveis ou mesmo por questões psicológicas, ou biológicas, às vezes ela já tem uma predisposição ao câncer”*. (Entrevista, coordenadora PSF, out., 2006)

Quanto ao assunto da contaminação do meio ambiente, o jornal do SINDIEMG informou que Zuleika Torquetti, em reportagem ao Estado de Minas, do dia 05/06/2005 disse que em Samonte, os resíduos das empresas poluíam o solo e a água e que atualmente implementos estão sendo direcionados a este interesse. (QUALIDADE... [2005?])

Outra questão importante apontada pela profissional da saúde, diz respeito ao elevado índice de intoxicação por chumbo no município. Porém, desde 2002 segundo portaria baixada pelo Ministério da Defesa foi proibido o uso deste produto, entre outros na fabricação de fogos.

Pesquisas quanto à contaminação com chumbo, têm revelado uma ineficácia das práticas de controle usualmente adotadas nas empresas. Os pesquisadores apontam que, quanto aos cuidados com esse elemento, a legislação brasileira precisa ser revista com urgência, seja nos aspectos ambiental, biológico e clínico, para, assim haver maior garantia de um controle eficaz à exposição dos trabalhadores.

Visando à segurança da população, mais especificamente da população trabalhadora, os estudiosos fazem recomendações de melhorias entre elas a implementação de parâmetros, metodologias, ampliação e sistematização de fiscalização, mas de uma fiscalização que proponha medidas de melhorias e estabelecimento de prazos para o seu cumprimento. Os autores justificam as suas inquietações:

Esse estudo mostrou que, ao se aplicar somente os parâmetros previstos nas NR-7 e NR-15, estamos permitindo que os trabalhadores permaneçam em ambientes insalubres, onde a exposição continuada, efeito cumulativo do Pb, vai minando lenta e silenciosamente a saúde dos trabalhadores, até sua incapacitação definitiva, não só para trabalhar, como para gozar a vida plenamente. (ARAÚJO et al., 1999)

O representante do COPAM relata que, realmente, há produtos que são cancerígenos e que o chumbo realmente é um problema no município. Mas, afirma que a área de risco é controlada e que existe um trabalho para equalizar o problema.

A fim de averiguar as informações, recorri ao site do DATASUS, departamento de informática do SUS (Sistema Único de Saúde), órgão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que tem como responsabilidade coletar, processar e disseminar informações sobre saúde. Porém, não encontrei elementos que confirmassem o fato. Busquei ainda esses números no Hospital do Câncer de Divinópolis, importante referência regional no tratamento dessa patologia, porém a informação que obtive, através de um profissional da medicina especialista em oncologia, diz que não há dados consolidados de câncer de acordo com municípios. Relata que, mesmo no site do DATASUS, essa informação não é fidedigna, pois o registro

hospitalar de câncer ainda não é efetivo, sendo que existe o dificultador de que muitos casos são encaminhados para Belo Horizonte. Isso limitou minha ação no sentido de aprofundar a pesquisa.

Freitas et al. (2002) discutem a questão da segurança química como um problema que aflige internacionalmente. No caso do Brasil, apontam que a situação de poluição química apresenta um crescimento em intensidade e extensão maiores do que a movimentação realizada para combatê-los. Os mesmos concluem que o Brasil se acha entre os países em industrialização que têm “*caminhado em um sério e perigoso processo de deteriorização, com crescente alienação e indiferença às necessidades e demandas da população.*” (FREITAS; 2002, p.255)

Através do Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, (2001) o Ministério da Saúde do Brasil informa que existem aproximadamente 600.000 substâncias químicas conhecidas; em torno de 60.000 são utilizadas em indústrias. Ainda, por ano, cerca de 3000 novos produtos químicos são lançados no mercado por centros de pesquisa e laboratórios, isso sem que se conheça perfeitamente seus efeitos tóxicos sobre a saúde e seu potencial cancerígeno. (BRASIL, 2001)

O próprio Manual esclarece alguns aspectos em que os cânceres relacionados ao trabalho diferem de outras doenças ocupacionais. Entre esses aspectos, há a questão que a legislação brasileira estabelece limites de tolerâncias para diversas substâncias cancerinogênicas, mas, segundo preconizado a nível internacional, não há níveis seguros de exposição. (BRASIL, 2001)

Outro aspecto importante está relacionado à não diferenciação entre os cânceres ocupacionais e os outros em suas características morfológicas e histológicas. Importante enfatizar que os cânceres, em geral, desenvolvem-se muitos anos após o início da exposição, mesmo depois de ela cessar. (BRASIL, 2001)

Em contrapartida, o câncer tem em comum com as outras doenças ocupacionais a dificuldade de relacionar as exposições à doença e o fato de serem, na grande maioria, possíveis de se prevenir. (BRASIL, 2001)

As leituras apontam para o imperativo de se compreender o ser humano em sua totalidade e a saúde/doença como um processo. A saúde, doença, qualidade de vida e o morrer do indivíduo e é claro, do trabalhador, está em íntima interação com os aspectos físicos, ambientais, psicológicos e sociais do indivíduo e coletividade. Com o avançar da tecnologia e da utilização de componentes químicos, cada vez mais a segurança/insegurança tem

extrapolado os limites fabris e ameaçado a população. (DWYER, [200-]; MENDES, 2002; FREITAS, 2002; RIGOTTO, 1998)

Provavelmente, os acontecimentos em Santo Antônio do Monte constituem um exemplo da realidade brasileira a que Freitas et al. (2002) se referem. A saúde coletiva, epidemiológica, segurança química são temas que se entrelaçam, formando o contexto da saúde do trabalhador. É essa visão ampla, mas que não perde de vista a singularidade da categoria profissional e da subjetividade humana, que é preciso ser revista. Portanto, essa realidade santantoniense carece de atenção especial, seja de órgãos públicos ou instituições acadêmicas. Carece de olhares que busquem compreender esses fenômenos e, assim, abrirem caminhos para novas possibilidades.

Diante dessas informações, podemos refletir sobre a possibilidade dos transtornos desencadeados pelo trabalho junto à periculosidade constituir também, para a população santantoniense um problema de saúde. Nesse caso, poderíamos falar de saúde pública, mais especificamente é uma questão epidemiológica. Lembrando, Yehuda (1999a) aponta que devido à prevalência, ao longo da vida, do transtorno de estresse pós-traumático para a população americana, esse transtorno constitui um problema de saúde pública. (JARDIM, 2001 *apud* YEHUDA 1999a)

Como não é foco específico desta pesquisa, não cabe, aqui, alcançar a profundidade merecida para sustentar uma afirmativa desse porte, mas poderá despertar a atenção dos pesquisadores e profissionais da área da saúde para essa incógnita excitante e carente de análises.

4.3 Medo, sofrimento e angústia, sentimentos que acompanham os trabalhadores pirotécnicos em seu fazer e as estratégias para enfrentá-los

Para maior apreensão da saúde do trabalhador, é de fundamental importância analisar o contexto laboral, o ambiente de trabalho e as articulações que são engendradas nesse meio. Somente assim, é possível se aproximar da realidade que engendra sua saúde. Tal afirmativa sustenta os estudos da corrente sociogênese, que, por sua vez, apóia-se nos estudos de Politzer. (LIMA, 2004; 2003)

Politzer foi o pioneiro a propor que a gênese da loucura, antes de tudo, constitui uma questão social. Portanto, precisa ser pesquisada *in loco*. Através de sua obra - Crítica aos

Fundamentos da Psicologia - publicada em 1928, Politzer propõe a “psicologia materialista”. Esta busca a compreensão do homem a partir do concreto, de suas vivências reais, o que chama “drama humano”. Posteriormente, suas idéias sustentaram os estudos de Le Guillant. Esse estudioso defende que a compreensão da saúde do trabalhador deve, primeiramente, estar nas questões sociais, situando o indivíduo doente em seu meio social e na sua história real. Le Guillant já se preocupava com o homem em seu local de trabalho e desenvolveu análises que representam sua preocupação com o contexto laboral. (BILLIARD, 1996; LE GUILLANT, 2006; LIMA, 2002, 2003a,b, 2004, 2005; POLITZER, 2004)

Atualmente, encontramos na ergonomia francesa uma representação dessa busca de compreender o homem em seu ambiente de trabalho. Contudo, ela não está só nesse investimento, hoje, somam-se aos seus estudos muitos outros que se interagem, se completam e se contradizem. (LIMA, 2002a)

Numa passagem da psicopatologia do trabalho à “psicodinâmica do trabalho”, Dejours (1992) busca compreender a relação do homem com o trabalho, tendo como base, além das contribuições da ergonomia, a abordagem psicanalítica. Este autor procura compreender os efeitos do trabalho na dinâmica da subjetividade, tendo dado ênfase especial, entre outros fenômenos, às estratégias defensivas desenvolvidas pelos trabalhadores, no sentido de suportar o sofrimento no trabalho, tomado como uma fonte ambígua de prazer e de sofrimento.

São diversas as abordagens atuais, relativas à tentativa de compreensão da dimensão humana do trabalho, de suas relações com a saúde e adoecimento, com a realização ou com a anulação do sujeito trabalhador, com o sentido ou a ausência de sentido no trabalho. Valemos aqui de diversos olhares, tentando extrair deles as questões que parecem mais pertinentes às nossas análises.

Atualmente, há um esforço considerável para a compreensão da saúde/doença do trabalhador. Não existe um consenso entre os estudiosos, mas esse investimento acompanha o sofrimento e adoecimento dos indivíduos, que, nos tempos modernos, ‘derramam’ nos consultórios médicos, psicológicos, em clínicas fisioterapeutas, de acupuntura entre outras especialidades, o sofrimento diante do trabalho psicossomatizado.

No caso da pirotecnia, não conheço nenhum esforço científico rigoroso que busque sua compreensão. Porém, o sofrimento desses trabalhadores é algo esculpido no seu corpo. Vários relatos, ao longo deste estudo, apresentam a tensão e medo que acompanham a rotina do trabalhador pirotécnico. Interessante ressaltar que, apesar de todo esse contexto propício a desencadear a conhecida LER (Lesão por Esforços Repetitivos), ou DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), apenas um número insignificante de CATs

(Comunicação de Acidente de Trabalho) foi efetuado, segundo informação da Delegacia Regional de Trabalho em outubro de 2006.

Uma trabalhadora pirotécnica relata que, constantemente, trabalha com muito medo, mais em ocasião de acidente: *“Quando a gente ouve falar em um acidente em outra fábrica, [...] parece que a gente já trabalha [...] se escuta um barulhinho se quer mais alto um pouco, eu já trabalho tremendo, perco as forças, assusto.”* (Entrevista, trabalhadora, julho 2005).

O relato dessa pirotécnica também expressa o medo e tensão no trabalho pirotécnico:

A gente tá atento o tempo todo com o barulho, até com o grito de alguém. Por que você não sabe se ela está machucando, se invém um acidente, se tem que correr. [...] Você pensa: será que eu tenho que acudir? Será que eu tenho que correr pra não morrer? (Entrevista, trabalhadora, julho 2005)

A mesma trabalhadora ainda explica sobre a surpresa que teve quando suas filhas, duas crianças de oito e sete anos de idade, lhe questionaram sobre o setor em que ela e o marido trabalham. Queriam saber se eram setores de perigo. A trabalhadora conclui: *“[...] então é sinal que elas ficam preocupadas, elas já sabem do perigo. Pra trás, era diferente, a gente não sabia, não ficava por dentro do que era perigo, hoje já tá mais informado.”* (Entrevista trabalhadora, julho 2005)

Esse relato exemplifica como o medo e tensões do ambiente de trabalho pirotécnico invadem as relações familiares desses trabalhadores. Seguindo a tendência do mundo atual, as crianças estão mais informadas, mas, certamente, pagam o preço por isso, no que se refere ao trabalho pirotécnico, o que constitui um tema instigante para pesquisas.

Quanto ao medo relacionado ao trabalho, Dejours (1992) afirma que ele está presente em todos os tipos de ocupações profissionais, desde o profissional de escritório aos trabalhadores de categorias que desempenham atividades ligadas a riscos de sua integridade física, como no caso dos trabalhadores, foco deste estudo, que convivem com o risco de acidente súbito.

No caso de uma empresa pirotécnica, por mais que ela seja organizada e atenta às regras de segurança, ela não deixará de constituir uma empresa de risco. Isso devido aos elementos químicos que manipula. Porém, em algumas situações o trabalhador sente esse risco mais próximo.

Quando a gente muda de função é pior, se manda a gente pras cores [...] Ai a gente vai apreensiva. Vem pra casa e fica pensando, se amanhã eles mandam a gente de

volta pras cores [...] A gente percebe no jeito de lidar com os filhos, que fica tensa. [...] mexe com a cabeça da gente [...] (Entrevista, trabalhadora, julho 2006)¹²

O trabalhador sente no dia a dia o risco aumentar diante da incerteza de lidar com uma função em que não se sente preparado, mas também não se sente à vontade para recusá-la.

Dejours (1992) aponta que a ignorância além de ser um coeficiente de multiplicação do medo, também representa um importante elemento para o crescimento do custo psicológico do trabalho, desencadeando ansiedades e sofrimento.

Contra esse medo, os trabalhadores elaboram defesas específicas para dar conta de desempenhar suas funções. Quando essas defesas são eficazes, o medo quase não é percebido no discurso do trabalhador, apenas via sinais indiretos, que são os sistemas defensivos, frisa Dejours (1992). Mas, no entanto, esses não deixam de existir. “*O medo, seja proveniente de ritmos de trabalho ou de riscos originários das más condições de trabalho, destrói a saúde mental do trabalhador de modo progressivo e inelutável, como o carvão que asfixia os pulmões do mineiro com silicose.*” (DEJOURS, 1992, p.74).

Wisner (1994) afirma que a angústia do trabalhador está ligada ao medo e à ansiedade diante das incertezas das informações e decisões a tomar em situações de perigo. Aponta que as capacidades de processamento do cérebro ficam limitadas diante de excessos de fatores de incertezas, gerando a ansiedade e o medo, quando o perigo está presente.

Portanto, toda essa coexistência de incertezas, medos, tensões e angústias desembocam na vivência de sofrimento do trabalhador pirotécnico diante de sua atividade profissional.

Sufrimento, para Dejours (1992), significa uma situação de luta do sujeito contra forças que o estão empurrando para uma doença mental. Essas forças constituem-se em forma de organização do trabalho, não somente enquanto divisão de tarefas, mas também enquanto divisão dos homens hierarquicamente, enquanto sistemas de controles e responsabilidades. Quando o trabalhador não consegue mais se adaptar à organização no trabalho, mantendo seus desejos e prazeres, então emerge o sofrimento patológico.

De forma dinâmica, para dar conta dessa situação, para se protegerem do sofrimento, os trabalhadores criam as estratégias defensivas. Essas estratégias não resolvem o problema, não evitam a doença, mas têm como função especialmente no caso do proletariado, “*manter à distância o risco de afastamento do corpo ao trabalho e, conseqüentemente, à miséria, à subalimentação e à morte.*” (DEJOURS, 1992 p. 34)

¹² Cores é um dos setores considerados mais perigosos dentro da pirotecnia. Tem como uma de suas funções armazenar pólvora negra na base inferior da bomba, além de encher as esferas de papelão com baladas (pequenas bolinhas preparadas com materiais químicos) e que dão cores às bombas, um dos artifícios pirotécnicos considerados mais belos.

Assim, a ideologia defensiva da vergonha é elaborada coletivamente e tem no corpo o seu foco central, buscando mantê-lo capaz de trabalhar, de produzir. O corpo deve estar sempre apto a executar as atividades do trabalho. (DEJOURS, 1992)

O relato que segue aproxima a realidade pirotécnica santantoniense à teoria de Dejours. Uma trabalhadora relata que sua colega foi demitida da empresa, a qual veio desabafar-lhe, pois não havia entendido tal atitude, já que era considerada boa funcionária. A trabalhadora, explica: “*uai, você foi muito no médico.*” (Entrevista, trabalhadora, julho, 2006)

Dejours explica a questão: “*O corpo só pode ser aceito no silêncio ‘dos órgãos’; somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo do homem, o corpo trabalhador da mulher são aceitos; tanto mais aceitos quanto menos se tiver de falar deles.*” (DEJOURS, 1992, p.32).

Diferente das estratégias defensivas coletivas, há também as saídas individuais como o alcoolismo, os atos de violência “anti-social” e a loucura. O alcoolismo, que aqui nos interessa enfocar, representa, para Dejours (1992), uma possível saída individual para se esquivar da ansiedade concreta da morte. Porém, essa saída constitui uma decadência mais rápida e fortemente condenada pela sociedade.

Agravando ainda mais a situação da saúde do trabalhador, que busca na bebida alcoólica uma saída estratégica para dar conta do sofrimento no trabalho, Wisner (1994) afirma haver agravantes. Segundo ele, o alcoolismo, somado à absorção simultânea de produtos tóxicos industriais, agrava a ação degenerativa do fígado, fato bastante evidente de acordo com as observações do estudioso.

Mas o alcoolismo não é a única saída estratégica vivenciada pelos trabalhadores para lidar com o medo e sofrimento suscitados com a confecção dos fogos de artifícios.

Na ocasião em que trabalhei em uma empresa pirotécnica, uma questão que muito me intrigava foi o absenteísmo de trabalhadores (homens), ser muito freqüente na segunda feira. Esse fato levou-me a contabilizar os dias e pesquisar, junto aos trabalhadores, sua justificativa. Indo ao encontro das informações da equipe administrativa, a resposta entre risos e constrangimento apontava para o abuso da bebida alcoólica no final de semana, e, conseqüentemente a famosa ressaca ou ‘cobra d’agua’, como costumam chamar por aqui, não lhes dera condições de exercer as atividades de trabalho. Os encarregados mais experientes no ramo explicam que isso é comum nas empresas de fogos.

A médica e auditora fiscal do DRT, Júnia Barreto, considerou estranho como os trabalhadores pirotécnicos de Santo Antônio do Monte utilizavam recursos que, aparentemente, não tinham nenhum nexos com a segurança no trabalho. Mas os trabalhadores

alegavam que eles traziam maior garantia no trabalho. Um exemplo são as cascas de laranja que dependuravam pelo barracão, alegando evitar acidentes, entre outras artimanhas.

Outro fato que também chamou atenção de toda a equipe de auditores da DRT, como relata Júnia Barreto, foi a presença de imagens de Santos por quase todos os barracões das empresas pirotécnicas. Particularmente, durante as entrevistas que realizei com os trabalhadores, por inúmeras vezes a fé marcou o espaço especial que ocupa na sua segurança:

“Eu rezo para voltar viva para casa [...]” “Graças a Deus não aconteceu nada [...]” “Ele salvou, por que Deus colocou a mão [...]” “A gente precisa do serviço, então a gente tem que ter muita fé em Deus e trabalhar com muito cuidado.” “A gente ficava trabalhando, mas com aquilo na cabeça, [...] esperando que ia acontecer alguma coisa. Eu fiquei bem tempo assim, ai eu fiquei rezando, pedindo a Deus que tirasse aquilo da minha cabeça, que eu precisava trabalhar[...]” (Entrevistas, trabalhadores pirotécnicos, 2005 e 2006)

Colocações, como essas, apontam para a compreensão de que a fé, a crença em Deus é, sem dúvida, um recurso que possibilita aos trabalhadores pirotécnicos enfrentarem o medo de trabalharem junto ao perigo. É acreditando na proteção divina que esses homens e mulheres deixam suas casas, filhos e partem para as empresas pirotécnicas em busca do sustento de suas famílias. Esse aspecto é ressaltado por Borges (1997), quando trata da questão do congado no município.

Outra forma encontrada pelos trabalhadores para dar conta da real periculosidade, diz de uma questão observada durante meu trabalho junto aos pirotécnicos. Posteriormente, a mesma informação se repetiu nas entrevistas dirigidas a trabalhadores de diferentes empresas - esses trabalhadores executam suas funções em ritmos muito acelerados, com a finalidade de terminarem suas tarefas mais rápido. Ficam, então, liberados para saírem dos barracões, área de periculosidade, antes do término do expediente e se direcionarem às proximidades da portaria, onde não existe risco de explosões. Essa atitude contradiz à lógica da segurança no trabalho que reza sobre o cuidado e rapidez no lidar com o risco no labor.

Mas, por outro lado, a preocupação com as atitudes dos colegas frente ao perigo, fato fortemente demarcado nas entrevistas, justifica tal postura. Ainda que o trabalhador execute suas funções com cuidado e maior segurança, isso não o abstém do risco que envolve a coletividade. Portanto, se ele não sabe o que está acontecendo nos barracões ao lado, o melhor é não ficar muito tempo próximo ao local de trabalho.

A questão da rotatividade dos trabalhadores entre as empresas é algo que também chama muito a atenção. Para exemplificar, cito o caso de uma das trabalhadoras entrevistadas, que tem trinta e quatro anos. A mesma relatou haver trabalhado em nove empresas pirotécnicas, sendo que em algumas, por três vezes, e, outras, por duas vezes, além de passar por trambiques quando era mais nova. Relatos desse tipo é algo que se ouve constantemente durante as entrevistas para seleção na pirotecnia.

Wisner (1994), explica que a alta rotatividade dos trabalhadores pode ser decorrente de certo grau de sofrimento mental. Quanto ao absenteísmo, fenômeno também freqüente no cotidiano pirotécnico, Wisner (1994), aponta que pode estar vinculado a uma síndrome depressiva, o que vem ao encontro das constatações que pudemos chegar ao longo da pesquisa.

Apesar de os trabalhadores lutarem contra as ameaças e medos e elaborarem estratégias coletivas ou saídas individuais, isso não os protege efetivamente do sofrimento e de um possível comprometimento na saúde. (DEJOURS, 1992)

Mas Wisner (1994) ressalta que a diversidade de reações dos trabalhadores diante de determinadas situações é algo notável no ser humano. Dentro de uma determinada população, a reação a determinados estímulos físicos é algo que varia consideravelmente. O autor afirma que: *“Podemos esperar uma grande diversidade de tolerâncias às dificuldades das situações de trabalho.”* (WISNER, 1994, p. 19)

E seguindo as orientações da psicologia materialista, Wisner (1994) esclarece que todo indivíduo chega ao ambiente de trabalho com uma história de vida e que os registros desde o seu capital genético contam no momento em que vivencia a situação real de trabalho. Portanto, segundo o autor, *“os problemas nascem das relações conflitivas entre a história do indivíduo e a história da sociedade.”* (WISNER, 1994, p. 19-20)

Wisner (1994) ressalta ainda que muitos aspectos da organização são coativos de maneira singular estreita e intolerável. Devido a essas características, eles desencadeiam reações perigosas e particulares a cada pessoa.

O reconhecimento da inter-relação entre o mundo subjetivo e objetivo, enquanto fator de suma importância para a compreensão da saúde do trabalhador, somado à realidade contingente do trabalho na pirotecnia estar diretamente ligado ao risco de acidente súbito, levou-me a pesquisar sobre os impactos a que os trabalhadores que lidam com acidentes, estão mais suscetíveis, entre eles o TEPT (Transtorno de Estresse Pós-Traumático).

4.4 Impactos vividos com acidentes de trabalho: a população, o pirotécnico e os transtornos pós-acidentes

A escassez de estudos detalhados sobre as conseqüências do sofrimento psíquico originado de acidentes de trabalho, foi algo sentido no decorrer desta pesquisa, fato também relatado por Jardim (2001), Llory (1999), Camargo (2004). Através do texto de Camargo (2004) Guimarães (1998) aponta três fatores para essa dificuldade, sendo eles:

O primeiro refere-se ao estigma social dos transtornos mentais, o segundo é a dificuldade diagnóstica e, por vezes, o não reconhecimento previdenciário dos transtornos mais comumente encontrados, como a ansiedade, a depressão, a fobia e outros. E, finalmente, o número reduzido de pesquisas sobre os custos desencadeados por esses transtornos. (CAMARGO, 2004, p. 178).

Llory (1999) afirma que, apesar do silêncio existir sobre os acidentes e suas conseqüências na vida do trabalhador e público envolvido, suas “marcas” continuarão a existir. O autor ressalta que as dúvidas ou conflitos interpessoais desencadeados por acidentes possam ressurgir na ocasião de outro acidente, embora sendo ele de pequena dimensão, ou ainda em ocasião de problemas no trabalho. O autor levanta a hipótese de que outras disfunções mais graves possam ser provocadas pela existência de problemas latentes. Ele chama de onda de choque do acidente, quando um acidente atinge determinada gravidade e provoca consideráveis perturbações no plano emocional, psíquico e psicossocial.

Figueira e Mendlowicz (2003) discutem a questão do diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e aponta que o quadro clínico apresenta uma tríade psicopatológica constituída pela revivescência do trauma, esquiva e entorpecimento emocional e hiperestimulação autonômica.

Segundo os autores, o sintoma da reexperimentação do trauma é específico do TEPT, não sendo encontrado em outros transtornos psiquiátricos. A esquiva e entorpecimento emocional dizem de uma estratégia em que o paciente evita pensar, falar ou ir a locais associados ao trauma. Esse evitar pode, às vezes, assumir formas sutis, para anestesiar o sofrimento psíquico, como o uso de droga, ou ainda mecanismos dissociativos. O entorpecimento psíquico (*numbing*) é outra forma de manifestação dos mecanismos psicológicos. Na tentativa de se resguardarem do terror da revivescência do trauma, os pacientes com TEPT se anestésiam. Porém, essa anestesia abrange não somente as emoções dolorosas, mas também as emoções positivas, prazerosas. Segundo os autores:

Essa restrição na amplitude dos afetos denomina-se entorpecimento psíquico. Pacientes com TEPT passam a ter dificuldades de rir, chorar, amar, ter ternura, compadecer-se ou sentir atração sexual. Parecem “mortos para a vida”, isolando-se dos amigos e dos familiares. Como se pode ver, o preço pago pela anestesia dos sentimentos dolorosos é alto. Esses pacientes podem também sentir-se desconectados de si mesmos, de seu ambiente, até de seu futuro, tendo uma sensação de “futuro abreviado”. (FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2003, p. 15)

Por sua vez, a hiperestimulação diz respeito ao fato que o paciente apresenta uma irritabilidade, insônia, sobressalto excessivo e hipervigilância como se estivesse constantemente ameaçado de morte. A agressividade e irritabilidade podem vir a fazer parte da personalidade do indivíduo, embora ele apresentando características contrárias, antes do trauma. Ainda ligado a esse sintoma, o paciente pode expressar queixas somáticas tais como: fadiga, cefaléias, tremores, hipermotilidade gástrica, pseudo-criises epiléticas e tonteiras. Concluem os autores que *“por tudo isso, a qualidade de vida dos pacientes com TEPT fica profundamente comprometida.”* (FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2003, p.15)

Uma trabalhadora relata acreditar que se trabalhasse em outro ramo, sua vida seria diferente, justifica: *“por que a gente trabalha com medo de não voltar”*. (Entrevista, trabalhadora, julho, 2006)

A proximidade com o perigo de morte e por vez o lidar com o acidente e morte de colegas de trabalho são os fatores que trazem o pirotécnico para o quadro de maior probabilidade de desenvolver o TEPT. Jardim (2001) aponta cinco fatores de risco para incidentes críticos¹³ relacionados ao trabalho, entre os quais podemos encontrar situações de vivência dos trabalhadores pirotécnicos. São eles: 1) linha de frente de atendimento de feridos graves e mortos; 2) catástrofes; 3) violência no local de trabalho; 4) morte ou criança gravemente ferida; 5) morte de um colega de trabalho.

A vivência de um evento traumático é condição necessária para desencadear o TEPT, mas não suficiente. Jardim (2001) apresenta estudos de Yehuda (1999b) que sinalizam para a importância de perceber o TEPT dentro de uma conjugação de fatores individuais, contextuais e de características do estressor. Assim, o TEPT é explicado de acordo com o modelo de “diátese do estresse”, em que *“o estressor interage com características da personalidade pré-existente, liberando a ‘diátese’ (predisposição) para um certo tipo de doença ou resposta ao estresse”*. (JARDIM, 2001, p. 63)

¹³ *“Incidente crítico é definido no DSM-IV como evento emocionalmente significativo capaz de desencadear sofrimento incomum em uma pessoa saudável, ou seja, é uma reação normal a um evento anormal.”* (JARDIM, 2001)

Jardim (2001) sinaliza para que o diagnóstico do TEPT é um desafio ético nos estudos de saúde mental do trabalhador, segundo a autora ele apresenta várias roupagens de acordo com os contextos ambiental, social e cultural, produzindo sintomas singulares.

Seria prematuro de minha parte, dada a dimensão e foco dessa pesquisa, afirmar a existência de TEPT nos trabalhadores entrevistados ou ainda da população indiretamente envolvida, ainda porque, antes, é preciso conhecer melhor qual é a roupagem em que ele se apresenta no contexto em questão. Mas os relatos, muitas vezes, me convidaram a refletir sobre algumas conexões entre os sintomas apontados e a vivência desses trabalhadores. Uma trabalhadora expõe sua experiência:

A gente chega em casa estressada, a gente pensa muito no amanhã, isso afeta a vida da gente, sabe? Tem vez que eu chego nervosa pra caramba. [...] Então eu acho que as pessoas em geral, eles dizem assim: 'Hoje eu cheguei, será que amanhã eu chego? Às vezes a gente coloca isso na cabeça [...] a gente briga com os filhos, briga com todo mundo, a gente revolta. Outro dia a doutora aqui do posto falou assim para mim: 'você vá no psicólogo, por que você vai ficar doida'. Ela brincou assim comigo. 'Pode procurar um psicólogo, que o serviço está acabando com você, o estresse, nervosismo, preocupação' [...] (Entrevista, trabalhadora, julho 2006)

Diante dos significativos dados levantados no que diz respeito aos impactos psicológicos da atividade pirotécnica sobre os trabalhadores, sinalizo para um aspecto que chamou minha atenção. Especialmente as mulheres, apresentaram sintomas que apontam para o nervosismo, irritabilidade, tremores e hipervigilância. Questiono sobre a possibilidade de esses sintomas estarem ligados ao TEPT, o que me faz pensar na probabilidade de serem elas as grandes consumidoras dos benzodiazepínicos. Questiono, também, sobre qual seria a saída que os homens procuram diante da imposição de terem de voltar ao local onde vivenciaram o evento traumático, seria a bebida alcoólica e/ou o cigarro?

Korn (2001) através do texto de Jardim (2001), afirma que os homens vivenciam maior número de eventos traumáticos, mas são as mulheres que desenvolvem mais o TEPT. O autor ressalta também que além dos fatores psicológicos serem importantes nas diferentes taxas de prevalência de TEPT em grupos, é fundamental que se considerem os fatores socioculturais como determinantes. (JARDIM *apud* KORN, 2001)

Estudos de algumas profissões que correm maiores riscos de vivenciarem de forma direta ou indireta eventos traumáticos são apontadas como mais propícias de desenvolverem doenças cardiovasculares, estresse e doenças relacionadas ao estresse, taxas altas de divórcio, alcoolismo e de suicídio, isso quando comparadas á população em geral. (JARDIM *apud* OSTER; DOYLE, 2000)

Diante de todo o preço pago pelo trabalhador frente à questão de se trabalhar com o risco, Jardim (2001) reivindica a ética em saúde mental, no que diz respeito ao TEPT. A autora aponta para a importância dos profissionais da área da saúde fazerem o diagnóstico de forma devida e reivindica que a organização do trabalho seja revista, Pois os estudos revelam que, sem o “trabalho” ou “ocupação”, que desempenham a função de “causa necessária”, para desencadear tal doença, ela provavelmente não desenvolveria. Portanto, cabe à organização, em suas ‘formas jurídicas’ arcar com parte dos danos causados aos trabalhadores.

Isso é de suma importância na formação da sintomatologia do TEPT. Kapczinski e Margis (2003) apontam que, entre outros fatores, a rede de apoio, após o evento traumático, constitui um aspecto fundamental para o tratamento do paciente, o que, ao longo da pesquisa, mostrou-se ineficiente no caso da pirotecnia.

Não existe, até o momento, nenhum estudo científico que possibilite mapear a realidade do TEPT na pirotecnia. O que me permite afirmar, que estudos mais aprofundados sobre esse transtorno, dentro do contexto socioeconômico e cultural de Santo Antônio do Monte, serão de suma importância para a compreensão do fenômeno. Portanto, um estudo que considere a questão de gênero, e a produção de sintomas, e abarque estudos de caso, exames clínicos e levantamentos estatísticos, sem perder de vista a realidade pirotécnica poderá contribuir efetivamente para o diagnóstico e tratamento de tal transtorno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema deste estudo está retratada em seu título, diz do sofrimento de uma categoria profissional específica, o pirotécnico, que está inserido em um contexto sócio econômico cultural e político peculiar, o da cidade de Santo Antônio do Monte. A realidade desse trabalhador, ao longo desta dissertação, mostrou-se invisível e silenciado, em contraste com os envolventes shows pirotécnicos. É o sofrimento que esse trabalhador vivencia e os impactos que ele sofre diante da peculiar realidade econômica municipal, que constituem o pilar desta pesquisa.

Apesar das questões particulares que envolvem este estudo, seja quanto ao cenário municipal ou ao fazer característico da pirotecnia, esta dissertação tem como objetivo contribuir para a abertura de questões que permitam generalizações, reflexões e discussões. Discussões que abarquem a estreita ligação entre o trabalho e as questões políticas, entre o sofrimento e os impactos que a atividade laboral que envolve periculosidade e acidentes engendra na saúde do trabalhador.

Agora, no final do tecer das reflexões em torno dos dados de campo, constato, com maior clareza, o pressuposto de que o método, os caminhos percorridos foram guiados pelo próprio objeto. Foi necessário passar por questões políticas, sociais, econômicas, midiáticas, históricas e culturais para alcançar os objetivos propostos. Essas questões se entrelaçam, se misturam de forma complexa e constituem o todo integrado, no qual a saúde do trabalhador pirotécnico é engendrada.

Enfatizei, ao longo do trabalho, os aspectos psicossociais da realidade pirotécnica do centro oeste mineiro. Reconheço a importância de considerar o papel fundamental exercido pelo meio socioeconômico e cultural no desenvolvimento de distúrbios mentais, mas sem perder de vista a singularidade do trabalhador, como nos ensinou Le Guillant, pois, tratar os problemas de saúde mental dos trabalhadores, no caso pirotécnico, sem considerar o plano individual ou técnico é, certamente, um equívoco.

As questões éticas, especialmente no que se refere ao sigilo das pessoas envolvidas nas entrevistas, dizem de uma preocupação constante no meu trabalho. Parte dessa preocupação a decisão de restringir as informações pessoais dos trabalhadores, uma vez que, reconheço por parte desses personagens, a confiança que foi depositada na pesquisadora. Foi essa confiança que serviu de apoio para que eu continuasse com a pesquisa, apesar dos percalços.

O trabalho domiciliar e clandestino e suas particularidades na pirotecnia é um tema que requer maiores investigações. Somado a toda a precariedade característica do trabalho informal, encontra-se no seu bojo, no caso da pirotecnia, o preço de dividir concretamente, para toda a família, os perigos que envolvem a fabricação dos fogos.

A influência que a mídia significou e significa para a pirotecnia santantoniense desde a década de setenta é um dado importante na pesquisa da pirotecnia. Sua ação foi incisiva nos rumos que a pirotecnia tomou, seja no sentido de instigar o consumo de artefatos pirotécnicos ou no sentido de denunciar o trabalho infantil, acidentes e mortes de trabalhadores e através desse feito angariar melhorias significativas para segurança do trabalhador.

Importante ressaltar que conquistas expressivas para a segurança do pirotécnico somente foram possíveis devido à ação midiática. Não tive contato com nenhuma ação coletiva significativa, interna na cidade, mas, sim, constatei que esse movimento para melhorias partiu do limite externo do município.

Através de recortes de anúncios, em jornais, sobre a questão do desemprego na cidade e, posteriormente, através do acesso a informações contrárias via sindicato patronal e gerente de uma determinada empresa, pude perceber como a mídia também pode ser usada para fazer pressão a favor do empresário. Porém, em meio às manipulações estratégicas, há o trabalhador.

Assim, a manipulação de informações, a fabricação de um ‘real inexistente’ é alvo principalmente da mídia impressa regional, à qual o trabalhador tem acesso com facilidade. Essa cria uma ficção, desenvolve uma imagem de orgulho e prestígio por se trabalhar na produção dos fogos. Mais que isso, ela cunha um buraco negro, um jogo de contradições em que o trabalhador se perde. Medo/segurança, tensão/orgulho, perdas/ganhos, sofrimento/alegria, acidentes/shows, ficção/real [...] essas contradições são tecidas com sutileza na ótica do poder disciplinar foucaultiano.

São micro poderes que se ramificam e tecem uma verdadeira rede de interesse em comum: o sucesso, fortalecimento e ampliação da pirotecnia mineira, mesmo que isso signifique a deteriorização da qualidade de vida dos trabalhadores, ou ainda da população de uma cidade.

A análise do discurso que entrelaça as relações santantonienses, a compreensão das informações veiculadas boca-a-boca, de geração em geração, a análise das reportagens, juntamente com a escuta apurada das queixas dos trabalhadores, e a compreensão das relações dentro das empresas pirotécnicas, é que nos permite compreender a intrincada relação entre pirotecnia e política municipal. A monoprodução de fogos de artifícios não se deu por acaso.

Mas como nos esclarecem Foucault e Goffman, existem outras possibilidades diante da imposição. Podemos pensar que as rifas ou o próprio adoecimento do trabalhador e população seja uma forma de revelar, através de sintomas sociais, que não estão dando conta desse percalço, do imperativo de trabalhar com a produção perigosa dos fogos de artifícios. No entanto, não foi observada nenhuma resistência construída coletivamente contra essa dominação. Acredito que, nesse sentido, seja fundamental uma investigação aprofundada para maior clareza do fenômeno.

Atualmente, ainda que através de promessas políticas, já se começa a falar em abrir espaços para empresas de outros ramos na cidade. Ou ainda, já se ouve falar em frágeis iniciativas de serviços terceirizados e muitas vezes informais, no ramo calçadista que começam a entrar no contexto municipal santantoniense.

Destaco a fragilidade da entidade de representação sindical dos trabalhadores. No entanto, registro um fenômeno contrário ao que tem acontecido nas demais instituições sindicais. Há um registro maior de trabalhadores que se organizam, buscando o apoio da coletividade, buscam dar voz a suas queixas. Porém, esse movimento é frágil e precário diante das forças que a ele se impõem. Há um verdadeiro boicote para que os pirotécnicos não se organizem coletivamente, o que inibe sua força política e os mantém dentro de um cárcere.

A fragilidade da instituição sindical, em Samonte, conduz ao isolamento político do pirotécnico e, conseqüentemente gera ausência de apoio, insegurança e neutralidade política, o que é usado como estratégia nesse processo. Isolados, os trabalhadores não constituem uma classe e, sim, mera mão-de-obra. Sua segurança e direitos no trabalho ficam comprometidos.

O estudo caminhou no sentido de priorizar os relatos dos trabalhadores, mostrar a realidade pirotécnica partindo do prisma desses personagens. Conseqüentemente, o que constatamos no decorrer desta pesquisa, foi um pipocar de conflitos vivenciados, dentro e fora das empresas pirotécnicas. Evidenciou-se, também, a falta de interesse em ouvir o trabalhador, mesmo quando o assunto era sua segurança no trabalho, tema que lhe diz respeito diretamente.

As conclusões a respeito da segurança e acidentes na pirotecnia são muitas, e apontam para a questão que Dwyer trata em seus estudos - que os acidentes são fenômenos socialmente produzidos e que as relações sociais são dados importantes a serem analisados e principalmente quando se busca preveni-los. Porém, algo que marcou, significativamente, os relatos dos trabalhadores e constituiu um momento muito difícil desta pesquisa foi sem dúvida a vivência dos acidentes, e no caso dos homens, a terrível tarefa de “limpar” o local. A dor e o sofrimento estiveram ali quase palpáveis. A mim coube a tarefa de estar junto e ‘dar conta’ de

escutar aqueles relatos que saíam engasgados como algo tão presente, mas, simultaneamente, tão escondido na memória.

Entretanto, o sofrimento desse trabalhador não está ligado apenas aos episódios de acidente. O medo, tensão e angústia se misturam no seu dia-a-dia, no seu fazer laboral. Mas, esses sentimentos, não se encerram nos limites fabris, são levados para casa, divididos com os familiares. E como uma linha, eles parecem costurar a vida desses personagens, alinhando suas relações, condutas, saúde e perspectivas futuras, assim definindo o seu lugar no contexto pirotécnico municipal.

Não há dúvidas quanto às melhorias conquistadas na área da segurança do trabalhador pirotécnico, mas esse é um processo lento e gradativo que precisa ser acompanhado de perto pelos órgãos públicos e imprensa. Preciso enfatizar que as posturas e atitudes dos proprietários das empresas pirotécnicas, apresentadas no decorrer da pesquisa, são, sem dúvida, de uma parcela considerável de empresários. Porém, é injusto enquadrar todos dentro desse mesmo contingente. Há empresas que manifestam maior respeito ao trabalhador e lhes propiciam maior segurança aos mesmos.

Se considerarmos todo o contexto pirotécnico municipal, percebemos que os empresários desse ramo, na maioria das vezes, iniciaram suas atividades clandestinamente. Uma parcela significativa das indústrias pirotécnicas de Samonte é administrada por ex-pirotécnicos ou por seus filhos. Acredito que em uma dimensão diferenciada, esses personagens, que no passado, também não tiveram muita escolha na profissão a desempenhar, tenham um preço a pagar por administrarem um empreendimento que envolve risco de vida de seus funcionários. Portanto, uma pesquisa nesse sentido, certamente, pode revelar dados interessantes para a compreensão desse contingente pirotécnico.

O trabalho, nesta dissertação, foi apresentado em seu lugar ontológico, central para a construção do homem, do saber e de transformação do mundo. Diante dessa percepção, foi possível estender a visão para o processo psicossocial da saúde do trabalhador. Também a saúde do pirotécnico requer ser compreendida dentro de um processo histórico, social e cultural. Esses fatores inter-relacionados funcionam como desencadeador da saúde e adoecimento.

Se durante toda a pesquisa, as questões da cidade estavam intimamente relacionadas ao contexto intra-fabril, no momento em que a saúde do pirotécnico está em foco, também não seria diferente. A pesquisa mostrou que é um equívoco buscar compreender a saúde do trabalhador pirotécnico sem lançar um olhar sobre a saúde da população. As inquietações foram colocadas, na expectativa que esta pesquisa seja um impulso para muitas outras, seja no

sentido de compreender o trabalho informal na pirotecnia, as possíveis resistências da população sobre o imperativo de ter que trabalhar com a periculosidade da fabricação dos fogos ou, entre outros, investigar a saúde do trabalhador e população dentro de uma visão epidemiológica.

As sinalizações apresentadas pelo adoecimento do trabalhador e da população santantoniense apontam para questões epidemiológicas que merecem ser aprofundadas, dada a seriedade que elas representam. Mais uma vez, também quanto à saúde do trabalhador e da população, as informações são de acesso a poucas e direcionadas pessoas. O silêncio mantém uma aparente tranquilidade. A construção do saber é restrita aos interesses hegemônicos, que, mais uma vez direciona, e cerceia as informações, tornando o domínio mais certo e longe das mudanças que elas possam significar. Assim, o isolamento da busca do auto-extermínio torna-se mais uma informação perdida, como se ela não tivesse a ver com todo esse contexto pirotécnico.

De forma sucinta, abordei as teorias de Le Guillant e Dejours, pesquisadores da saúde mental do trabalho que balizaram meus estudos, revelando, assim, as lentes que me possibilitaram aproximar do objeto de estudo.

Todo o cenário montado pelos personagens políticos, industriais, midiáticos, religiosos, e demais aqui apresentados, vieram desembocar na saúde do trabalhador. Os efeitos da monoprodução de fogos na cidade, da sazonalidade da produção desses artefatos, da pressão de lidar com produtos altamente inflamáveis, entre outros, repercutiram diretamente na saúde do trabalhador pirotécnico e de sua família.

Atenção especial foi dedicada à compreensão dos TEPT (Transtorno do Estresse Pós Traumático), porém a dificuldade em encontrar estudos sobre os transtornos vivenciados pelos trabalhadores após os acidentes de trabalho, somado à certeza que os sintomas são construídos dentro do contexto sócio cultural, evidenciam o fato que minhas colocações são apenas sinalizações para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno.

Acredito que uma importante fissura que esta pesquisa revela está diretamente ligada à polêmica que existe quanto ao nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. Após o descortinar do cenário do trabalhador pirotécnico e de seu adoecimento, fica a questão: é possível estabelecermos um nexos causal entre o trabalho dessa categoria profissional e seu adoecimento? Certamente esse é um tema instigante a ser pesquisado.

Já no final desta pesquisa, reconheço que compreender os impactos que o trabalhador pirotécnico sofre diante de seu trabalho é um desafio para uma pesquisa de mestrado, que tem seu tempo limitado, certa de que, apesar dos esforços empreendidos, não consegui atingir

todos os resultados propostos. Porém, no decorrer do estudo, fui sinalizando as limitações desta pesquisa e apontando inquietações que se impunham no percurso das reflexões e análises.

As evidências apresentadas, no decorrer dessa pesquisa, se impõem e revelam dados alarmantes, mas, especialmente no caso da saúde do trabalhador, há uma carência de estudos sistematizados que apresentem dados estatísticos, exames clínicos, estudos de caso. Assim, enfatizo que esta pesquisa necessita ser considerada introdutória e como um convite a novas reflexões e investigações.

Este estudo apresenta, em todo o seu corpo, a polêmica questão da centralidade do trabalho na organização da sociedade. Não desconsiderando a centralidade do trabalho na constituição do ser, mas estendendo essa discussão para o espaço que ele ocupa na constituição da cidade em estudo, propus a reflexão do contorno que a realidade municipal de Santo Antônio do Monte ganha com a questão do trabalho. A realidade municipal de Santo Antônio do Monte revela um contorno definido e claro sobre essa questão. O trabalho é apresentado com o valor e sentido que lhe são dispensados pelos teóricos que o reconhecem como central na sociedade contemporânea.

Enfatizo, ainda, que um dado importante a ser considerado diz da interconexão entre trabalho e política. Aspecto ainda pouco explorado no meio acadêmico, especialmente quando se refere às questões políticas típicas das cidades do interior. Acredito que essa reflexão precisa ser melhor compreendida, especialmente no que se refere às típicas cidades que trazem, em seu histórico, o cultivo da monoprodução em sua economia.

Por fim, duas forças balizaram minha pesquisa a ética e a esperança. A esperança de que esse estudo contribua para a escuta desses personagens que muitas vezes falam com a linguagem dos sintomas. Como nos ensina Le Guillant, o papel do médico e do psicólogo, diante da saúde do trabalhador não pode ser apenas de testemunho.

Ao refletir as questões aqui levantadas, pude compreender que este não é puramente um trabalho teórico-prático. Faz parte de um esforço crítico de tornar os conflitos mais visíveis. O que parecia simples revelou-se difícil. Como Foucault nos ensina, a liberação do pensamento pode engendrar mudanças, transformações no real, mas, é claro, as mudanças constituem um processo e devem seguir o seu curso.

Resta ainda dizer sobre as mudanças que foram engendradas durante essa pesquisa. Essas dizem respeito à implicação da pesquisadora com o seu objeto de investigação. O olhar crítico foi direcionado não somente ao objeto pesquisado, mas também sobre o meu fazer.

Hoje, percebo como o desenvolvimento desta pesquisa tornou-se um dispositivo para meu crescimento não somente profissional, mas também pessoal.

Colocar-me diante das questões presentes no contexto do pirotécnico de Samonte, percebendo-as de forma histórica e em sua capacidade fugidia de se desfazer e se refazer em outra forma, foi, sem dúvida, uma possibilidade de ver-me inserida nessa história. Portanto, pude vivenciar a proximidade entre a pesquisa, a ética e a liberdade, sem perder de vista a intrínseca relação entre saber-poder, discutida por Foucault, o que, com certeza, possibilitou-me um crescimento desmedido. Como esse autor nos diz, o movimento que constrói o objeto de pesquisa é o que constrói o sujeito pesquisador.

Portanto, encontrei nos dizeres de Foucault uma forma de expressar minhas reflexões:

Cada vez que eu tentei fazer um trabalho teórico, foi a partir de elementos de minha própria experiência: sempre em relação com processos que eu vi desenrolar em torno de mim. É porque pensei reconhecer nas coisas que vi, nas instituições às quais estava ligado, nas minhas relações com os outros fissuras, abalos surdos, disfunções que eu empreendia um trabalho, alguns fragmentos de autobiografia. (FOUCAULT, 1994).

Outra colocação de Foucault que também me faz remeter a essa pesquisa, e com a qual finalizo meu trabalho, diz da forma como esse estudioso se definiu em entrevista: “*Eu sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. [...] Meu sonho é que ele [o livro] fosse um explosivo eficaz como uma bomba, e bonito como fogos de artifícios*”.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- ANDRÉ, Marli E. D. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, p.51-54, maio 1984.
- ANTUNES, Ricardo, Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise contemporânea do sindicalismo: impasses e desafios. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.
- APL de fogos de artifício quer crescer 25% em 2005. **Indústria de Minas**, Belo Horizonte, Ano 9, n.100, p.9, abr. 2005.
- ARAÚJO, José Newton; CARRETEIRO, T.C. (Org.) **Cenários sociais e abordagem clínica**. Belo Horizonte: Escuta Fumec, 2001. p.263.
- ARAÚJO, José Newton; CASTRO, Eliana de Moura. Análise social e subjetividade. In. MACHADO, M. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.15-23.
- ARAUJO, Ulisses C. et al. A avaliação da exposição ocupacional ao chumbo: proposta de uma estratégia de monitoramento para prevenção dos efeitos clínicos e subclínicos. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, n.1. mar. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev.2007.
- BARRETO, Júnia Maria de Almeida, **Fogos de artifícios: nos bastidores do espetáculo**. Belo Horizonte: DRT, 2002.
- BECK, Ulrich. **Risck society: towards a new moderniy**. London: SAGE, 1993.
- BENELLI, Sílvio José. Dispositivos disciplinares de subjetividade na instituição total. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n.2. p. 99-114, dez. 2003.
- BILLIARD, Isabelli. Lês conditions historiques et sociales d'apparition de la psychopathologie du travail em France (1920-1952) In: CLOT, Yve (Org.). **Lês histoires de la psychologie du travail**. Paris: Octarès, 1996. p.69-84.
- BIRCHAL, Sergio de Oliveira; MUNIZ, Reynaldo Maia Muniz. A lógica do capitalismo e o trabalho humano. In. GOULART, Íris Barbosa. (Org.) **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do psicólogo. 2002.p. 37-54.
- BORGES, Eloísa. **Os devotos do Rosário:- devoção e promessas na festa do Rosário e Santo Antônio do Monte**. 1997. Dissertação (Mestrado em psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n. 152 de 14 de março de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 mar. 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2006/p_20060314_152.pdf> Acesso em: ago. 2006.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado 1988. 168p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Convenção coletiva do trabalho 2004/2006**. Brasília, 2004. (Nº. de identificação: 16236.000854/2004-65).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, Projeto Fogos. **Relatório de investigação**. Belo Horizonte: Seção de Segurança e Saúde e Segurança do trabalho, 2003. (Documento Interno).

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho - 3º Região. **Procedimento de Investigação Coletiva nº 01/2001. Minuta**: termo de compromisso de ajustamento de conduta. Belo Horizonte, 2001. (Ofício PRT3/ ODIN/Nº. 1808/2001).

BRASIL. Presidência da República. Decreto 3.665, de 20 novembro de 2000. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.mariz.eti.br/R105.pdf>> Acesso em: ago. 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BRETON, David le. **El silencio** aproximaciones. 2.ed. Madrid: Sequitur, 2006.

CAMARGO, Duílio Antero de; OLIVEIRA, José Inácio de. Riscos ocupacionais: repercussões psicossociais. In. GUIMARÃES, Liliana Andopho Magalhães; GRUBITIS, Sonia. (Org.) **Série saúde mental e trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. v.2.

CASTRO, Magali. **Tipos de abordagens qualitativas**: estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CATTANI, Antônio David, **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CENTRO TECNOLÓGICO EM PIROTECNIA OSCAR DE JOSÉ DO NASCIMENTO. **Demanda média dos principais produtos químicos adquiridos pelas empresas de fogos de artifício de santo Antônio do Monte e região**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elisangela.maria.mel@terra.com.br em out.2007.

CENTRO TECNOLÓGICO EM PIROTECNIA OSCAR DE JOSÉ DO NASCIMENTO. **Fichas de informações de segurança de produtos químicos**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elisangela.maria.mel@terra.com.br em mar. 2007.

CENTRO TECNOLÓGICO EM PIROTECNIA OSCAR DE JOSÉ DO NASCIMENTO. **Formula de pólvoras branca e negra.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por elisangela.maria.mel@terra.com.br em mar. 2007.

CHASIN, J. **O que o trabalho?** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1993.

CHASIN, J. Poder e miséria do homem contemporâneo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 10 out. 2000. Caderno Pensar.

CHASIN, Milney. **O complexo categorial da objetividade nos escritos marxianos de 1843 a 1848.** 1999. Dissertação (Mestrado em filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

A CIDADE é nossa! a cidade veio como um veículo de luta e positividade. **A Cidade**, Santo Antônio do Monte, 10/17 dez. 2004. p. 1.

CONTA cara: falta de organização leva as empresas a desconhecer os custos reais dos acidentes. **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, Ano 12, n.91, p. 26-34, jul. 1999.

CONTROLE das perdas e danos, **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, Ano 16, n.136, p.30, abr. 2003.

COSTA, Nilson do Rosário. **Direito à saúde na Constituição:** um primeiro balanço. Caderno de Saúde Pública, v.5, n.1, p.98-104, jan./mar. 1989, Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v5n1/08.pdf>> Acesso em: set. 2006.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez 1992. 168p.

DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Belo Horizonte, v.14, n.54. p.7-11, abr./jun. 1986.

DIAS, Elizabeth Costa. Aspectos atuais da saúde do trabalhador no Brasil. In: ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria; BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteadó. (Org.) **Isto é trabalho de gente?** vida doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993. Cap. 9, p.138-156.

DINIZ, Lígia Garcia. **Viver em Ipatinga:** olhares de cidadãos se fazendo na cidade (1958-1992). 1998. 136f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

DITTRICH, Alexandre. Psicologia organizacional e globalização: os desafios da reestruturação produtiva. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 19, n. 1, p. 50-65, 1999.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risck and culture:** an essay on the selection of Technological and. Berkeley: University of California Press, 1983.

DURKHEIM, Émilie. **O suicídio.** tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 164-202. (Coleção Pensadores).

DWYER, Tom. A sociologia do trabalho: por uma redefinição através do acionismo histórico e do acionismo fenomenológico. **Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Campinas, n.26, jan. 1993.

DWYER, Tom. A **sociology of studies**: an interdisciplinary approach, Grupo de estudo da sociologia do trabalho da UFMG, [200-] Disponível em: <<http://www.unicamp.br/ifch/oficina/tom1.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2004.

DWYER, Tom. Acidentes do trabalho: em busca de uma nova abordagem. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.29, n.2. p. 19-31, abr./jun. 1989.

DWYER, Tom. Novos desafios para a ergonomia: reflexões sobre a segurança do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Belo Horizonte, v. 18, n. 69, p.51-53, jan./mar. 1990.

DWYER, Tom. Uma concepção sociológica dos acidentes do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Belo Horizonte, v.22, n 81, p.15-19, jan./mar. 1994.

EMPRESÁRIOS reúnem-se com deputados federais. **Jornal do SINDIEMG: Gestão 2002-2006**, Belo Horizonte, n.1, p.3, [2005?].

ENRIQUEZ, Eugène. **Da Horda ao Estado**: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ENRIQUEZ, Eugène. Instituições, poder e “desconhecimento.” In. ARAÚJO, J. N. G. et al. (Org) **Cenários sociais e abordagem clínica**. Belo Horizonte: Escuta Fumec, 2001b. p.49-74.

ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: Reflexões sobre os assassinatos coletivos. **História: Questões & Debate**, Curitiba, n.35, p.11-41, 2001a.

ENRIQUEZ, Eugène. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v 37, n 1, p. 18-29, jan./mar. 1997b.

ENRIQUEZ, Eugène. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In. MACHADO, M. *et al.* **Psicossociologia**: análise social e intervenção. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 24-40.

ENRIQUEZ, Eugène. Os desafios éticos nas organizações modernas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.37, n.2, p. 6-17, abr./jun. 1997a.

ENRIQUEZ, Eugène. Perda do trabalho, perda da identidade. In. NABUCO, R.; CARVALHO NETO, A. (Org.) **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC Minas /IRT, 1999.

ENRIQUEZ, Eugène. Prefácio In: DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (Org.) **“Recursos” humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.7-22.

ENRIQUEZ, Eugène. Rapport au travail et pratique psychosociologie. **Connexions**, n. 24. p.85-108, 1978.

EXPLOSÃO ainda abala a cidade: morte de quatro trabalhadores provoca tristeza e apreensão: violenta explosão abalou muito mais do que a estrutura da São Jorge. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 06, set. 2002. p.03.

FACCHINI, Luiz Augusto. Por que a doença? a inferência causal e os marcos teóricos de análise. In ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria; BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteadó. (Org) **Isto é trabalho de gente?** vida doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993. Cap. 3, p.33-55.

FAZZI, Rita de Cássia. **Bases da solidariedade dos trabalhadores manuais da companhia siderúrgica Belgo Mineira - João Monlevade.** 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia e Antropologia, Belo Horizonte.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo:** clinica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004a.

FERREIRA NETO, João Leite. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista de Psicologia da UFF**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, 2004b.

FERREIRA NETO, João. Por uma genealogia da normalidade. **Oficina**, Belo Horizonte, Ano 4, n.5, ago. 1997.

FERREIRA, Leda Leal. Análise coletiva do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Belo Horizonte, v. 21, n.78, abr./jun. 1993.

FERREIRA, Leda Leal. Conhecer a diversidade e trabalhar com a flexibilidade: um desafio para a ergonomia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Belo Horizonte, v. 18. n.71, p. 50-61. jul./dez. 1990.

FERREIRA, Leda Leal. Três registros da linguagem no trabalho. **Intercâmbio**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 113-123. 1998.

FERREIRA, Leda Leal; IGUTI, A. M. **O trabalho dos petroleiros:** perigoso, complexo, contínuo e coletivo. São Paulo: Scritta, 1996. 135p.

FIGUEIRA, Ivan; MENDLOWICZ, Mauro. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.25, supl. 1, p. 12-16, jun. 2003.

FLORES, Olimar. O foguete vai bem obrigado. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, Cad. Minas Especial., p 120-123, nov. 1972.

FONSECA, Francisco C. Mídia e democracia: falsas confluências. **Revista Sociologia Política**, n.22, p.13-24, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 04 fev. 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Rio de Janeiro: Loyola, 2004b. 79 p.

FOUCAULT, Michel. **Então é importante pensar?** Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. Dits et Écrits. Paris: Gallimard, 1994, v. IV, pp. 178-182, por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>> Acesso em: 26 de out. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295p.

FOUCAULT, Michel. O panoptismo. In. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005. Cap.3, p. 162-187.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. (Org.) **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAS, Carlos Machado de. et al. Segurança química, saúde e ambiente: perspectivas para a governança no contexto brasileiro. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, p. 249-256, jan. /fev. 2002.

FREUD, Sigmund. O mal-estar da civilização. In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.21, p. 74-171.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. USP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOFFMAN, E. **Manicômios prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOULART, Íris Barbosa; GUIMARÃES, Renata Fraga. Cenários contemporâneos do mundo do trabalho. In. GOULART, Íris Barbosa. (Org.) **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do psicólogo. 2002.p. 17-36.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Petrópolis:: Vozes, 1987. 88p.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2005. 123p.

GUIMARÃES, L. A. M. et al. Projeto Matrix **Saúde mental, qualidade de vida e trabalho em instituições de ensino superior: diagnóstico, prevenção e tratamento**. Campinas: UNICAMP, 1998.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Diagnóstico das indústrias de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte**. Belo Horizonte, 2003.

JACOB, Annie. Emergência do valor social do trabalho no pensamento econômico do século XVIII. Tradução: Leila de Melo Franco Sargedine Araújo. In. JACOB, Annie. **L'Inscription sociale du marché**. Paris, L'Harmattan, 1995. p.51-75.

JARDIM, Sílvia Rodrigues. Ética e saúde mental do trabalhador: a legitimidade do transtorno de estresse pós-traumático relacionado ao trabalho. In: MORAES T. (Org.) **Ética e psiquiatria forense**. Rio de Janeiro: IPUB, 2001. p. 57-84.

KAPCZINSKI, Flávio; MARGIS, Regina. Transtorno de estresse pós-traumático. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.25, supl. 1, p. 12-16, jun. 2003.

KOGA, Dirce. Cidades territorializadas entre enclaves e potências. In. KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003. Cap.4, p.221-259.

KORN, M. **Emerging Trends in understanding posttraumatic stress disorder**. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 157, 2001. Disponível em: < <http://www.medscape.com/viewarticle/418734>>

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 223p.

LÉVY, André. Violência mudança e desconstrução. In. ARAÚJO, José Newton Garcia et al (Org.) **Cenários sociais e abordagem clínica**. Belo Horizonte: Escuta, 2001. p.75-92.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. A. Medida e desmedida: padronização do trabalho ou livre organização do trabalho vivo? In. FIDALGO, F. (Org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. Ética e trabalho. In. GOULART, Íris Barbosa. (Org.) **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 69-120.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. Qualidade total e reorganização produtiva. In. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 13, 1993, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 1993.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Globalização e o mundo do trabalho**. Belo Horizonte: UFMG, [198-].

LIMA, Maria Elizabeth Antunes (Org). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**, Petrópolis: Vozes, 2006..

LIMA, Maria Elizabeth Antunes, Transtornos mentais e do trabalho. **Revista de Administração da FEAD – Minas**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.73-80, jun. 2005.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n. 14, p.82-91, dez. 2003a.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n. 14, p.82-91, dez. 2003c.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A questão do método em psicologia do trabalho. In: GOULART, Íris Barbosa. (Org.) **Psicologia organizacional e do trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p 123-132.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A relação entre distúrbio mental e trabalho: evidências epidemiológicas recentes. In: CODO, Wanderley (Org.) **O trabalho enlouquece?** um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis: Vozes, 2004. p.139-160.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Dimensões psicossociais dos acidentes de trabalho: um estudo no setor siderúrgico. In: SALIM, Celso Amorim et al. (Org.) **Saúde e segurança no trabalho**: novos olhares e saberes. Belo Horizonte: Fundacentro, 2003b. p. 195-218.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. **Os sentidos trans-históricos do trabalho e sua importância para o psicólogo**. Belo Horizonte: UFMG, [199-].

LLORY, Michel **Acidentes industriais**: o custo do Silêncio: operadores privados da palavra e executivos que não podem ser encontrados. Rio de Janeiro: MultiMais, 1999. 316p.

MACHADO, Jorge M. H.; GOMEZ, Carlos Minayo. Acidente de trabalho uma expressão da violência social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.10, supl. 1, p. 74-87, 1994.

MARTINS, Rodrigo Poltronieri. **Segurança industrial**: uma análise do trabalho coletivo. 1998. Monografia (Especialização em Saúde Mental e Trabalho) - Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção os Pensadores).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1932. 266p.

MATSUO, Mirian. **Acidentado do trabalho**: reabilitação ou exclusão? São Paulo: Fundacentro, 1998. 238p.

MELO, Patrícia E. **Na urdidura da história, vozes de mulheres professoras**: compondo identidades de gênero: Santo Antônio do Monte (1950-1990). 2002. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MENDEL, Gerard. Prefácio, In: LLORY, M. **Acidentes industriais**: o custo do silêncio. Rio de Janeiro: Multimais, 1999. p. 11-23.

MENDES, Jussara Maria Rosa. O acidente e a morte no trabalho: o verso e o anverso de uma história e a construção social de sua invisibilidade. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley. **Saúde mental e trabalho**: leituras. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 325-341.

MENDES, René. O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde de trabalhadores: I. Morbidade. **Revista de Saúde Pública**, v.22, n. 4, ago. 1988, Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: ago. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 269p.

MORAES, Dilma. **Famílias que construíram a história de Santo Antônio do Monte**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997. 3v.

MORAES, Dilma. **Santo Antônio do Monte: doces namoradas políticos famosos**. Belo Horizonte: Gráfica Editora, 1983. 225p.

MOREIRA, Ivana, Invasão chinesa abala pólo mineiro de fogos: concorrência importação de produtos chineses cresceu 660% em 2004, e receita de empresas locais caiu 40%. **Valor Econômico**, Belo Horizonte, out. 2005. Caderno especial, p. A12.

NEVES, Magda. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores. In: CARVALHO NETO, Antônia Moreira de; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Org.) **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT, 1998. p. 329-338.

OKADA, Reginaldo. **Hanabi, a trajetória dos fogos de artifícios**. Disponível em: <<http://www.Ipcdigital.com/português/cultura/463/index2.shtml>> Acesso em: 02 fev. 2005.

OLIVEIRA, Ademar de. Empresários do setor pirotécnico pedem apoio político contra multas do MTP: liderados pelo prefeito Wilmar Filho, empresários procuram apoio político em Belo Horizonte e Brasília. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 03 out. 2003a.p. 3.

OLIVEIRA, Ademar de. Fábricas de fogos enfrentam crise sem precedentes: produção caiu 40% e demissões chegam a 20%. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 03 jun. 2005b. p. 3.

OLIVEIRA, Ademar de. Monoprodução: vocação ou maldição? resquício de um Brasil colonial, a monoprodução está como esteve: fadada ao desastre. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 6 set. 2002. p. 8.

OLIVEIRA, Ademar de. Políticos assumem defesa do setor pirotécnico: senador, deputados e secretário do governo recebem prefeito, vereador e empresários. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 03 out. 2003a. p. 5.

OLIVEIRA, Ademar de. SINDIEMG faz encontro para discutir temas de interesse dos pirotécnicos. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 13 maio 2005a. p. 9.

OSTER, NS; DOYLE, CJ. Critical incident stress and challenges for the emergency workplace. **Emergence Medicine clinics of North America**, n.18, p.339-353, fev. 2000.

PATUSCO, Sidônio. Excelência em fogos. **Jornal do SINDIEMG: Gestão 2002-2006**, Belo Horizonte, n.1, p.2, [2005?].

PEDROSA, Ana Paula. China implode mercado de fogos mineiro-Inventores da pólvora pecam quando o assunto é qualidade, mas, mesmo assim, dominam mercado com produto barato. **O Tempo**, Belo Horizonte, 09 nov. 2005.

PEREIRA, Rosângela Maria. **Pedagogia do lar/oficina: produção, mobilização e aquisição do conhecimento no trabalho a domicilio das costureiras faccionistas de Divinópolis**. 2004. 196f. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

POLÍTICOS apóiam indústria pirotécnica em Brasília. **Jornal a Cidade**, Santo Antônio do Monte, 25 nov. 2005. p.7.

POLÍTICOS assumem defesa do setor pirotécnico: senador, deputados e secretários do governo recebem prefeito, vereador e empresários. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 03 out. 2003. p. 5.

POLITZER, Georges. **Crítica dos Fundamentos da Psicanálise**: a psicologia e a psicanálise. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004. 194p.

PROBLEMAS enraizados. **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, Ano 16, n.135, p.32, mar. 2003.

QUALIDADE ambiental é tema de curso do APL de fogos. **Jornal do SINDIEMG: Gestão 2002-2006**, Belo Horizonte, n.1, p.4, [2005?].

REALIDADE explosiva. **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, Ano 16, n.134, p.21, fev. 2003.

RIGOTTO, Raquel Maria. “**Não somos máquinas**”: um estudo das ações sindicais em defesa da saúde do trabalho na Grande BH. 1992. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

RIGOTTO, Raquel Maria. Aprendendo a desvelar a doença profissional: intoxicação por chumbo inorgânico. In: ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria; BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteadó. (Org) **Isto é trabalho de gente?** vida doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993. Cap. 20, p.376-402.

RIGOTTO, Raquel Maria. O homem e o trabalho. In: ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria; BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteadó. (Org) **Isto é trabalho de gente?** vida doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993. Cap. 2, p.25-31.

RIGOTTO, Raquel Maria. Saúde dos trabalhadores e meio ambiente em tempos de globalização e reestruturação produtiva. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Belo Horizonte, v.25, n. 93/94, p.9-20, dez. 1998.

ROCHA, Elma. Crise no setor de fogos de artifícios-Importações impactam o mercado. **Diário do comércio**, Belo Horizonte, 07 julho 2005.

ROCHA, F. A. O complexo categorial da subjetividade. In: ROCHA, F. A. **O complexo categorial da subjetividade nos estudos marxianos de 1843 a 1846**. 2003. 152f. Dissertação (Mestrado em filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte. Cap. 2, p. 63-142.

RODRIGUES, Jorge N. Introdução In: SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE OSASCO E REGIÃO. **Rompendo o silêncio**: vítima dos ambientes do trabalho. São Paulo, 2000.

ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 24 Set 2006.

SATO, Leny. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley. **Saúde mental e trabalho: leituras**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p 31-49.

SAUL, Renato P. Giddens da ontologia social ao programa político, sem retorno. **Sociologias**, Porto Alegre, n.9, jan./jun 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100006>

SCHERER, André Luís Forti. Globalização. In: CATTANI, A.D. **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCHILLER, Herbert I. **Communication and cultural domination**. Nova Iorque: International Arts and Sciences, 1976.

SEGUIN, S.H. **Bilande la sociologie du travail**. Grenoble: PUG, 1989. Tomo 2.

SELEME, Ana Carolina. Quatro operários morrem em acidente na fábrica fogos São Jorge, em Santo Antônio do Monte, no centro Oeste de Minas. Causas desconhecidas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, set.2002.

SILVA, Gláucia O. **Angra I e a melancolia de uma era: um estudo sobre a construção social do risco**. 1996. 206f. Tese (Doutorado em antropologia social) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

SILVA, Telma Camargo. **Corpos em Perigo uma análise sobre percepção de risco em caso de desastre radiológico**. Disponível em <<http://www.anpocs.org.br/encontros/1998/98gtll.html>> Acesso em: ago. 2004.

SILVA, Telma Camargo. Desastres como Processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annette (Org.). **Tecnologias do corpo: uma antropologia das medicinas no Brasil**. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2004. p.201-224.

SILVA, Telma Camargo. **Memória corporificada e marcas urbanas: a descontaminação simbólica no caso do desastre de Goiânia**. 2003 Disponível em <<http://www.sbpcnet.org.br/eventos54RA/textos/ABA>> Acesso em: 10 ago. 2004.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FOGOS DE EXPLOSIVOS DE MINAS GERAIS. **Exportação de Minas Gerais de fogos de artifícios**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisangela.maria.mel@terra.com.br> em jul. 2005.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FOGOS DE EXPLOSIVOS DE MINAS GERAIS. **Exportação de Minas Gerais: importações brasileiras de fogos de artifícios**. Belo Horizonte, 2005.

SINDICATO DOS METALURGICOS DE OSASCO E REGIÃO. **Rompendo o Silêncio: vítimas dos ambientes de trabalho**. São Paulo, 2000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS FÁBRICAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS. **Relatório de ocorrências com trabalhadores em fábricas de fogos de artifícios identificadas na base territorial do SINDIFOGOS**. Belo Horizonte, 2003.

SINDIEMG consegue união contra os chineses: pouca vergonha: marca de fogos é falsificada na Argentina. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 16 dez. 2005a. p. 5.

SINDIEMG faz encontro para discutir temas de interesse dos pirotécnicos: reforma tributária, importação e fiscalização foram temas do encontro. **Gazeta Montense**, Santo Antônio do Monte, 13 maio 2005b. p.9.

SINDIEMG promove encontro com liderança política. **A cidade**, Santo Antônio do Monte, 13 a 19 maio 2005c.

UMA CIDADE do Barulho. **IstoÉ**, São Paulo, n. 1497, p.82-83, jun. 1998.

VIEGAS, Sônia. **Trabalho e vida**. Conferência proferida em Belo Horizonte, 1989.

VIEIRA, Marta; MORÃES, Paulo. Barreira à China vira saída para salvar negócios: fabricantes mineiros defendem salvaguardas contra importações chinesas, que cresceram 0,3% no Estado: empresas já fecharam e outras estão demitindo por causa da concorrência. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 out. 2005. Cad. Economia - comércio exterior, p. 17.

WISNER, A. **A inteligência no trabalho**. São Paulo: Fundacentro, 1994.

YEHUDA, R. Introduction In. **Risk factors for posttraumatic stress disorder**. Washington: American Psychiatric Press, 1999a.

YEHUDA, R.; HARVEY, PD. Strategies to study risk for the development of PTSD. In: **Risk risk factors for posttraumatic stress disorder**. Washington: American Psychiatric Press, 1999b.

ANEXOS

ANEXO A - FOTOS

Foto 1- Exemplifica a proximidade dos barracões de uma das fábricas pirotécnicas e das residências de Santo Antônio do Monte.



Foto 2 - Vista de uma fábrica de fogos de artifícios.

Foto 3 - Tambor que executa a mistura dos componentes da pólvora preta

Foto 4 - Galga utilizada para a fabricação da pólvora preta



Foto 5 - tambor para bater nitrato

Foto 6 - tambor binário para bater carvão e enxofre

Foto 7 – Interior do barracão de produção de pólvora branca. No momento sem água

Foto 8 – Interior do barracão de arrematação de fogos, bancada revestida.



Foto 9 – Vista de fora do barracão de manipulação de pólvora branca.

Foto 10 – Vista de fora do depósito de nitrocelulose.

Foto 11 - Setor de cartonagem




Foto 12 - Barracão do setor de matriz

ANEXO B - TABELA

TABELA 7
DEMANDA MÉDIA DOS PRODUTOS QUÍMICOS ADQUIRIDOS PELAS
EMPRESAS DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE E
REGIÃO

PRODUTO QUIMICO		PERIODICIDADE	QUANTIDADE MÉDIA ADQUIRIDA (Kg)
1.	Perclorato de Potássio	Semanal	26.185
2.	Clorato de Potássio	Mensal	27.654
3.	Nitrato de Potássio	Semanal	36.300
4.	Enxofre	Semanal	13.599
5.	Carvão Vegetal	Semanal	8.661
6.	Alumínio metálico em pó	Diária	1.884
7.	Magnálio em pó	Mensal	6.008
8.	Nitrato de Bário	Mensal	3.638
9.	Nitrato de Estrôncio	Mensal	1.270
10.	Oxido de Cobre	Mensal	2.543
11.	Carbonato de Estrôncio	Mensal	1.821
12.	Criolita	Mensal	505
13.	Titanio em pó	Mensal	1.016
14.	Benzoato de Potássio	Mensal	2.685
15.	Trióxido de Bismuto	Mensal	100
16.	Trissulfeto de antimônio	Mensal	1.961
17.	Oxido de ferro	Mensal	4.879
18.	Cobre Metálico em Pó	Mensal	430

 Principais produtos químicos utilizados (terão uma maior demanda de análises)

 Produtos químicos de importância na fabricação de misturas pirotécnicas de cor

 Demais produtos

Data de referência: junho de 2004

Laboratório Químico de Controle de Qualidade, out.2006

ANEXO C - Lista de produtos químicos utilizados nas indústrias pirotécnicas

Acetato de cobre	Hexacloroetano
Acetona	Hexaclorobenzeno
Ácido Bórico	Hexametilenotinitramina
Ácido Nítrico	Hidróxido de sódio
Ácido Esteárico	Magnálio
Algamatolito	Magnésio
Alumínio em pó	Metasilicato de sódio
Alumínio Piro Escuro	Metanol
Antimônio (trissulfeto)	Metiletilcetona
Auramina	Naftalina
Benzoato de Potássio	Nitrato de bário
Benzoato de Sódio	Nitrato de Estrôncio
Bicromato de Potássio	Nitrato de Potássio
Carbonato de Bário	Nitrocelulose
Carbonato de Cálcio	Oxalato de Sódio
Carbonato de Cobre	Óxido de cobre preto
Carbonato de Estrôncio	Óxido de chumbo
Carbono	Óxido de Ferro
Clorato de Potássio	Perclorato de Potássio
Cloreto de Amônio aditivado	Policato de Vinila
Cryolite	Sílica pirogênica não tratada CAB- O- SIL
Dextrina	Silício
Diatomita	Sodium Alumino Sulpho Silicate
Dicromato de Potássio	Sulfato de Bário
Enxofre	Titânio
Estearina	Trissulfeto de Antimônio
Estereato de Magnésio	Zarcão
Grafite Natural	

ANEXO D - Composição química das pólvoras utilizadas na fabricação dos fogos de artifícios

PÓLVORA NEGRA

Nitrato de potássio: 75%

Carvão: 15%

Enxofre: 10%

PÓLVORA BRANCA

Perclorato de potássio: 65%

Alumínio: 25%

Enxofre: 10%

Laboratório Químico de Controle de Qualidade. Fev. 2007

ANEXO E - LEI Nº 10.834, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.

D.O.U. de 30.12.2003 (Edição extra-A)

Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC e altera dispositivos do Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.

TABELA 8
TABELA DE MULTAS NA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

7. MULTAS	REAIS (R\$)
7.1. multa simples mínima	500
7.2. multa simples média	1.000,00
7.3. multa simples máxima	2.000,00
7.4. multa pré-interditória	2.500,00